

Universidade Estadual Paulista - UNESP
Programa de Pós-Graduação em Economia

**Desigualdade de rendimentos entre brancos e negros nos
setores público e privado**

Juliana Domingues Zucchi

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Economia da Unesp
para obtenção de título de Mestre em
Economia.**

Araraquara

2006

Juliana Domingues Zucchi

Economista

**Desigualdade de rendimentos entre brancos e negros nos
setores público e privado**

Orientador:

Prof. Dr. ALEXANDRE SATORIS NETO

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Economia da Unesp
para obtenção de título de Mestre em
Economia.**

Araraquara

2006

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Alexandre Sartoris pela oportunidade de conduzir este trabalho, cujo apoio foi essencial para realizá-lo.

Ao Prof. Rodolfo Hoffmann por me introduzir ao mundo fascinante do tema em questão.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo apoio financeiro.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE TABELAS.....	iii
RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
INTRODUÇÃO.....	1
1 REVISÃO DA LITERATURA.....	3
1.1 Mito da democracia racial, ideal de branqueamento e suas conseqüências.....	3
1.2 Aspectos gerais.....	9
1.2.1 Distribuição geográfica.....	9
1.2.2 Casamentos inter-raciais.....	9
1.2.3 Características das famílias.....	10
1.2.4 Desenvolvimento econômico e desigualdades raciais.....	11
1.3 Mercado de trabalho.....	12
1.4 Escolaridade.....	17
1.5 Distribuição e desigualdade de renda.....	23
1.6 Mobilidade.....	26
1.7 Estereótipos, cor e crime.....	28
1.8 Racismo, preconceito e discriminação racial.....	31
1.9 Ação afirmativa.....	34
2 DADOS E METODOLOGIA.....	39
3 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	47
3.1 Dados de 1993.....	47
3.2 Dados de 2003.....	63
3.3 Esferas públicas federal, estadual e municipal.....	76
3.3.1 Dados de 1993.....	76
3.3.2 Dados de 2003.....	82
CONCLUSÃO.....	88
ANEXO I.....	91
ANEXO II.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	108

LISTA DE TABELAS

1 Média das rendas dos indivíduos ocupados com rendimento de trabalho por setor, segundo a cor. Brasil – 1993.....	47
2 Distribuição dos indivíduos brancos e negros ocupados e com rendimento de trabalho por setor, em categorias de diversas variáveis (%). Brasil – 1993.....	49
3 Estimativas das equações de rendimentos por setor, segundo a cor. Brasil – 1993.....	50
4 Decomposição da diferença entre médias de logaritmos de rendimentos de brancos e negros empregados com carteira no setor privado, conforme os dois tipos de decomposição. Brasil – 1993.....	53
5 Decomposição da diferença entre médias de logaritmos de rendimentos de brancos e negros no setor público, conforme os dois tipos de decomposição. Brasil – 1993.....	53
6 Distribuição dos empregados com carteira no setor privado por grupos de ocupação segundo a cor. Brasil – 1993.....	55
7 Distribuição dos funcionários públicos estatutários por grupos de ocupação segundo a cor. Brasil – 1993.....	55
8 Média das rendas dos empregados com carteira no setor privado no grupo de ocupação <i>Indústria de transformação e construção civil</i> segundo a cor. Brasil – 1993.	56
9 Distribuição dos empregados com carteira no setor privado no grupo de ocupação <i>Indústria de transformação e construção civil</i> segundo a cor, em categorias de diversas variáveis (%). Brasil – 1993.....	57
10 Estimativas das equações de rendimentos dos empregados com carteira no setor privado no grupo de ocupação <i>Indústria de transformação e construção civil</i> segundo a cor. Brasil – 1993.....	58
11 Decomposição da diferença entre médias de logaritmos de rendimentos de brancos e negros empregados com carteira no setor privado no grupo de ocupação <i>Indústria de transformação e construção civil</i> , conforme os dois tipos de decomposição. Brasil– 1993.....	59

12	Média das rendas dos funcionários públicos estatutários no grupo de ocupação <i>Técnica, científica, artística e assemblhada</i> , segundo a cor. Brasil – 1993.....	59
13	Distribuição dos funcionários públicos estatutários no grupo de ocupação <i>Técnica, científica, artística e assemblhada</i> segundo a cor, em categorias de diversas variáveis (%). Brasil – 1993.....	60
14	Estimativas das equações de rendimentos dos funcionários públicos estatutários no grupo de ocupação <i>Técnica, científica, artística e assemblhada</i> , segundo a cor. Brasil – 1993.....	61
15	Decomposição da diferença entre médias de logaritmos de rendimentos de brancos e negros funcionários públicos estatutários no grupo de ocupação <i>Técnica, científica, artística e assemblhada</i> , conforme os dois tipos de decomposição. Brasil – 1993.....	62
16	Média das rendas dos indivíduos ocupados com rendimento de trabalho por setor, segundo a cor. Brasil – 2003.....	63
17	Distribuição dos indivíduos brancos e negros ocupados e com rendimento de trabalho por setor, em categorias de diversas variáveis (%). Brasil – 2003.....	64
18	Estimativas das equações de rendimentos por setor, segundo a cor. Brasil – 2003.....	65
19	Decomposição da diferença entre médias de logaritmos de rendimentos de brancos e negros empregados com carteira no setor privado, conforme os dois tipos de decomposição. Brasil – 2003.....	66
20	Decomposição da diferença entre médias de logaritmos de rendimentos de brancos e negros no setor público, conforme os dois tipos de decomposição. Brasil – 2003.....	67
21	Distribuição dos empregados com carteira no setor privado por grupos de ocupação segundo a cor. Brasil – 2003.....	68
22	Distribuição dos funcionários públicos estatutários por grupos de ocupação segundo a cor. Brasil – 2003.....	68
23	Média das rendas dos empregados com carteira no setor privado no grupo de ocupação <i>Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção</i> , segundo a cor. Brasil – 2003.....	69

24	Distribuição dos empregados com carteira no setor privado no grupo de ocupação <i>Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção</i> segundo a cor, em categorias de diversas variáveis (%). Brasil – 2003.....	70
25	Estimativas das equações de rendimentos dos empregados com carteira no setor privado no grupo de ocupação <i>Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção</i> , segundo a cor. Brasil – 2003.....	71
26	Decomposição da diferença entre médias de logaritmos de rendimentos de brancos e negros empregados com carteira no setor privado no grupo de ocupação <i>Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção</i> , conforme os dois tipos de decomposição. Brasil – 2003.....	72
27	Média das rendas dos funcionários públicos estatutários no grupo de ocupação <i>Técnicos de nível médio</i> , segundo a cor. Brasil – 2003.....	72
28	Distribuição dos funcionários públicos estatutários no grupo de ocupação <i>Técnicos de nível médio</i> segundo a cor, em categorias de diversas variáveis (%). Brasil – 2003.....	73
29	Estimativas das equações de rendimentos dos funcionários públicos estatutários no grupo de ocupação <i>Técnicos de nível médio</i> . Brasil – 2003.....	74
30	Decomposição da diferença entre médias de logaritmos de rendimentos de brancos e negros funcionários públicos estatutários no grupo de ocupação <i>Técnicos de nível médio</i> , conforme os dois tipos de decomposição. Brasil – 2003.	75
31	Média das rendas dos funcionários públicos estatutários ocupados com rendimento de trabalho por esfera pública, segundo a cor. Brasil – 1993.....	76
32	Médias da idade e da escolaridade dos funcionários públicos estatutários por esfera pública, segundo a cor, medida em anos. Brasil – 1993.....	77
33	Distribuição dos funcionários públicos estatutários brancos e negros ocupados e com rendimento do trabalho, por esfera, em categorias de diversas variáveis (%). Brasil – 1993.....	78
34	Estimativas das equações de rendimentos de funcionários públicos estatutários por esfera pública, segundo a cor. Brasil – 1993.....	79

35	Decomposição da diferença entre médias de logaritmos de rendimentos de brancos e negros funcionários públicos estatutários por esfera pública, conforme os dois tipos de decomposição. Brasil – 1993.....	81
36	Média das rendas dos funcionários públicos estatutários ocupados com rendimento de trabalho por esfera pública, segundo a cor. Brasil – 2003.....	82
37	Médias da idade e da escolaridade dos funcionários públicos estatutários por esfera pública, segundo a cor, medida em anos. Brasil – 2003.....	83
38	Distribuição dos funcionários públicos estatutários brancos e negros ocupados e com rendimento do trabalho, por esfera pública, em categorias de diversas variáveis (%). Brasil – 2003.....	84
39	Estimativas das equações de rendimentos de funcionários públicos estatutários, por esfera pública, segundo a cor. Brasil – 2003.....	85
40	Decomposição da diferença entre médias de logaritmos de rendimentos de brancos e negros funcionários públicos estatutários por esfera pública, conforme os dois tipos de decomposição. Brasil – 2003.....	86

RESUMO

Dados da PNAD de 1993 e 2003 foram usados para estimar equações de rendimentos dos indivíduos brancos e negros (conjunto formado por pretos e pardos) quando eles eram funcionários públicos estatutários ou empregados com carteira no setor privado. Este estudo analisou, por meio da metodologia de Blinder-Oaxaca, quanto da diferença dos rendimentos entre os indivíduos de cores diferentes foi causada pelas características da mão-de-obra e quanto dessa diferença pôde ser atribuída à cor do indivíduo, a qual é, usualmente associada à discriminação racial. Constatou-se que a discriminação racial não foi exclusividade dos empregadores do setor privado, pois houve parcelas não explicadas pelas diferenças nas características da mão-de-obra no diferencial de rendimentos existentes entre brancos e negros quando ambos eram funcionários públicos estatutários. Além disso, dividiu-se o setor público em esferas: federal, estadual e municipal. Na análise da decomposição de rendimentos por esferas, verificou-se que em todas as esferas, para ambos os anos, os negros receberam menores remunerações do que os brancos. A esfera pública municipal apresentou, para ambos os anos, o maior diferencial de rendimentos entre brancos e negros, sendo a maior parte desse diferencial associada às diferenças nas características da mão-de-obra. Entretanto, o termo associado usualmente à discriminação racial não se mostrou desprezível.

ABSTRACT

Data from an annual household survey (PNAD) of 1993 and 2003 were used to estimate earning equations of whites and Negroes (group formed by blacks and mixed race) when they were statutory public servants or formal employees in the private sector. This study analyzed, by Blinder-Oaxaca methodology, for both types of occupation and for both years, how much of the differences in earnings between races was caused by the workers' characteristics and how much of this difference could be attributed to race, which is, usually, characterized as racial discrimination. It was observed that the racial discrimination was not exclusiveness of the private sector employers, since a substantial part of the earning difference between whites and Negroes when both were statutory public servants was not explained by the workers characteristics. Moreover, the public sector was divided into three levels: federal, state and municipal. The analyses of the income decomposition for the levels showed, for both years, that Negroes received less income than white people, in all levels. The municipal public level showed, for both years, the biggest difference in the income between whites and Negroes, whereas the greater part of this difference was due to differences in workers' characteristics. However, the "unexplained" part usually associated with racial discrimination was not negligible.

INTRODUÇÃO

À medida que se aprofunda o estudo das relações raciais no Brasil evidencia-se a complexidade das variáveis envolvidas para o seu entendimento. Algumas dessas variáveis são perfeitamente mensuráveis, como as diferenças existentes entre brancos e negros (pretos e pardos) em termos de rendimentos, educação, posição na ocupação etc. Todavia, há variáveis que não são facilmente mensuráveis, mas que repercutem nas relações raciais, como as conseqüências psicológicas e culturais do mito da democracia racial e do branqueamento. Nesse contexto, a importância da discriminação racial não está apenas nos seus aspectos econômicos, mas também no fato de ao eliminá-la possivelmente haverá impacto em áreas não-econômicas.

As desigualdades existentes entre brancos e negros (pretos e pardos) ocorrem ao longo de todo o processo de realização socioeconômico individual, consolidando-se no mercado de trabalho e, conseqüentemente, nos rendimentos auferidos.

As diferenças de rendimentos existentes no mercado de trabalho podem ser ocasionadas por diferenças nas características da mão-de-obra (escolaridade, experiência etc.), que afetam a produtividade do trabalho, como também podem refletir os efeitos da discriminação racial que ocorre quando trabalhadores igualmente produtivos auferem rendimentos diferentes com base única e exclusivamente na cor.

No mercado de trabalho, um aspecto ainda não explorado na literatura brasileira é a análise da ocorrência da discriminação racial na esfera pública. Assim, pretende-se comparar a suposta inexistência da possibilidade de discriminação racial na esfera pública com a situação na esfera privada, onde sua ocorrência é inofismável. Desse modo, o objetivo do trabalho é determinar, por meio da metodologia proposta por Blinder-Oaxaca, quanto das diferenças dos rendimentos entre os indivíduos de cores diferentes situados nos setores público e privado¹ é causado pelas características dos trabalhadores e quanto dessas diferenças pode ser atribuído à cor do indivíduo. Esta última parcela das diferenças é usualmente caracterizada como discriminação racial.

Assim, foram analisadas as diferenças de rendimentos existentes entre brancos *versus* negros² quando são funcionários públicos estatutários e quando são empregados

¹ O setor público é constituído pelos funcionários públicos estatutários. O setor privado é composto por empregados com carteira no setor privado. Desse modo, excluem-se trabalhadores que possuem carteira, mas não estão no setor privado – caso, por exemplo, dos empregados funcionários públicos celetistas.

² Nesse trabalho, são designados por negros o conjunto formado por pretos e pardos. O agrupamento de pretos e pardos numa mesma categoria encontra respaldo na literatura sobre relações raciais.

com carteira situados no setor privado. A escolha entre esses dois tipos de trabalhadores se justifica – além de ser um tópico ausente na literatura brasileira sobre relações raciais – pois, caso os trabalhadores sejam funcionários públicos estatutários, a hipótese é que o termo associado à discriminação racial seja, senão nulo, próximo de zero. Desse modo, a diferença de rendimentos existentes entre brancos e negros funcionários públicos estatutários se deve quase que exclusivamente às diferenças de características da mão-de-obra existentes entre eles, visto que o processo de seleção do funcionário público estatutário não deve levar – pelo menos se espera que não – em consideração a cor do indivíduo. O mesmo não ocorre quando o trabalhador é contratado no setor privado, podendo sofrer discriminação por parte do empregador com base em atributo não-produtivo, no caso sua cor.

O trabalho está dividido em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. No Capítulo 1 é apresentada a revisão da literatura dos trabalhos sobre as diferenças entre brancos e negros (pretos e pardos) na sociedade brasileira nos diversos aspectos da sociologia, psicologia, economia e política. No Capítulo 2 estão os dados e a metodologia, bem como as limitações de ambos. No capítulo 3 são apresentados e discutidos os resultados do modelo de Blinder-Oaxaca para ambos os setores para 1993 e 2003. Finalmente, na conclusão são sumariados os principais resultados.

CAPÍTULO 1. REVISÃO DA LITERATURA

1.1 Mito da democracia racial, branqueamento e suas conseqüências

Fazem parte da ideologia brasileira o mito da democracia racial e o ideal de branqueamento (Nogueira, 1985). Tanto o ideal de branqueamento quanto o mito da democracia racial brasileira são claramente produtos intelectuais da elite branca dominante (Hasenbalg, 1979).

O conceito de democracia racial estabelece que o Brasil é um país livre de impedimentos legais e institucionais¹ para a igualdade racial, e em grande parte também isento de preconceito e discriminação raciais (Andrews, 1991; Guimarães, 1997). Aliás, o corolário implícito dessa idéia é a ausência de preconceito e discriminação raciais e, conseqüentemente, a existência de oportunidades iguais para brancos e não-brancos (Hasenbalg, 1979, 1995).

Apesar de Gilberto Freyre não ter mencionado explicitamente a idéia de democracia racial em nenhum momento na obra *Casa Grande & Senzala*, esse conceito está fortemente associado a ele em sua obra lançada no início dos anos 30.

“... Não que no brasileiro subsistam, como no anglo-americano, duas metades inimigas: a branca e a preta; o ex-senhor e o ex-escravo. De modo algum. Somos duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas; quando nos completarmos num todo, não será com sacrificio de um elemento ao outro...” (Freyre, 1963, p. 378).

Freyre (1963) tratou das inúmeras maneiras pelas quais o negro e o mulato influenciaram o estilo de vida dos senhores de engenho, no que se referem aos hábitos alimentares, linguagem, sexo etc. Com isso ele negava a afirmação corrente da época, baseada em teorias racistas², de que a miscigenação tenha causado dano irreparável quanto ao futuro da sociedade brasileira, pois ela era vista produzindo inevitavelmente “degenerados”, uma vez que se acreditava nos males da mistura de raças.

Assim, antes tomado como o inferno da depravação sexual e da degeneração étnica, o Brasil se converteu pelas mãos de Gilberto Freyre em paraíso tropical e mestiço, onde se

¹ Não era o caso dos EUA onde havia uma barreira de cor institucionalizada: branca/não-branca (Skidmore, 1974) e onde havia, até meados da década de 1960, uma construção legal que dividia a população em linhas raciais em todas as esferas da vida social (Nogueira, 1985; Fry, 2000).

² As teorias racistas se pautam, basicamente, na superioridade da raça branca em detrimento das raças não-brancas.

daria a confraternização de raças e culturas oriundas da Europa, África e América. Antes vista com um misto de horror e vergonha, a mestiçagem se convertera em fusão harmoniosa de raças e culturas e em valor a ser preservado por garantir a especificidade do Brasil diante de outras nações (Ventura, 2000).

Apesar de Freyre (1963) considerar desprovida de fundamento a superioridade de uma raça perante a outra, Skidmore (1974, 1991) e Bento (2003) alegam que Freyre se identificava com o ideal de branqueamento por meio da miscigenação.

A partir de meados do século XIX, as teorias racistas dominaram o círculo acadêmico e elitista norte-americano e europeu. Por meio delas, explicavam-se como os europeus do Norte tinham atingido o poder econômico e político superior aos demais países (Skidmore, 1974, 1991; Da Matta, 1981). Esse fato era atribuído à hereditariedade e ao meio físico favoráveis, ou seja, os europeus do Norte eram raças “superiores” e gozavam do clima ideal; o que implicitamente significava que as raças mais escuras de climas tropicais nunca seriam capazes de produzir civilizações comparativamente evoluídas. O Brasil era vulnerável às teorias racistas vindas do exterior. À medida que tinha contato com as últimas idéias geradas na Europa, intensificava-se a noção da inferioridade do negro perante o branco. Essa imagem do negro dava à elite brasileira incentivo para trabalhar por um Brasil mais branco³ (Skidmore, 1974).

A maior parte da elite brasileira aceitava a superioridade da raça branca, apenas precisava descobrir como aplicá-la à sua situação nacional, pois o Brasil já era uma sociedade multirracial (Skidmore, 1974, 1991; Schwarcz, 2001; Bento, 2002). Então, difundiu-se a crença entre a elite de que a miscigenação levaria inexoravelmente a um Brasil branco, ou seja, o branco prevaleceria por meio da miscigenação⁴ enquanto o negro desapareceria gradualmente (Ianni, 1972; Skidmore, 1974, 1991; Hasenbalg, 1979; Nogueira, 1985).

O ideal de branqueamento tomou forma por meio das políticas promovidas pela elite com relação à imigração, particularmente, européia (Skidmore, 1974; Siqueira, 2002),

³ O fenômeno branqueamento reflete tanto o aspecto populacional (processo de “clareamento” da população brasileira) como o aspecto ideológico (interiorização dos modelos culturais brancos pelos negros) (Domingues, 2002).

⁴ Os EUA e a Europa tinham execração ao casamento inter-racial. Não obstante, os EUA não podiam fugir à realidade histórica de que a miscigenação ocorre com frequência num regime escravocrata. Podiam, porém, consolar-se com o fato de que os filhos mestiços eram rigidamente relegados à casta “negra” (Skidmore, 1974).

pois importando pessoas brancas da Europa, esperava-se gradualmente branquear a população⁵ (Fry, 2000).

Deve-se considerar que a política de imigração tinha como argumento o problema da escassez de mão-de-obra devido ao fim do tráfico negreiro e visto que o crescimento econômico do Brasil dependia da ampliação do uso da terra mediante a incorporação de mais mão-de-obra (Furtado, 1999). Entretanto, além da imigração ocorrer em parte para suprimir esse aspecto econômico, havia claramente o componente branqueamento da população, pois se o problema fosse apenas escassez de mão-de-obra não haveria a necessidade de um decreto de 28/06/1890 determinar que apenas mediante autorização do Congresso Nacional os africanos e asiáticos poderiam ser admitidos nos portos brasileiros (Silva, 1996). Desse modo percebe-se que quaisquer imigrantes eram bem-vindos desde que “agricultores, trabalhadores, moralizados”, o que não dizia respeito aos asiáticos e africanos, descendentes de raças “não vigorosas e pouco inclinadas ao trabalho” (Azevedo, 1987).

O início do fluxo maciço de imigrantes europeus ocorreu estimulado pelos governos estaduais e mesmo subsidiado em São Paulo. A migração européia atingiu seu objetivo, pois modificou a composição racial da população por meio do processo de branqueamento. Entre 1890 e 1900, a região Sudeste absorveu 88% dos imigrantes europeus. As pessoas de cor como proporção da população total do Sudeste declinou de 49% em 1872 para 16% em 1950. Em comparação, o resto do país experimentou uma taxa de branqueamento mais lenta durante o mesmo período; a população de cor caiu de $\frac{2}{3}$ para aproximadamente metade da população (Hasenbalg, 1979). No Brasil como um todo, houve um rápido aumento da população branca entre 1890 e 1950, que passou de 44% para 62% da população total no período (Skidmore, 1974; Andrews, 1992; Silva, 1992; Henriques, 2001). O ideal de branqueamento parecia dar ao Brasil vantagens de dois lados: evitava as amargas divisões raciais dos EUA e diminuía a presença dos negros via cruzamento inter-racial (Skidmore, 1974).

Como resultado do fluxo oficialmente promovido de imigrantes europeus, até os anos 20⁶, excluiu-se do espaço socioeconômico os não-brancos, pois eram preteridos aos imigrantes brancos, os quais ocuparam as posições abertas pela expansão dos setores e

⁵ Azevedo (1987) apresentou versão diferente para a proposta do ideal de branqueamento. O ideal de branqueamento nasce do medo que os brancos tinham de acabar sendo “tragados” pelos negros que na época compunham o contingente populacional majoritário do país. Assim, longe de ser uma mera importação de idéias, a adesão às teorias racistas transcorreu devido à exarcebção dos conflitos entre senhores e escravos.

⁶ Em 1931, foi promulgada a Lei da Nacionalização do Trabalho que requeria que as empresas industriais e comerciais mantivessem pelo menos $\frac{2}{3}$ de sua força de trabalho de brasileiros natos (Andrews, 1991).

regiões capitalistas (Ianni, 1972; Hasenbalg, 1979; Azevedo, 1987; Andrews, 1991; Skidmore, 1991; Bento, 2002).

Tanto o mito da democracia racial quanto o branqueamento acarretaram ônus aos não-brancos e, conseqüentemente, bônus aos brancos.

O mito da democracia racial implicou uma reconstrução idílica do passado devido à presença de alguns não-brancos (mulatos-claros) nas elites econômicas e políticas (Hasenbalg, 1979; Marx, 1997; Osorio, 2004), a falta de discriminação legal e a ausência de conflito racial declarado (Hasenbalg, 1979).

Incorporado por grande parte da população, o mito da democracia racial se tornou um obstáculo para o enfrentamento das questões étnicas e sociais e uma barreira para o movimento negro (Ventura, 2000). Assim, o mito faz mais do que negar a democracia racial; pois tem a poderosa função de mascarar o preconceito e a discriminação raciais impedindo a formação em grande escala de um movimento de protesto negro (Hasenbalg, 1979; Marx, 1997; Santos, 1999). O mito é, indubitavelmente, o símbolo integrador mais poderoso criado para desmobilizar os negros e perpetuar as desigualdades raciais (Hasenbalg, 1979; Bento, 2003), sendo empregado simplesmente como um argumento justificador ou legitimador do *status quo*, como se esse correspondesse ao melhor dos mundos no que diz respeito às relações raciais (Nogueira, 1985).

Dessa maneira, o mito da democracia racial tornou o racismo no Brasil o mais insidioso, pois é oficialmente negado (Fry, 2000), ou seja, o racismo à brasileira tende a se manifestar de modo implícito (Munanga, 1996; Da Matta, 1997), o que sob certos aspectos, é mais prejudicial ao contingente discriminado do que a discriminação aberta (Nogueira, 1985), pois nesse sentido os pretos e pardos não têm como se defender da injustiça – tanto em termos materiais como em termos psicológicos – a que estão sujeitos no seu cotidiano.

Do ponto de vista dos brancos, o mito da democracia racial permite que eles obtenham vantagens simbólicas e econômicas da estratificação racial (Hasenbalg, 1979; Teodoro, 1996), pois além das vantagens materiais, o grupo dominante branco extrai certa “mais-valia” psicológica, cultural e ideológica do colonizado (Hasenbalg, 1979).

Do ponto de vista dos não-brancos, o mito da democracia racial isenta a política do Estado ou o racismo insidioso de qualquer responsabilidade pela situação da população negra, e até mesmo transfere essa responsabilidade aos próprios negros (Hasenbalg, 1979; Andrews, 1991). A persistente pobreza e marginalização dos negros não eram vistas como uma refutação da idéia de democracia racial, mas sim como uma confirmação da preguiça,

ignorância, estupidez, incapacidade etc., que impediam os negros de aproveitarem as oportunidades a eles oferecidas pela sociedade brasileira (Andrews, 1991).

Como a auto-estima dos membros de um grupo é função da posição do grupo na hierarquia social, a evidência da subordinação, exploração e opressão dos não-brancos decorrente de práticas sociais discriminatórias certamente contribuiu para o sentimento de inferioridade deles (Hasenbalg, 1979; Silva, 2002a). Essa interiorização pela maioria dos não-brancos de uma auto-imagem desfavorável, por sua vez, tem conduzido não-brancos a regularem suas aspirações de acordo com o que é culturalmente imposto e definido como “lugar apropriado” para as pessoas de cor⁷ (Hasenbalg, 1979, 1995; Rama, 1989; Osorio, 2004). Embora a segregação *de jure* não exista no Brasil, a segregação *de facto* é uma realidade (Eccles, 1991; Da Matta, 1997; Barretos, 1997).

Como conseqüência negativa do ideal de branqueamento, aparece o drama do negro que vivendo no mundo dos brancos – o qual é considerado “superior” e ideal a ser buscado por eles (Nogueira, 1985; Oliveira *et al.*, 1998) – é induzido a interiorizar os valores culturais dos brancos, inclusive sua preferência etnocêntrica pelos característicos físicos brancos (Nogueira, 1985; Reis, 1997; Domingues, 2002). Até mesmo os negros e mulatos tendem a considerar o branco como portador de maior número de atributos favoráveis (Ianni, 1972). Nas palavras de Nogueira (1985): “É o drama do negro colonizado, escravizado, destribalizado, despojado de sua cultura e imerso na cultura do branco, interiorizando o ideal estético do branco, no que toca à figura humana”.

Dessa forma, o branqueamento se torna o aspecto mais visível da ideologia racial do negro, pois como aspiravam se unir à maioria da sociedade brasileira, o branqueamento seria a maneira mais provável para atingir esse objetivo (Ianni, 1972; Andrews, 1991). Branquear passa a ser o ideal permanente dos negros, não apenas com relação aos caracteres somáticos, mas também às condições sociais a que os negros e mulatos aspiram. O que desejam é o “branqueamento social”, ou seja, luta pela ascensão social e econômica por meio de atividades ao lado de brancos, do cultivo de amigos e conhecidos brancos, casamentos inter-raciais, convivência com brancos de categorias sociais mais elevadas e dissimulação da raça (Ianni, 1972; Andrews, 1991). O ideal de branqueamento levado a tais limites como aspirações dos negros e mulatos provoca evidentemente desequilíbrios ao grupo. Os negros e mulatos avaliam negativamente a própria cor (Ianni, 1972),

⁷ Embora no Brasil não houvesse, como ocorreu nos EUA, uma explícita nomeação do lugar do negro e do lugar do branco, a mesma exclusão foi e é feita por meio de subterfúgios ideológicos e eufemista que, na prática tiveram e têm o mesmo resultado segregador da plaquinha *Only White*, até o final dos anos 60 nos EUA (Barretos, 1997).

autonegando-se ante a imagem negativa de si mesmos, fragmentando sua identidade no intuito de serem aceitos por e naquele mundo dos brancos, dilacerando-se psicológica e fisicamente (Oliveira et al., 1998). Assim, para participar desse verdadeiro mundo dos brancos, negros e mestiços se submetem a um branqueamento psicossocial e moral, renunciando sua cultura ancestral (Domingues, 2002; Osorio, 2004).

Portanto, o mito da democracia racial e o branqueamento basicamente provocam, por um lado, a interiorização de estereótipos negativos associados aos pretos e pardos e, por outro, a valorização dos estereótipos dos brancos, o que certamente contribui para a formação das características culturais não apenas do grupo negro brasileiro, mas também do grupo branco.

A fraqueza das tradições históricas e políticas brasileiras em denunciar discriminações raciais em muito contribui para solidificar o mito de que nossas relações raciais não são conflituais (Adorno, 1995). Assim, o mito da democracia racial persiste não havendo consenso de que o Brasil sofre de sistemática e significativa discriminação racial (Skidmore, 1991). O mito da democracia racial coexiste com o preconceito e com a discriminação racial (Fry, 2000), ou seja, ele permite a convivência da discriminação lado a lado com a intimidade (Silvério, 2003). No Brasil, um indivíduo pode ter preconceito contra as pessoas de cor e ao mesmo tempo ser amigo particular, cliente, admirador de determinada pessoa de cor. Enquanto nos EUA, o branco que mantém amizade com pessoas de cor é pejorativamente chamado de *negro-lover* ou de “negro-voluntário”, além de estar sujeito às sanções mais drásticas (Nogueira, 1985).

Mas a que se deve essa situação brasileira tão peculiar? Segundo Da Matta (1981), a lógica do sistema de relações sociais no Brasil é a de que pode haver intimidade entre senhores e escravos, superiores e inferiores, por que há uma hierarquia fortemente estabelecida. Nesse sistema, não há necessidade de segregar os não-brancos, porque as hierarquias asseguram a superioridade do branco como grupo dominante. O negro e o branco podiam interagir livremente no Brasil simplesmente porquê aqui o branco e o negro tinham um lugar certo e sem ambigüidades dentro de uma totalidade hierarquizada muito bem estabelecida. Nesse sentido, se torna verdadeiro o provérbio: “No Brasil, não temos problemas de preconceito, porque aqui o negro sabe o seu lugar” (Andrews, 1991).

Nas subseções seguintes será apresentado o lugar do negro na sociedade brasileira. Evidenciar-se-á que a distribuição hierarquizada das pessoas é fato que se fundamenta na assimetria das relações raciais e na discriminação racial (Ianni, 1972).

1.2 Aspectos gerais

1.2.1 Distribuição geográfica

Uma característica notável da composição racial da população brasileira é a disparidade em sua distribuição espacial (Silva, 1992). Os brancos estão relativamente mais concentrados nas áreas mais desenvolvidas do país – principalmente, no Sudeste – enquanto pretos e, particularmente, pardos (Andrews, 1992; Silva, 1999; Lima, 1999c; Henriques, 2001; Jaccoud & Beghin, 2002) são relativamente mais numerosos nas regiões economicamente menos privilegiadas – principalmente, no Nordeste (Hasenbalg, 1979, 1995; Silva, 1981; Telles, 1992; Silva, 1993; Zucchi & Hoffmann, 2004), região mais pobre do país (Hoffmann, 2001; Henriques, 2001), pois cerca de metade de todos os pobres estão no Nordeste (Henriques, 2001). Além disso, em todas as demais regiões do país, o rendimento auferido pelos indivíduos brancos e negros é superior ao rendimento auferido pelos indivíduos do mesmo grupo racial situados no Nordeste (Zucchi & Hoffmann, 2004).

Em 1999, 52% dos brancos estavam concentrados no Sudeste. Quase metade da população parda (47%) vivia no Nordeste e 31% no Sudeste. A população preta, por sua vez, apresenta diferença na sua distribuição espacial frente à população parda, pois 54,5% da sua população estavam no Sudeste, todavia 30% dos pretos estavam no Nordeste (Henriques, 2001).

1.2.2 Casamentos inter-raciais

O ideal de branqueamento influenciou homens e mulheres de pele escura nas suas escolhas de cruzamento racial (Skidmore, 1974). O meio mais eficaz de branqueamento é o casamento com pessoas mais claras (de preferência, branca) e produzirem filhos mais claros (de preferência, brancos) (Andrews, 1991). O casamento com indivíduos mais claros já satisfaz o escuro, pois este se sente como se tivesse branqueado um pouco apenas casando-se com alguém mais claro (Ianni, 1972). Casando-se, por exemplo, com uma branca, um negro em três ou quatro gerações terá seus descendentes incorporados ao grupo branco por meio de sucessivos cruzamentos (Ianni, 1972; Nogueira, 1985).

Todavia, há nítida tendência no Brasil de endogamia racial (Oliveira et al., 1985; Berquó, 1987; Silva, 1987). Em 1980, 79% dos casamentos são endogâmicos e,

conseqüentemente, apenas 21% exogâmicos (Silva, 1987). Nos casamentos exogâmicos, predomina a mulher ser mais clara do que o homem (Berquó, 1987; Silva, 1987).

Se por um lado, os não-brancos procuram casar-se com os brancos, por outro lado, os brancos evitam casar-se com os não-brancos (Ianni, 1972; Nogueira, 1985). Diante do casamento de uma pessoa branca com uma de cor, a impressão geral é a de que esta última foi “de sorte” enquanto aquela foi de “mau gosto” ou se “rebaixou” (Nogueira, 1985).

Os casamentos inter-raciais são mais freqüentes dentro das classes baixas (Hasenbalg, 1979; Oliveira et al., 1985). Entre os brancos que recebem até um salário mínimo, 77,3% dos chefes brancos têm cônjuges brancas. Já com mais de cinco salários mínimos, 92,3% dos chefes brancos têm cônjuges brancas. Essa tendência também se aplica aos negros, mas de forma menos nítida à medida que aumenta o nível de rendimento (Oliveira et al., 1985).

1.2.3 Características das famílias

São mais freqüentes famílias negras chefiadas por mulheres do que famílias brancas (Oliveira et al., 1985; Rama, 1989; Andrews, 1992; Silva, 1993; Hasenbalg & Silva, 1999b). No final dos anos 80, os lares chefiados por mulheres eram ligeiramente mais numerosos na população parda do que na branca e quase duas vezes mais numerosos entre a população preta em relação à branca (Andrews, 1992). Além disso, famílias negras tendem a ser maiores e a ter maior número de dependentes (Silva, 1993; Hasenbalg & Silva, 1999b). Em 1980, as pardas tinham, em média, 5,6 filhos, as pretas, 5,1 filhos, e as brancas, 3,6 filhos (Hasenbalg & Silva, 1999b).

O fato de as famílias negras serem mais freqüentemente chefiadas por mulheres e possuírem maior número de dependentes contribui para a maior carência dessas famílias. Em 1999, 56,6% das crianças negras (entre 0 a 14 anos de idade) viviam em famílias que auferiram menos de 0,5 salário mínimo *per capita*. No outro extremo, cujo rendimento médio por pessoa era superior a cinco salários mínimos, não chegava a 1% do total. As crianças brancas na mesma faixa etária apresentavam indicadores, comparativamente, menos alarmantes; 30% viviam em famílias cuja renda familiar *per capita* era inferior a 0,5 salário mínimo, e entre as crianças brancas que viviam em famílias cujo rendimento médio *per capita* era superior a cinco salários mínimos, esse valor era de 6,6% (Paixão, 2003).

Rama (1989), analisando como repercutiam as características do chefe do domicílio no aproveitamento educacional das crianças (com 12 anos de idade e que não

trabalhavam), encontrou que 29,6% das crianças pertencentes a domicílios cujos chefes são brancos têm entre cinco e seis anos de escolaridade; no caso dos pardos esse valor é de 14,5% das crianças e apenas 4,7% das crianças pretas.

O comportamento da mortalidade infantil segundo a cor também apresenta diferenças significativas, com maiores taxas de mortalidade infantil entre as mães não-brancas do que entre as mães brancas (Tamburo, 1987; Heringer, 2000). No período de 1993/1994, a taxa de mortalidade infantil das crianças de até um ano de vida, no Nordeste, em média, foi de 96,3 por mil nascidos vivos para os negros e 68 por mil nascidos vivos para os brancos (Heringer, 2000).

1.2.4 Desenvolvimento econômico e desigualdades raciais

A industrialização traz consigo a profunda reestruturação da economia e possibilita oportunidades sem precedentes para os grupos raciais subordinados (Telles, 1994). Todavia, ela pode se ajustar ao padrão preexistente de relações raciais, pois como aqueles que estão no comando do processo de industrialização provêm da ordem racial vigente, eles provavelmente não apenas compartilham as premissas do comportamento racial como também as respeitam, por razões de auto-interesse, perpetuando as desigualdades raciais (Hasenbalg, 1979).

No Brasil, à medida que se intensifica a urbanização e se processa a industrialização não há alteração fundamental da população segundo os caracteres raciais (Hasenbalg, 1979; Nogueira, 1985; Osorio, 2004). Desse modo os níveis crescentes de industrialização e modernização da estrutura social não eliminam os efeitos da raça ou cor como critério de seleção social e geração de desigualdades raciais (Hasenbalg & Silva, 1990), pois o fato de ter ocorrido rápido crescimento econômico entre 1960 a 1980, resultou para os afro-brasileiros em aumento de discriminação salarial (Lovell, 1992). No máximo, o desenvolvimento no país contribuiu para que, em 1980, fossem menores as desigualdades raciais nas ocupações *manuais especializadas*, porém aumentou-as nitidamente nas ocupações tipo *profissão liberal e administrativa*, restringindo dessa forma a entrada de membros do grupo subordinado a posições de ocupação mais elevadas (Telles, 1994). Além disso, à medida que o desenvolvimento econômico avançou, ser preto ou pardo dificultou as chances no alcance educacional do indivíduo quando comparado com o fato de ser branco (Fernandes, 2005). Então, pode-se dizer que o racismo enquanto fenômeno social passa por alterações a fim de continuar cumprindo sua função de

instrumento de dominação e exclusão, à medida que conserva os privilégios dos brancos (Alberto, 2000).

1.3 Mercado de trabalho

No mercado de trabalho, mesmo com o passar dos anos e independentemente da região do país analisada, os negros apresentam desvantagens em relação aos brancos no que se refere à inserção nas diversas posições de ocupação e nos ramos de atividade. Desse modo, a raça constitui um critério efetivo de distribuição dos indivíduos na hierarquia ocupacional (Hasenbalg, 1979; Telles, 1990; Batista & Galvão, 1992), com o negro servindo, na sociedade brasileira, para indicar o pior lugar. Assim, evidencia-se claramente que há empregos que são redutos de brancos e empregos que são redutos de negros.

A distribuição ocupacional dos não-brancos está mais concentrada nos estratos inferiores, os quais, por sua vez, possuem menores remunerações.

No Brasil, há representação desproporcional dos não-brancos (pretos e pardos) no emprego agrícola. Em 1940, 77,4% dos não-brancos estavam nesse ramo de atividade. Embora sua participação tenha diminuído, em 1950, continuava ainda elevada (68,7%). Para os brancos essas proporções foram, respectivamente, 65,9% e 55,8% (Hasenbalg, 1999a).

Em 1976, a proporção de pretos e pardos nas ocupações de *status* mais baixo (trabalhadores manuais nas atividades agrícolas) foi quase 50% maior do que a participação dos brancos nessas ocupações. Por outro lado, a proporção de brancos em ocupações de *status* mais elevado⁸ foi superior a $\frac{1}{4}$, enquanto apenas 6% dos pretos e 12% dos pardos estavam nessas ocupações (Silva, 1981). Nesse mesmo ano, com relação à inserção de brancos e não-brancos (pretos e pardos) nos setores econômicos, nota-se a concentração desproporcional dos não-brancos na agricultura, na indústria de construção e nos serviços (principalmente doméstico): 68% dos não-brancos e 52% dos brancos economicamente ativos estavam situados nesses setores (Hasenbalg, 1985). Ademais, enquanto 23,1% dos brancos possuíam ocupações não-manuais⁹, as proporções para pretos e pardos foram bem inferiores, 4,7% e 9,9%, respectivamente (Oliveira et al., 1985).

⁸ Ocupações técnicas, científicas, religiosas, artísticas e administrativas, que incluem essencialmente os profissionais liberais e os proprietários.

⁹ Profissionais em ocupações de nível superior e médio, empresários, administradores e pessoal de escritório.

Na distribuição ocupacional dos homens segundo a cor, em 1980, os brancos (14,6%) tinham cerca de quatro vezes mais probabilidade do que os não-brancos (3,7%) de terem um emprego no grupo ocupacional superior¹⁰. Os não-brancos tinham maior probabilidade (50,6%) do que os brancos (29,7%) de estarem empregados no grupo ocupacional inferior, categoria manual não-especializada (Telles, 1994). Se forem considerados os grupos ocupacionais em que as mulheres estão inseridas, observa-se o mesmo padrão, ou seja, as mulheres não-brancas concentram-se nos ramos de atividades inferiores. Em 1987, pretas (46,9%) e pardas (30,9%) estavam mais concentradas na prestação de serviços, enquanto para as brancas esse valor era de 20,4% (Silva & Lima, 1992).

A mesma situação de desvantagem dos negros no mercado de trabalho é observada quando são analisadas diferentes partes do Brasil.

A situação em São Paulo, em 1940, caracterizava-se pelo vínculo predominante de não-brancos (pretos e pardos) no emprego agrícola (71,2%) enquanto apenas 12% deles trabalhavam no setor secundário; para os brancos essas proporções foram, respectivamente, 56,3% e 17,5%. Entre 1940 a 1950 a proporção da população não-branca trabalhando na agricultura passa a ser 48,9%. Em 1950, a participação relativa dos não-brancos no setor secundário aumenta para 20,5%, mas sendo ainda menor do que a dos brancos (24,3%) situados nesse mesmo setor (Hasenbalg, 1999a).

No Estado do Paraná, em 1950, no ramo de atividade *indústria de transformação*, os brancos na categoria dos *empregados* tinham menor participação (84,3%) em relação à média da respectiva categoria (85,3%). No que diz respeito aos *empregadores*, eles detinham proporção maior (6,0%) do que a média dessa posição na ocupação (5,5%). Os pretos e pardos, por outro lado, detinham elevada participação no grupo dos *assalariados*, respectivamente, 96,7% e 93,6% e ínfima participação na posição *empregadores*: 0,6% dos pretos e 0,9% dos pardos estavam nessa posição (Ianni, 1972).

Bairros (1988) analisou a composição racial dos setores e ramos de atividades da Bahia de 1950 a 1980. Em 1950, 26,9% dos trabalhadores da agricultura, pecuária, silvicultura e atividades extrativas eram brancos, enquanto 72,9% eram negros (pretos e pardos). Após 30 anos, a participação dos brancos nesse ramo diminuiu para 20,1% enquanto a dos negros aumentou (79,2%).

Em 1990, mesmo na área definida como *Brasil urbano não-metropolitano* houve maior concentração dos negros em atividades tipicamente rurais, ou seja, 24% dos pretos,

¹⁰ Ocupações de gerência e profissões liberais.

19,4% dos pardos, 7,6% das pretas e 4,6% das pardas estavam inseridos nessas atividades, enquanto para homens e mulheres brancos essas participações foram, respectivamente, 12,4% e 2,9% (Lima, 1999c).

Durante o período de 1920 a 1960, mais da metade dos negros iniciantes na São Paulo Light e apenas $\frac{1}{4}$ dos brancos eram contratados para o grupo de trabalhadores braçais. Dos brancos que eram trabalhadores fabris ou trabalhadores braçais antes de ingressar na São Paulo Light, menos da metade tornaram-se trabalhadores braçais na empresa. Já entre os trabalhadores negros nessa mesma situação, $\frac{3}{4}$ foram designados para o grupo dos trabalhadores braçais (Andrews, 1991).

Em 1990, dividindo-se a população negra por gênero, constatou-se presença maciça, principalmente das mulheres, no estrato de ocupação manual (*trabalhadores de indústria, serviço doméstico e mercado informal*): 52,4% dos homens pretos; 45,1% dos homens pardos; 70,1% das mulheres pretas e 59,8% das pardas. Para homens e mulheres brancos a participação nesse estrato ocupacional foi 41,9% e 47,2%, respectivamente (Lima, 1999b).

No setor urbano, em 1998, a participação da população branca na força de trabalho foi superior à participação da parda, respectivamente, 64% e 36%. No setor rural, o nível de participação da população parda (52,5%) na força de trabalho foi maior do que da população branca (47,5%) (Loureiro & Carneiro, 2001).

Como no Brasil era forte a associação entre trabalho braçal a trabalho de escravo em vez de homem livre (Durham, 2003), percebe-se que existe, ainda hoje, a mesma associação na sociedade brasileira do negro vinculado ao trabalho manual e agrícola que possuem menores remunerações. E isso ocorre independentemente da faixa etária; em 1999, a presença dos negros(as), entre 10 e 14 anos e de 15 a 17 anos, era majoritária no setor agrícola (respectivamente, 64,7% e 62,7%), no comércio ambulante (respectivamente, 72,32% e 53,3%) e nos serviços domésticos (respectivamente, 55,7% e 53,0%) (Paixão, 2003).

Assim, para escapar do estigma de trabalhador braçal e ascender para posições na ocupação mais elevadas, o setor público se torna bastante atrativo para os negros (Andrews, 1991). Além disso, no setor público a possibilidade de discriminação racial é mais restrita (Durham, 2003; Campante et al., 2004, Reis e Crespo, 2005). Um negro está relativamente melhor na posição de funcionário público, pois para entrar nessa posição o critério normalmente utilizado é o de concurso e análise do mérito. Dessa forma, uma vez que o indivíduo esteja capacitado pelas vias legais de preencher um determinado cargo

público a sua raça não será um impeditivo, da mesma forma que o seu salário não deve ser diferenciado por esse motivo (Campante et al., 2004). Além disso, as estimativas dos coeficientes da variável binária *militar ou funcionário público* indicam que, depois de descontadas os efeitos de todas as demais variáveis explanatórias incluídas nas equações de rendimentos dos brancos e dos negros, as pessoas dessa categoria ocupacional têm rendimento esperado substancialmente maior do que os *empregados do setor privado*¹¹. Os brancos na categoria *militar ou funcionário público* receberam 23,2% a mais do que os brancos *empregados do setor privado*. Para os negros essa vantagem é ainda maior; negros na categoria *militar ou funcionário público* auferiram rendimentos 37,6% maiores do que negros *empregados do setor privado* (Zucchi & Hoffmann, 2004). Além disso, deve-se considerar a maior estabilidade no emprego proporcionada pelo setor público.

O fato de os negros estarem inseridos nas piores posições da hierarquia ocupacional contribui fortemente para a maior precarização da sua condição de trabalho. Embora não se possa dizer que a informalidade seja sinônimo de pobreza e subemprego, a maioria dos que trabalham no setor informal tem menor segurança no trabalho e menor renda, não havendo dúvidas de que os melhores postos de trabalho estejam no setor formal (Pastore & Silva, 2000).

Os brancos obtêm empregos formais em maior proporção do que os não-brancos. Telles (1990) utilizando dados do Censo de 1980 analisou em que medida fatores sociais como educação, gênero, idade, raça e situação de imigrante influenciam a inserção dos indivíduos no setor de trabalho formal ou informal nas áreas metropolitanas brasileiras. O autor reportou que a raça faz diferença para a participação no setor formal mesmo depois da aplicação de controles. Assim, não-brancos (pretos e pardos) estavam super-representados em todos os tipos de trabalho informal¹² e sub-representados no setor formal¹³.

Em 1987, os pretos e os pardos apresentaram menor grau de formalização em comparação com os brancos em quase todos (exceto no ramo social e serviços auxiliares) os ramos de atividade¹⁴. Os ramos de atividade agrícola, indústria de construção e prestação de serviços se apresentaram como os menos protegidos e onde os não-brancos

¹¹ Foram considerados empregados do setor privado trabalhadores com e sem carteira e trabalhadores sem declaração de carteira.

¹² Trabalhadores autônomos sem proteção trabalhista, empregados sem proteção trabalhista e trabalhadores domésticos remunerados.

¹³ Grandes e médios empregadores, trabalhadores técnico-burocráticos, pequenos empregadores, autônomos com proteção trabalhista e classe trabalhadora formal.

¹⁴ Agrícola, indústria de transformação, indústria de construção, outras atividades industriais, comércio, prestação de serviços, transporte e comunicação, administração pública e outras atividades.

estavam mais concentrados. O menor grau de formalização ocorreu no ramo agrícola, 24,8% dos brancos inseridos nesse ramo tinham carteira de trabalho assinada. Os valores para pretos e pardos foram, respectivamente, 20,4% e 16,7% (Batista & Galvão, 1992).

Entre 1992 e 1999, o grau de informalidade¹⁵ dos trabalhadores negros (pretos e pardos) foi maior do que os brancos ao longo de toda a série (Henriques, 2001).

Em 2001, enquanto 41% dos brancos tinham empregos formais (empregados com carteira ou funcionários públicos), apenas 33% dos negros encontravam-se nessa posição (Jaccoud & Beghin, 2002).

Os negros entram mais cedo no mercado de trabalho em comparação com os brancos (Batista & Galvão, 1992; Paixão, 2003). Em 1999, na população branca, 59,4% das pessoas ingressaram no mercado de trabalho antes dos 15 anos de idade, na população negra esse valor foi de 69,1% do seu contingente total (Paixão, 2003).

A taxa de participação no mercado de trabalho é maior para os negros do que para os brancos (Lima, 1999c; Henriques, 2001; Jaccoud & Beghin, 2002; Paixão, 2003). Em 2001, a taxa de participação no mercado de trabalho para a população com 25 anos ou mais de idade foi de 70% para os negros e 68% para os brancos (Jaccoud & Beghin, 2002). Esse padrão também se repete nas faixas etárias mais baixas (Oliveira et al., 1985; Lima, 1999c; Paixão, 2003). Entre os jovens de 15 a 17 anos de idade, em 1999, a taxa de participação dos negros era 47,2%, ao passo que entre os brancos era 42% (Paixão, 2003).

A despeito de uma maior taxa de participação, os negros sofrem mais com o desemprego (Andrews, 1991; Lima, 1999c; Henriques, 2001; Jaccoud & Beghin, 2002; Paixão, 2003). Os negros possuíam, em 1999, 10,6% de desempregados entre sua população economicamente ativa contra 8,9% entre os brancos (Henriques, 2001).

Dadas as enormes diferenças no mercado de trabalho entre brancos e negros, os afro-brasileiros podem estar internalizando a idéia de que o trabalho manual e mal-remunerado é o “seu lugar”, podendo, assim, reduzir suas aspirações e evitar discriminação ao não competir com os brancos por posições mais privilegiadas, qualificadas e de comando. Isso, por sua vez, fortalece a naturalização dos papéis sociais de brancos e negros e quanto mais se associa a imagem do negro ao desempenho de atividades socialmente pouco valorizadas, maiores são as dificuldades que o negro enfrenta para romper com esse padrão de inserção na estrutura ocupacional (Bairros, 1988; Telles, 1994; Paixão, 2003). Além disso, essa interiorização por parte dos negros quanto ao seu lugar no

¹⁵ Definido como a proporção de ocupados inseridos em atividades de conta-própria, empregados sem carteira, trabalhadores sem remuneração ou produzindo para o auto-consumo.

mercado de trabalho pode acarretar em desesperança em relação a outros cenários, como por exemplo, na esfera educacional.

Evidencia-se ausência na literatura brasileira de trabalhos sobre diferença de rendimentos entre brancos e negros em termos de esfera pública. Além de análise sobre a possibilidade de discriminação racial nesse setor. No máximo quando os trabalhos se referem ao setor público limitam-se a afirmar que nesse setor não há discriminação racial, contudo não são aplicadas técnicas estatísticas mais rigorosas para verificar essa afirmação. E mesmo na esfera privada faz-se necessária a quantificação do diferencial de rendimentos entre brancos e negros por meio de técnicas econométricas e o efeito da discriminação racial sobre esse diferencial.

1.4 Escolaridade

A educação é um dos principais fatores associados ao alcance de melhores oportunidades no mercado de trabalho e, conseqüentemente, para se obter maiores rendimentos. Dessa forma, parte das diferenças entre brancos e negros no mercado de trabalho advém da esfera educacional, pois os negros apresentam sistemáticas desvantagens educacionais quando comparados com os brancos de mesma origem social (Hasenbalg, 1985; Silva, 1981, 1993, 2000a, Hasenbalg & Silva, 1999a) ou com mesma renda familiar (Rosemberg, 1987, 1991; Hasenbalg & Silva, 1990; Hasenbalg & Silva, 1999b).

Em 1996, considerando-se como a posição social de origem dos entrevistados é convertida em realizações educacionais, em todos os estratos de origem indicados pelo grupo ocupacional do pai, as distribuições educacionais dos entrevistados não-brancos estão consideravelmente mais concentradas nas faixas de escolaridade inferiores. No caso dos filhos de trabalhadores rurais não-qualificados, 62,6% dos não-brancos não conseguem ultrapassar três anos de escolaridade, ao passo que somente 36,5% dos brancos encontram-se nessa situação. Nos grupos ocupacionais de origem não-manuais¹⁶ os brancos têm chances entre duas a três vezes maiores que os não-brancos de ter acesso a estudos universitários (Silva, 2000a).

Com relação à transmissão intergeracional de educação entre negros (pretos e pardos) e brancos, a menor mobilidade educacional entre os negros está associada à maior

¹⁶ Trabalhadores não-manuais; profissionais de nível baixo, médio e superior; pequenos, médios e grandes proprietários.

probabilidade, nesse grupo, de um filho de pai sem escolaridade permanecer sem escolaridade. Enquanto a probabilidade de um negro, filho de um pai sem escolaridade, permanecer na mesma categoria de educação do pai é cerca de 42%, a probabilidade análoga para brancos é de cerca de 24%. Por outro lado, a manutenção de alta escolaridade é mais elevada entre indivíduos de cor branca; a probabilidade de um filho de pai com ensino superior completo também completar seus estudos universitários é cerca de 40% se o indivíduo é negro e, aproximadamente, 62% para brancos (Ferreira & Veloso, 2003).

Existe menor participação da população de cor no processo educacional formal, pois a cor opera como um elemento que afeta negativamente o desempenho e o tempo de permanência na escola (Hasenbalg, 1979). As crianças pretas e pardas quando comparadas às brancas estão expostas a um maior grau de atrito no seu trânsito pelo sistema escolar, ingressam mais tarde na escola e tendem a abandoná-la mais cedo (Hasenbalg, 1979; Rosemberg, 1987, 1991; Hasenbalg & Silva, 1990; Hasenbalg & Silva, 1999b).

Em 1982, a escolaridade do grupo de 7 a 14 anos de idade que não obteve qualquer instrução ou não conseguiu transpor a 1ª série do ensino básico era de 32% para brancos e, respectivamente, 49,7% e 50% para pretos e pardos, o que sugere a maior dificuldade de acesso à escola e de ingresso tardio nela por parte das crianças não-brancas (Hasenbalg & Silva, 1990). Em 1999, 5% dos jovens negros de 7 a 13 anos não freqüentaram a escola e somente 2% dos jovens brancos nessa mesma faixa etária não o fizeram (Henriques, 2001).

Além disso, os brancos apresentam ritmos de transição escolar mais rápido do que os negros (Hasenbalg & Silva, 1990; Lam, 2002). As crianças brancas movem cerca de 0,22 séries por ano de idade mais rápido do que as pretas, então quando tiverem 12 anos de idade (cinco anos após terem começado a escola) brancos teriam 1,1 série na frente dos estudantes pretos (Lam, 2002). Ademais, os não-brancos estão expostos a barreiras mais altas em todas as transições escolares. O fato de ter nascido preto ou pardo reduz as chances da pessoa completar o primeiro ano de educação em 102% em relação a ter nascido branco ou amarelo. Esse valor é de 52% nas chances de terminar a 4ª série do ensino Fundamental e 26% nas chances de completar oito anos de educação. Ademais, continuar os estudos após o término do ensino Médio é tão difícil quanto obter o primeiro ano escolar. Essa dificuldade ocorre apesar de o efeito da raça ser controlado pelas origens socioeconômicas (Fernandes, 2005).

As diferenças educacionais entre brancos e não-brancos são significativas mesmo nas áreas mais desenvolvidas do país (Hasenbalg, 1985; Lima, 1999c; Hasenbalg & Silva, 1999b; Loureiro & Carneiro, 2001; Campante et al., 2004). Enquanto os brancos do

Nordeste possuem média de anos de estudo 69% maior do que a dos pretos/pardos dessa mesma região, no Sudeste esse valor é de 41% (Campante et al., 2004).

A escolaridade média, em 1999, de um jovem negro com 25 anos de idade girava em torno de 6,1 anos e a de um jovem branco da mesma idade era cerca de 8,4 anos (Henriques, 2001). Até mesmo a África do Sul, que como o Brasil é considerada um dos países com maior grau de desigualdade distributiva, apresenta níveis de escolaridade mais satisfatórios. A média da educação entre homens e mulheres brancos girava em torno de 12 anos e a média da educação dos negros é um ano a mais do que a dos brancos brasileiros e três anos a mais do que a dos negros brasileiros (Lam, 2002).

Embora dentro de cada grupo de cor houve ganhos consideráveis ao longo do tempo, a população branca continua a apresentar maior participação do que as populações preta e parda nas faixas educacionais de maior grau de instrução (Lovell, 1992; Caillaux, 1994; Lima, 1999a; Henriques, 2001; Jaccoud & Beghin, 2002). Ademais, mesmo com a evolução nos anos 90 na melhoria dos indicadores das condições de escolaridade dos jovens brancos e negros entre 7 a 25 anos de idade, os jovens negros apresentavam, em todos os anos da década e para todos os segmentos de escolaridade, níveis de desempenho educacional inferiores aos jovens brancos (Henriques, 2001).

De 1992 a 2001, houve universalização do acesso ao ensino fundamental, pois se observa no período uma diminuição no hiato entre brancos e negros, o qual caiu de 12 para três pontos percentuais. Todavia, o mesmo não ocorreu no acesso ao ensino médio. A distância do hiato aumentou de 18 para 26 pontos, apesar de a população negra de 15 a 17 anos ter quase que triplicado seu ingresso no ensino médio (Jaccoud & Baghin, 2002).

O grau de exclusão da população não-branca cresce exponencialmente à medida que níveis educacionais superiores são considerados (Hasenbalg, 1979; Andrews, 1992; Henriques, 2001; Jaccoud & Beghin, 2002). Assim, as maiores diferenças em favor dos brancos encontram-se nos segmentos mais avançados do ensino formal. Entre os jovens brancos de 18 a 23 anos, 63% não completaram o ensino secundário. Embora elevado, este valor está muito aquém dos 84% dos jovens negros da mesma idade e mesma situação (Henriques, 2001).

Com relação ao ensino superior, em 1999, 89% dos jovens brancos entre 18 e 25 anos não haviam ingressado na universidade. Os jovens negros na mesma faixa etária, por sua vez, praticamente são excluídos do ensino superior, à medida que 98% deles não ingressaram na universidade (Henriques, 2001). Em 2003, no Censo para revelar a cor dos alunos de graduação da Universidade de São Paulo (USP), verificou-se que, 1,30% dos

estudantes matriculados no segundo semestre de 2001 eram negros¹⁷, 8,34% pardos, 79,54% brancos, 9,84% amarelos e 0,48% indígenas. Ademais, a área de Humanas apresenta, relativamente, a maior concentração de negros. Segundo o presidente da Comissão de Políticas Públicas para a População Negra, esse fato se deve ao maior número de cursos noturnos nessa área, que possibilita aos alunos também trabalharem (Corrêa, 2003).

Um outro estudo a respeito da inserção dos negros em algumas universidades federais¹⁸, também mostrou que a universidade brasileira é um território predominantemente branco. Excetuando-se a Universidade Federal do Maranhão (com 42,8% dos estudantes sendo negros e 47% sendo brancos), os brancos representam mais da metade dos estudantes: 76,8% dos estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro são brancos, 86,5% da Universidade Federal do Paraná, 63,7% da Universidade de Brasília e 50,8% da Universidade Federal da Bahia. Desse modo, há sobre-representação dos brancos e sub-representação dos negros quanto à representatividade dos grupos raciais nessas universidades e sua participação na população de cada Estado. Além disso, os brancos estão em posição privilegiada com relação ao acesso a cursos de elevado prestígio social¹⁹ em todas as universidades analisadas. A maior distância entre os grupos raciais está na Universidade Federal do Paraná, onde para cada preto em curso de alto prestígio há 217,5 brancos e para cada pardo, 13 brancos (Queiroz, 2002).

Diferentemente do estudo de Queiroz (2002), a pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) reportou que os negros²⁰ nas universidades federais correspondem exatamente à sua participação na população brasileira, que é de 5,9% e, por isso, não haveria motivos para a criação de cotas para os negros (Carneiro, 2005). Todavia, essa conclusão omite o fato de que a proporção de pardos nas universidades federais é de 28,3%, enquanto sua representação na sociedade é 41,4%. Sendo assim, considerando-se o conjunto formado por negros e pardos, a percentagem de não-brancos nas universidades federais passa a ser de 34,2%, enquanto esse conjunto representa 47,3% da sociedade brasileira, ou seja, não-brancos estão sub-representados nas universidades federais.

¹⁷ Nesse estudo, negros referem-se a pretos.

¹⁸ Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Paraná, Universidade da Bahia e Universidade de Brasília.

¹⁹ Foram considerados cursos de elevado prestígio social: Medicina, Direito, Odontologia, Administração, Processamento de Dados, Engenharia Elétrica, Psicologia, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Arquitetura e Engenharia Química.

²⁰ Nesse estudo, negros referem-se a pretos.

Essa maior dificuldade de inserção dos negros nas universidades é vivenciada de longa data (Hasenbalg, 1979, 1999a; Hasenbalg & Silva, 1990; Andrews, 1991; Barcelos, 1992). Em 1982, o grau mais acentuado de desigualdade de oportunidade educacional, entre os grupos de cor, se estabeleceu no nível superior, no qual 13,6% dos brancos, 1,6% dos pretos e 2,8% dos pardos conseguiam ingressar. Assim, ter cor branca, no Brasil, representava o privilégio de ter 8,5 vezes mais chances com relação aos pretos e cinco vezes mais probabilidade relativamente aos pardos de ter acesso às universidades (Hasenbalg & Silva, 1990). Nesse sentido, um negro com curso superior pode ser considerado um “sobrevivente” do sistema educacional (Barcelos, 1992).

A baixa escolaridade dos negros, quando comparada à dos brancos, se torna particularmente preocupante à medida que o mercado de trabalho vem se especializando, exigindo mão-de-obra cada vez mais qualificada. Como conseqüência, reduziu-se drasticamente, de abril/1994 a abril/1999, o número de postos de trabalhos ocupados por trabalhadores com menos de quatro anos de escolaridade (cerca de 1,2 milhões). Manteve-se, no mesmo período, praticamente estável o número de postos de trabalhos ocupados por trabalhadores com quatro a oito anos de estudos (4,2 milhões) e aumentou o daqueles com mais de oito anos de estudo (Rocha, 2000). Esse fato pode estar contribuindo para que a taxa de desemprego entre os negros seja maior do que a dos brancos.

A educação é um valor social que se traduz numa possibilidade de ascensão somente para alguns (Ianni, 1972). Obter educação formal é fundamental para os negros conseguirem posições sociais mais elevadas (Hasenbalg, 1985). Entretanto, o retorno de anos adicionais de escolaridade em termos de ganhos ocupacionais tende a ser menor para não-brancos do que para brancos.

Independentemente do nível educacional considerado, não-brancos estavam, em 1976, concentrados desproporcionalmente nos níveis ocupacionais mais baixos (Hasenbalg, 1985). Nas ocupações de nível superior²¹, 42,6% dos brancos com 11 anos ou mais de escolaridade encontravam-se nessas ocupações, ao passo que apenas 23,4% dos pretos e 28,4% dos pardos com igual nível de escolaridade estavam inseridos nessas ocupações (Oliveira et al., 1985).

Ao se analisar a distribuição ocupacional de brancos e negros, quando ambos apresentam a mesma bagagem educacional (12 anos ou mais de escolaridade) observa-se

²¹ Proprietários da criação de animais e proprietários nos serviços; administradores na indústria e nos serviços; profissionais e técnicos de nível superior.

que os brancos estão mais representados em relação aos negros nas ocupações que são consideradas privilegiadas. Em 1990, a percentagem de homens brancos (51,4%) no estrato não-manual alto (ocupações que exigem nível superior, como profissionais liberais, por exemplo, médicos, advogados etc.) supera a dos pretos (43,8%) e pardos (41,5%). No estrato manual (trabalhos na indústria, serviços domésticos e mercado informal), os negros (homens e mulheres) detêm maiores percentagens de participação em relação aos brancos de ambos os gêneros: 8,1% dos brancos, 20,4% dos pretos, 13,9% dos pardos, 7,4% das brancas, 16,8% das pretas e 10% das pardas estavam inseridos nesse estrato a despeito de possuírem mais de 12 anos de escolaridade (Lima, 1999b).

Em 1996, essa situação persistiu, pois novamente independentemente da escolaridade, a distribuição ocupacional dos não-brancos (pretos e pardos) ainda estava mais concentrada nos estratos ocupacionais mais baixos. Dos indivíduos com até três anos de escolaridade, 50,2% dos não-brancos e somente 40,6% dos brancos estavam inseridos no estrato ocupacional mais baixo (trabalhadores rurais). Na categoria de escolaridade mais alta, de 12 anos ou mais, a proporção de brancos no grupo ocupacional mais elevado²² (37,1%) foi quase 10% maior do que a dos não-brancos (Hasenbalg & Silva, 1999a).

O fato de não-brancos experimentarem desvantagem na conversão de educação em posições ocupacionais pode estar vinculado à discriminação racial no mercado de trabalho. Especificamente, pode estar associado à discriminação ocupacional que ocorre quando não-brancos são impedidos de terem melhores ocupações apesar de serem qualificados.

Além de os negros encontrarem maiores dificuldades na conversão da educação em termos ocupacionais, também se deparam com a dificuldade de converterem a escolaridade em renda, assim a rentabilidade da educação depende da cor do indivíduo.

Em 1988, as estimativas do impacto da escolaridade em termos de rendimentos dos homens com 25 anos ou mais de idade, foi de 13,3% por ano adicional de estudo para os brancos, ao passo que para os pretos foi de 10,8% e para os pardos, 10,1% (Silva, 1999). Em 2001, para os brancos, a taxa de retorno da educação foi 7,0% até 9 anos de escolaridade e 15,3% a partir dos 9 anos de escolaridade. Para os negros (pretos e pardos), essas taxas foram um pouco mais baixas: 5,8% e 14,5%, respectivamente (Zucchi & Hoffmann, 2004).

²² Profissionais de nível superior e grandes proprietários.

Ademais, o diferencial de rendimentos entre brancos e não-brancos se acentua à medida que aumenta o nível de escolaridade.

Na região metropolitana de São Paulo, trabalhadores negros com o 1º grau completo recebiam 84,2% do rendimento dos brancos com igual grau de instrução. Esta situação tende a se agravar à medida que aumenta o grau de instrução; negros com 3º grau recebiam apenas 63,8% do rendimento auferido pelos brancos com mesmo nível educacional (Heringer, 2000). O diferencial de salários entre brancos e negros cresce em torno de 3,03% por ano de escolaridade (Cavaliere & Fernandes 1995), o que mostra que a taxa de retorno por ano de escolaridade, em termos salariais, é mais elevada para os brancos do que para os negros.

O exposto acima parece indicar que a sociedade brasileira impede que os negros usufruam melhores oportunidades, pois mesmo quando são qualificados – em termos educacionais – acabam sendo alocados para as piores posições de ocupação e ramos de atividade no mercado de trabalho, as quais, por sua vez, acarretam em menores rendimentos.

1.5 Distribuição e desigualdade de renda

O Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres. Isso se deve ao enorme grau de desigualdade na distribuição de renda – a qual se constitui o principal determinante da pobreza no país (Barros et al., 2001). Embora a situação de pobreza ocorra para a população brasileira como um todo, ela é bastante diferente para brancos e negros (Oliveira et al., 1985; Silva, 1993), ou seja, a pobreza no Brasil tem cor (Jaccoud & Beghin, 2002).

A incidência de indivíduos cuja renda familiar *per capita*, em 1988, não ultrapassou ¼ de salário mínimo – o que indica uma condição de extrema carência – foi de 23,7% do total da população. No entanto, a proporção de pessoas nessa situação é bastante desigual ao se considerar a cor: enquanto a incidência de brancos nessa classe foi estimada em 14,7%, a proporção equivalente entre indivíduos de cor foi mais do que o dobro desse valor, sendo 30,2% entre os pretos e 36% entre os pardos (Silva, 1993). Desse modo, evidencia-se que a pobreza não está “democraticamente” distribuída entre os indivíduos de cores diferentes. Os negros, em 1999, representavam 45% da população brasileira, mas correspondiam a

64% da população pobre e 69% da população indigente²³. Os brancos, por sua vez, são 54% da população total, mas somente 36% dos pobres e 31% dos indigentes. Assim, nascer negro (preto ou pardo) aumenta de forma significativa a probabilidade de se nascer pobre (Henriques, 2001; Jaccoud & Beghin, 2002). A probabilidade de um branco ser pobre situa-se em torno de 22%, mas se o indivíduo é negro, a probabilidade é mais do que o dobro – 48% (Jaccoud & Beghin, 2002).

Ao se comparar a renda média de brancos e não-brancos, observa-se que os últimos auferem rendimentos menores (Andrews, 1992; Lovell, 1992; Cavalieri & Fernandes, 1995; Hasenbalg & Silva, 1999c; Silva, 2000b; Soares, 2000; Hoffmann, 2001; Jaccoud & Beghin, 2002; Campante et al., 2004; Zucchi & Hoffmann, 2004). Por meio de uma análise diacrônica, observa-se a estabilidade dessa situação: em 1987, o rendimento médio dos negros não correspondia nem a metade (46%) do dos brancos (Hasenbalg & Silva, 1999c); em 2001, os negros continuaram a não atingir nem a metade (42,5%) do rendimento auferido pelos brancos (Jaccoud & Beghin, 2002). Em termos setoriais, o mesmo padrão se repete, pois tanto no setor urbano como no rural, indivíduos brancos recebem, em média, maiores salários do que não-brancos (Kassouf, 1997; Loureiro & Carneiro, 2001).

O fato de pretos e pardos receberem menor rendimento do que os brancos pode estar associado à discriminação contra esses grupos no mercado de trabalho. Entretanto, como os rendimentos esperados são maiores para os amarelos em comparação aos brancos, a explicação anterior pode ser mais complexa, envolvendo variáveis não-medidas, como ambição, características culturais do grupo etc. (Hoffmann, 2001). Isso não significa que os negros não sejam ambiciosos ou sejam preguiçosos (como frequentemente essa idéia é associada ao negro), mas sim que importantes variáveis não-medidas (saúde, características psicológicas e culturais, tino comercial etc.) afetam o rendimento do indivíduo.

Os não-brancos apresentam maiores percentuais de participação nas faixas salariais mais baixas, perdendo gradativamente essa posição à medida que são consideradas faixas salariais mais elevadas (Silva, 1981; Hasenbalg, 1985; Rama, 1989; Batista & Galvão, 1992; Silva & Lima, 1992; Heringer, 2000). Em 1998, na região metropolitana de São Paulo, enquanto 9,7% dos negros (pretos e pardos) ocupados e apenas 6,4% dos não-negros (brancos e amarelos) receberam até um salário mínimo; apenas 5,3% dos negros receberam mais de dez salários mínimos, ao passo que 20,9% dos não-negros estavam

²³ A linha da pobreza inclui gastos com alimentação, vestuário, habitação e transporte, enquanto a linha da indigência refere-se apenas aos custos de uma cesta alimentar (Henriques, 2001).

nessa situação (Heringer, 2000). Ao se considerar a população jovem, em 1999, os brancos de 15 a 17 anos apresentavam vantagens sobre os negros da mesma idade, pois, entre os primeiros, 11,2% logravam obter rendimento maior do que um salário mínimo, para os outros, essa realidade contemplava somente 7,8% do total de sua população (Paixão, 2003).

Parte dessa desigualdade de renda pode estar associada às diferenças entre brancos e não-brancos quanto à estrutura ocupacional a qual pertencem e a realização educacional (v. subseções 1.3 e 1.4). Entretanto, mesmo quando negros estão nas mesmas categorias ocupacionais dos brancos eles possuem rendimento médio significativamente inferior (Oliveria et al., 1985; Bairros, 1988; Andrews, 1991; Skidmore, 1991; Andrews, 1992; Lovell, 1992; Silva, 2000b). Em 1996, no estrato ocupacional médio superior (trabalhadores de nível médio e médios proprietários), o rendimento médio de pretos e pardos equivalia a, respectivamente, 52,6% e 55,4% do rendimento médio dos brancos (Silva, 2000b).

Quanto à educação, entre as causas de dispersão salarial entre brancos e não-brancos, a escolaridade se sobressai como o principal fator responsável pela desigualdade de rendimentos, tendo a cor do indivíduo importância reduzida (Schwartzman, 1999; Ramos & Vieira, 2000; Lam, 2002). Na análise do impacto da cor sobre os rendimentos, menos de 9% da desigualdade de renda é explicada pela cor, enquanto 44% é explicada pela combinação das variáveis *cor* e *escolaridade*, ou seja, diferenças de educação entre brancos e não-brancos desempenham papel importante na explicação do diferencial de rendimentos entre eles (Lam, 2002). É inegável que a educação tenha grande importância na desigualdade de rendimentos entre brancos e não-brancos. Dos 43,8% que os negros ganham a menos do que os brancos, a educação corresponde a cerca de 37,2 a 41,5%, ou seja, mais de $\frac{1}{3}$ do diferencial de rendimentos é explicado pela diferença no nível de escolaridade média entre eles (Zucchi & Hoffmann, 2004). Entretanto, não se deve subestimar a importância da cor no que se refere aos ganhos monetários dos indivíduos, pois conforme discutido na subseção 1.4, mesmo quando brancos e não-brancos possuem igual nível de escolaridade, os últimos tendem a auferir rendimentos menores do que os brancos, sendo essa diferença de rendimento não desprezível.

À medida que se avança na escala social, reduz rapidamente a presença de indivíduos não-brancos (Ianni, 1972; Lima, 1999a; Henriques, 2001). Considerando-se os centésimos da distribuição de renda brasileira, de cada dez pessoas no segmento de renda mais pobre da distribuição de renda, oito são negras. Conforme se avança ao longo da

distribuição ocorre uma mudança contínua na composição racial; de cada dez pessoas inseridas no centésimo mais rico da distribuição de renda nacional, somente uma é negra (Henriques, 2001).

Além disso, os brancos ricos são muito mais ricos do que os negros ricos (Oliveira et al., 1985; Henriques, 2001; Kilsztajn et al., 2005). Em 1976, o rendimento médio dos pretos mais ricos era apenas 24,1% do rendimento médio dos brancos mais ricos; a mesma comparação entre pardos e brancos resultou num valor igual a 38,5% (Oliveira et al., 1985). Em 2001, um não-negro (branco, amarelo e indígena) com rendimento domiciliar *per capita* mensal de R\$ 1.375 fazia parte dos 5% não-negros mais ricos do país; um negro (preto e pardo) com rendimento domiciliar *per capita* mensal de R\$ 522 fazia parte dos 5% negros mais ricos do país, ou seja, dada a extrema pobreza da maior parte dos negros no país, um negro com renda domiciliar *per capita* mensal de apenas R\$ 522 se situava entre o 5% dos negros mais ricos no Brasil (Kilsztajn et al., 2005).

Considerando-se o Índice de Gini, o grau de concentração dos rendimentos dos brancos é maior do que dos pretos e pardos (Oliveira et al., 1985; Henriques, 2001; Kilsztajn et al., 2005). Em 1999, o Índice de Gini para a população branca era 0,58 e o da população negra (preta e parda) era 0,54 (Henriques, 2001).

1.6 Mobilidade

O Brasil é um país com elevada ascensão social, ou seja, a maioria dos indivíduos sobe na escala social quando comparada a seus pais. Entretanto, o Brasil é um país onde muitos sobem pouco – experimentando mobilidade de curta distância – e poucos sobem muito – caracterizando a mobilidade de longa distância (Pastore & Silva, 2000). Ademais, ao se comparar a mobilidade entre brancos e não-brancos no Brasil observa-se significativas diferenças entre eles.

Sob a hipótese que existe “democracia racial” no Brasil, isto é, pessoas nascidas em famílias com um dado *status* ocupacional devem ter a mesma probabilidade de alcançar determinada ocupação, independente de sua raça, verifica-se que para os brancos há excesso de mobilidade ascendente enquanto para os não-brancos há excesso de mobilidade descendente. Isso refuta a hipótese inicialmente considerada e indica que não-brancos experimentam limitações no que diz respeito à sua mobilidade ascendente (Hasenbalg, 1979, 1985).

Caillaux (1994) ao analisar dois períodos distintos (1976 e 1988) observou que, em 1976, tanto homens brancos (46,87%) quanto mulheres brancas (45,55%) apresentaram maior mobilidade ascendente. Para os pretos e pardos a estrutura ocupacional é mais rígida, pois nesse caso, as mulheres e, principalmente, os homens permaneceram nos mesmos grupos ocupacionais que seus pais (42% e 48,5%, respectivamente). Em 1988, verifica-se que a mobilidade ascendente, embora predomine em todos os grupos, é mais significativa para homens e mulheres brancos (54% e 51%, respectivamente), seguido das mulheres e homens pretos e pardos (48% e 47%, respectivamente). Em 1996, o mesmo padrão se repetiu, ou seja, os brancos obtiveram vantagens significativas em termos de mobilidade ascendente; pouco mais da metade deles (52,5%) estavam em grupos ocupacionais mais elevados que os dos seus pais, ao passo que o mesmo ocorreu com apenas 43,9% dos pardos e 45,5% dos pretos (Hasenbalg & Silva, 1999a; Silva, 2000b).

Além dos não-brancos apresentarem menores oportunidades de mobilidade ascendente em relação aos brancos, as dificuldades aumentam quando se considera as pessoas provenientes dos estratos mais altos (Hasenbalg, 1985; Hasenbalg & Silva, 1999a; Silva, 2000a, 2000b). Entre aqueles cuja posição ocupacional dos pais era nível manual alto (*trabalhadores da indústria tradicional, conta-própria e serviços domésticos*), 40,9% dos brancos e 29,1% dos não-brancos alcançaram ocupações não-manuais. No nível ocupacional mais alto (*profissionais, gerentes e grandes proprietários*), $\frac{3}{4}$ dos não-brancos nascidos nesse estrato apresentaram perda da posição ocupacional, enquanto isso ocorreu com apenas 53% dos brancos (Hasenbalg, 1985). Assim, as pessoas de cor preta e parda que nasceram em famílias de alto *status* social estão mais expostas ao risco de experimentar mobilidade social descendente e perder as posições conquistadas na geração anterior (Oliveira et al., 1985; Hasenbalg, 1985; Hasenbalg & Silva, 1999a; Silva, 2000a, 2000b). Portanto, observa-se que as vantagens de realização parental dos não-brancos não são tão bem convertidas em vantagens para a nova coorte quanto são para os brancos (Silva, 1993, 1999).

Deve ser considerado que um dos fatores que obstrui a mobilidade ascendente dos negros tem sido a concentração da população negra nos locais geográficos economicamente menos dinâmicos, principalmente, no Nordeste (v. subseção 1.2.1.).

Todavia, mesmo considerando-se apenas áreas metropolitanas os resultados não são diferentes. Neri & Carvalho (2000) acompanharam a trajetória ocupacional dos mesmos indivíduos situados nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, de 1991 a 1996. Para os indivíduos que em 1991

estavam no grupo ocupacional alto (*empregadores, empregados com carteira assinada e empregados do setor público*), a probabilidade desses indivíduos migrarem em 1996 para o grupo ocupacional baixo (*conta-própria, empregado sem carteira assinada e não remunerado*) era maior para os afro-brasileiros do que para os não afro-brasileiros, respectivamente, 26,79% e 22,05%. Ao passo que a probabilidade de manutenção do estado inicial alto para esses respectivos grupos raciais era 72,8% e 77,54%. Além disso, a ascensão da categoria ocupacional baixa para a alta foi menos intensa para os afro-brasileiros (26,71%) do que para os não afro-brasileiros (30,42%).

Castro & Guimarães (1993), ao analisarem uma empresa petroquímica privada localizada em Camaçari (Bahia), constataram que o intervalo médio (medido em anos) das promoções é sensivelmente menor entre os brancos do que os demais grupos de cor.

Apesar de os trabalhadores negros da São Paulo Light serem promovidos na mesma proporção que os brancos, mais da metade desses negros em movimento ascendente iniciaram na empresa como trabalhadores braçais. Além disso, o máximo que um trabalhador negro podia realisticamente esperar era ascender até o nível de capataz; apenas dois trabalhadores negros conseguiram promoção para cargos de escritório, mas a nenhum foi oferecida uma posição de chefia ou gerência. Entretanto, essas posições eram disponíveis aos trabalhadores brancos (Andrews, 1991). Parece que tetos para a mobilidade ocupacional dos não-brancos ajudam a definir o nível abaixo do qual os brancos não podem cair (Hasenbalg, 1979).

1.7 Estereótipos, cor e crime

Quando se tem preconceito em relação a determinado grupo de pessoas, costuma-se construir uma imagem negativa sobre esse grupo. Então, quando esse grupo de pessoas é mencionado, imediatamente são associados a imagens negativas (estereótipo). Dessa forma, não é avaliado corretamente o membro do grupo estereotipado, pois o estereótipo é algo que funciona como um carimbo, a partir do qual a pessoa é vista sempre através dessa marca, pouco importando como realmente seja (Bento, 2002).

Os negros aparecem no imaginário coletivo como indivíduos fortemente associados a tendências criminosas (Adorno, 1995; Ribeiro, 1995; Barreto, 1997; Heringer, 2000; Santos, 2000). Desse modo, eles tendem a ser mais perseguidos pela polícia quando comparados aos brancos (Gonzalez, 1983; Adorno, 1995; Teodoro, 1996; Machado et al., 1998; Oliveria et al., 1998; Sant'Anna & Paixão, 1998; Hasenbalg & Silva, 1999c; Santos,

2000). Em parte isso se deve ao fato de a polícia ter sua atuação voltada para manter e reproduzir uma ordem social hierarquizada e injusta, concentrando a repressão nas classes inferiores da sociedade, onde estão situados os trabalhadores pobres, com pouca escolaridade e, na maior parte das vezes negro-mestiços. Todavia, mesmo quando os policiais advêm dessa mesma parcela excluída da sociedade eles absorvem os esquemas discriminatórios e desenvolvem condutas violentas contra pobres e não-brancos (Machado et al., 1997). Além disso, o fato de a população pobre não conhecer seus direitos quanto cidadãos dá margem e contribui para a atuação violenta dos policiais.

De acordo com o banco de dados do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, o aparato policial do Estado (polícias militar e civil) mata três vezes mais negro do que branco (Oliveira et al., 1998). Os pretos, tentando se proteger da perseguição policial, detêm em maior proporção do que os brancos a posse da carteira de trabalho, respectivamente, 77% e 74,1%. Esse é o melhor documento para se identificarem como sendo trabalhador e também é o documento tradicionalmente exigido pela polícia às pessoas de classe baixa como forma de distinguir os trabalhadores dos marginais (Hasenbalg & Silva, 1999c).

Os negros também enfrentam maior dificuldade de acesso à justiça criminal do que os brancos (Adorno, 1995; Ribeiro, 1995; Silva, 1996; Fry, 2000). Ribeiro (1995) analisou os processos contra os crimes de sangue (homicídios e tentativas de homicídios) julgados no Primeiro Tribunal do Júri da cidade do Rio de Janeiro entre 1900 e 1930. O autor reportou que a cor é a característica dos acusados e das vítimas nos processos criminais de acusação de crime de sangue que está estatisticamente mais relacionada à decisão dos jurados quanto à absolvição ou condenação. Há grandes diferenças entre as probabilidades de condenação dos acusados pretos e dos pardos em relação aos acusados brancos. O acusado preto tem 31,2 pontos percentuais a mais de probabilidade de ser condenado do que o branco; o acusado pardo tem 15,8 pontos percentuais a mais do que o acusado branco. Inversamente, a probabilidade de absolvição de um acusado que cometeu crime de sangue contra um preto ou um pardo é maior do que a de um acusado de ter cometido crime semelhante contra um branco. O acusado de cometer crime de sangue contra um pardo tem 14,8 pontos percentuais a menos de probabilidade de condenação do que o acusado de cometer o mesmo tipo de crime contra um branco. O acusado de um crime contra um preto tem 14,5 pontos percentuais a menos de chances de condenação do que um acusado de ter cometido o mesmo tipo de crime contra um branco. Em outras palavras, quando a vítima era branca aumentava a probabilidade de condenação e quando a vítima

era preta ou parda aumentava a probabilidade de absolvição. Assim, não-brancos se fossem acusados provavelmente seriam condenados, e quando eram as vítimas facilitavam a absolvição dos acusados. O fato de o acusado preto ou pardo ter maior probabilidade de condenação e o acusado de crime contra preto ou pardo ter maior probabilidade de absolvição, é um forte indício de que havia discriminação racial nos julgamentos do Tribunal do Júri, e, era justamente o *status* inferior imputado a pretos e pardos, considerando-os cidadãos de segunda classe, que possibilitava os julgamentos discriminatórios.

Adorno (1995), analisando os processos penais referentes a roubos julgados na cidade de São Paulo, em 1990, reportou resultados semelhantes. Observou-se maior proporção de réus negros condenados (68,8%) do que réus brancos (59,4%) em virtude do cometimento do mesmo crime. Entre os réus brancos que deixaram de exercer o direito de arrolarem testemunhas, 30% foram absolvidos e 70% condenados; já entre os réus brancos que se valeram desse direito; 48% foram absolvidos e 52% condenados. Em outras palavras, aumenta para os réus brancos, a probabilidade de absolvição com o exercício desse direito. Para os réus negros que não apresentaram provas, 32% são absolvidos e 68% condenados. Paradoxalmente, entre os réus negros que se valeram desse direito, somente 28,2% foram absolvidos e 71,8% condenados. Então, além de se constatar a desigualdade de direitos e de acesso à justiça penal, observa-se que os “direitos” valem para réus brancos apenas.

Os negros têm maior probabilidade do que os brancos de morrerem de forma violenta (Barbosa, 1998; Oliveria et al., 1998; Soares & Borges, 2004; Batista, 2005). A taxa (por mil habitantes) de mortalidade de negros (pretos e pardos) por homicídio foi 87% maior do que a dos brancos em 2000. Sendo a taxa de vitimização dos pretos 21% maior do que a dos pardos. Assim, ser pardo é mais seguro do que ser preto, mas é muito menos seguro do que ser branco: a taxa de vitimização dos pardos foi 53% maior do que a dos brancos (Soares & Borges, 2004). Evidentemente, a maior precariedade das condições sociais (educação, emprego, renda etc.) da população negra contribui para essa maior mortalidade dos negros em relação aos brancos. Nas palavras de Batista (2005): “Há uma maior mortalidade dos negros por agressão com arma de fogo, agressão com objeto contundente e objeto não identificado justificada, talvez, por faltas de opções de lazer, ter o bar como espaço de socialização, a arma como diversão e “nada a perder” na vida”.

1.8 Racismo, preconceito e discriminação racial

No início dos anos 50, a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) financiou uma pesquisa completa e minuciosa em diferentes localidades geográficas do Brasil na suposição de que a experiência brasileira pudesse ensinar aos demais países como ter relações harmoniosas entre as raças. As respectivas pesquisas abrangeram desde pequenas comunidades rurais até os maiores centros urbanos do país. Entretanto, diferentemente do que os patrocinadores esperavam, a principal tendência apontada pelos estudos foi o reconhecimento da existência do preconceito racial no país (Skidmore, 1974; Nogueira, 1985; Hasenbalg, 1999b; Heringer, 1999, 2000; Fry, 2000; Schwarcz, 2001; Osorio, 2004). Assim, embora culturalmente integrado, o Brasil era um lugar onde racismo, preconceito e discriminação racial estavam firmemente estabelecidos. Essas práticas eram camufladas pelo próprio mito da democracia racial (Heringer, 1999, 2000).

Apesar de os pesquisadores da UNESCO documentarem discriminação racial no Brasil, eles continuavam a perceber as “relações de raça” como distintas daquelas dos EUA (Fry, 2000). Os EUA e o Brasil constituem exemplos de dois tipos de “situações raciais”: nos EUA, o preconceito racial é manifesto e insofismável enquanto no Brasil o próprio reconhecimento dá margem a uma controvérsia difícil de superar (Nogueira, 1985).

“Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um...” (Gonzalez, 1983).

O racismo brasileiro, mesmo se diferente do norte-americano²⁴, teve um impacto e uma força histórica plenamente comparável com a segregação norte-americana ou com o *apartheid* sul-africano (Andrews, 1997).

No Brasil – onde o preconceito racial é considerado condenável – as pessoas tendem a negar e disfarçar seus preconceitos. A seguinte frase se torna lugar comum: *“Não sou preconceituoso, não tenho nada contra os negros, mas se tiver de escolher uma secretária, prefiro uma branca”* (Bento, 2002). Se a pessoa não tem preconceitos contra negros, por que não aceita uma negra trabalhando como secretária? – indaga a autora indignada.

²⁴ Para maiores detalhes sobre as diferenças entre o preconceito de marca, que ocorre no Brasil, e o preconceito de origem, que ocorre nos EUA, ver Nogueira (1985).

No mercado de trabalho brasileiro é comum a prática de discriminação racial, embora os dirigentes de empresas neguem que isso ocorre em suas organizações (Bento, 2002; Sucupira, 2004). Verificou-se que cerca de $\frac{2}{3}$ dos brancos e não-brancos acreditavam existir discriminação racial no mercado de trabalho. Além disso, a percepção da discriminação aumenta com a educação dos entrevistados. Entre os brancos, a proporção dos que acreditam haver discriminação aumenta de cerca de 50% para 80% ao se passar do grupo menos educado (até 5ª série do 1º-grau) para o mais educado (ginásio até a universidade); entre os não-brancos esses respectivos valores foram 62,7% e 70,9% (Hasenbalg & Silva, 1999c).

Em muitos aspectos da vida é difícil quantificar a discriminação racial, entretanto, no mercado de trabalho – particularmente considerando as diferenças de rendimentos entre brancos e não-brancos – é possível medir os efeitos da discriminação (Soares, 2000), dado que o dinheiro sempre serve como medida de discriminação (Becker, 1971).

Vários autores utilizando dados que cobrem um período relativamente longo quantificaram por meio de técnicas econométricas o efeito da discriminação racial em termos de diferenciais de salários existentes entre brancos e não-brancos (Silva, 1993; Lovell, 1992; Soares, 2000; Loureiro & Carneiro, 2001; Campante et al., 2004; Zucchi, 2005; Zucchi & Hoffmann, 2004).

Lovell (1992), utilizando dados dos Censos de 1960 e 1980 estimou as diferenças salariais entre mulheres e homens afro-brasileiros (pretos e pardos) e brancos. Observou que esses vinte anos de rápido crescimento econômico resultaram para mulheres e homens afro-brasileiros num aumento da discriminação salarial.

Em 1988, a diferença total no logaritmo natural dos rendimentos de brancos e pretos foi de 0,68. Desse diferencial, o valor correspondente à discriminação foi 0,31, ou seja, 46% da diferença total. Similarmente, a diferença total dos rendimentos entre brancos e pardos foi 0,59, sendo a parcela atribuída a distribuição de 0,19 ou 32% da diferença total dos rendimentos. Esses valores implicam que os rendimentos de pretos estavam 36% abaixo e os rendimentos de pardos estavam 21% abaixo do que deveriam ser na ausência de discriminação no mercado de trabalho (Silva, 1993).

Decorridos dez anos e considerando um recorte por setor urbano e rural, o diferencial de salário em logaritmo natural dos trabalhadores urbanos brancos e pardos foi de 0,5463. Desse valor, 48% estavam associados à parte “inexplicada” da decomposição, a qual é usualmente atribuída à discriminação e o restante (52%) estava relacionado às diferenças existentes nas dotações dos trabalhadores. Para o setor rural, o diferencial médio

dos salários entre trabalhadores brancos e pardos foi de 0,1001, sendo as percentagens atribuídas à discriminação e às dotações idênticas ao do setor urbano (Loureiro & Carneiro, 2001).

Em 2001, os negros (pretos e pardos) receberam 43,8% a menos do que os brancos, desse diferencial de 21,7 a 26,8% atribuiu-se a discriminação racial que ocorre no mercado de trabalho (Zucchi & Hoffmann, 2004).

Se os preconceitos de classe e de cor se confundem quando se trata de negros que ocupam posições sociais inferiores, o componente especificamente racial emerge quando indivíduos negros ascendem a posições sociais mais elevadas (Hasenbalg, 1999b). Assim, a discriminação racial aumenta à medida que se avança na distribuição de salários (Soares, 2000; Campante et al., 2004).

Os homens negros mais pobres pouco teriam a ganhar com o fim da discriminação racial – algo em torno de 5 a 7% – porém, os homens negros mais ricos sofrem reduções de 27% no salário que auferem pois seus atributos produtivos não são tão bem remunerados quanto os atributos dos homens brancos (Soares, 2000). Campante et al. (2004), encontraram valores um pouco menores, mas com a mesma lógica “elitista” da discriminação racial; o ganho percentual que os negros teriam caso fossem remunerados conforme os brancos varia de 7 a 17%, ou seja, a discriminação é maior nos percentis mais altos da distribuição dos salários. Os autores atribuem esse menor intervalo ao fato de terem incluído a variável explanatória *educação da mãe* no modelo, ao passo que Soares (2000) não a incluiu. Dessa forma, parte da discriminação racial atribuída ao mercado de trabalho está associada a outras esferas, como a desigualdade educacional e sua transmissão intergeracional.

De qualquer modo, percebe-se que a sociedade brasileira não aceita que negros ocupem posições favoráveis na estrutura de rendimentos e que quanto mais eles avançam mais são discriminados (Soares, 2000). Nas palavras de Paixão (2003): “A discriminação contra negros opera através da naturalização do seu papel social – o que envolve uma permanente lembrança/imposição por parte da população civil, do Estado, dos meios de comunicação, dos vizinhos etc., de qual é o lugar dos negros”. Da mesma maneira, a atriz negra Zezé Motta constatou: “A maioria dos negros só percebe que existe racismo no Brasil quando tem a chance de competir com o branco... a gente só percebe isso quando está em ascensão” (Andrews, 1991). Como consequência, a naturalização das desigualdades raciais contribui para que a discriminação racial no país não seja percebida

como um fator decisivo de bloqueio à igualdade de oportunidades dos negros na sociedade (Guimarães, 1996).

Pode-se argumentar que a concentração desproporcional de não-brancos nas áreas subdesenvolvidas do país e dos brancos nas desenvolvidas explicam as desigualdades raciais. Contudo, a distribuição geográfica dos grupos raciais explica apenas parte delas, visto que a discriminação também existe dentro de cada uma das regiões brasileiras (Hasenbalg, 1979). O Sudeste apresenta um termo de discriminação (41%) muito superior ao do Nordeste (18%), embora este esteja longe de ser desprezível (Campante et al., 2004). Zucchi (2005) dividiu o país em seis grandes regiões²⁵, a fim de se analisar o diferencial de rendimentos existentes entre brancos e negros, e reportou que o termo usualmente associado à discriminação racial dentro de cada uma das regiões não se mostrou desprezível.

1.9 Ação afirmativa

A imagem de uma sociedade com relações raciais harmoniosas passou a fazer parte do senso comum brasileiro e da cultura política do país, sendo vinculada pelos sucessivos governos a partir dos anos 40 (Ventura, 2000). Nesse contexto social, assumir que não há no Brasil uma democracia racial foi, antes de tudo, um ato político de grande envergadura (Sant'Anna & Paixão, 1998).

Desse modo, o primeiro passo foi dado para a elaboração de políticas públicas para as vítimas do racismo no Brasil, qual seja, o reconhecimento oficial por parte do Estado de que a sociedade brasileira é racista (Oliveira et al., 1998). As ações afirmativas entram no debate político nos anos 90. Contudo, esse é um campo de intervenção cercado de polêmica, e um amplo debate se desenvolve em torno da pertinência e da eficácia das políticas de ação afirmativa para a realidade brasileira (Jaccoud & Beghin, 2002).

Ação afirmativa²⁶ pode ser entendida por qualquer política que vise favorecer grupos socialmente discriminados por motivo de sua raça, sexo e etnia e que, em decorrência disso, experimentam uma situação desfavorável em relação a outros segmentos sociais (Sant'Anna & Paixão, 1998). Assim, ela visa promover um tratamento diferenciado

²⁵ Norte (exclusive área rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP), Nordeste, uma região formada pelos Estados de Minas Gerais, Espírito Santos e Rio de Janeiro, uma região formada apenas pelo Estado de São Paulo, Sul e Centro-Oeste.

²⁶ As ações afirmativas podem ser produtos de iniciativas pública ou privada, de caráter compulsório ou espontâneo (Jaccoud & Beghin, 2002).

e preferencial àqueles historicamente marginalizados (Jaccoud & Beghin, 2002). Além da igualdade de oportunidades, os objetivos almejados com a ação afirmativa são combater o racismo e seus efeitos de ordem cultural e psicológica, eliminando do imaginário coletivo a idéia, por exemplo, de supremacia e subordinação de uma raça em relação à outra (Gomes, 2002; Silva, 2002b).

A expressão “ação afirmativa” foi criada pelo Presidente John Fitzgerald Kennedy, em 1963, para denominar a necessidade de promover a igualdade entre brancos e negros nos EUA a fim de solucionar a marginalização social e econômica do negro nessa sociedade (Sant’Anna & Paixão, 1998; Gomes, 2002). A comparação dos EUA com o Brasil faz-se necessária, pois, são os maiores países multirraciais das Américas (Andrews, 1992; Souza, 1997).

De meados dos anos 60 até meados dos anos 80, as políticas de ação afirmativa norte-americanas foram gradualmente expandidas e implementadas de uma maneira sistemática. Pode-se dizer que os anos 70 foram os anos dourados da ação afirmativa nos EUA (Heringer, 1999). O governo federal norte-americano pressionou os empregadores para que contratassem, formassem e promovessem os empregados advindos das minorias étnicas (Skidmore, 1974; Munanga, 1996). No Brasil, essas medidas começaram apenas recentemente (Fry, 2000; Heringer, 2002; Silvério, 2003).

Deve-se levar em consideração que esses programas foram postos em prática nos EUA após vinte anos de forte crescimento econômico. O resultante clima de prosperidade e expansão tornou possível aos brancos norte-americanos concordar em ampliar as oportunidades das minorias raciais do país²⁷. Contudo, a discriminação não desapareceu durante esses anos, mas em 1980 sua importância como obstáculo ao progresso dos negros foi consideravelmente reduzida em comparação com 1950 (Andrews, 1992).

Evidentemente, as políticas de ação afirmativa norte-americana têm tanto seu lado positivo como negativo. Como resultado positivo observa-se o crescimento notável da classe média negra (Andrews, 1997) e a ascensão dos negros para os cargos de alto prestígio (Walter, 1997). Porém, a ação afirmativa beneficiou principalmente as classes média e alta negra; pouco ou nada fez pela classe pobre (Andrews, 1997; Walter, 1997).

A ação afirmativa norte-americana baseia-se na premissa de ser a sociedade dos EUA composta por dois grupos raciais perfeitamente identificáveis. Embora existam

²⁷ Os negros norte-americanos são de fato minoria numérica, pois representam apenas 13% da população total. Enquanto os negros no Brasil representam cerca da metade da população brasileira total (Andrews, 1997).

“mulatos” e “mestiços” tanto nos EUA quanto no Brasil, na sociedade brasileira, esses mestiços têm um reconhecimento cultural e ideológico explícito, enquanto, no caso norte-americano, eles submergem como “brancos” ou como “negros” (Skidmore, 1974; Da Matta, 1997).

Desse modo, a variabilidade com que rótulos raciais são aplicados ao Brasil (Skidmore, 1974) e o fato de o sistema racial ser contextual, ou seja, pessoas ficam “brancas” ou “negras” dependendo do lugar, do tempo, do observador e, sobretudo do relacionamento (Da Matta, 1997; Schwarcz, 2001) tendem a dificultar a aplicabilidade dessas políticas (Skidmore, 1974; Da Matta, 1997). Porém, a impossibilidade de se detectar no Brasil quem é negro é facilmente rejeitada, pois na história brasileira, e até hoje, não há dificuldade por parte da população branca em identificar um indivíduo negro para privá-lo dos direitos básicos de cidadania (Barreto, 1997; Oliveira et al., 1998; Silva, 2002b). Além disso, os pardos são discriminados pela sua parcela preta (Osório, 2003). Dessa maneira, a linha divisória da cor no Brasil ocorre entre brancos e negros, uma vez que pardos são mais semelhantes aos pretos do que aos brancos.

Dado que no Brasil há tendência à coincidência entre a cor do indivíduo e sua classe social, ou seja, a maioria dos negros situa-se nas classes inferiores da sociedade (Nogueira, 1985; Silva, 1987; Reis, 1997; Fry, 2000; Henriques, 2001), sugere-se que políticas de combate à pobreza melhorariam o padrão de vida da maioria desses negros (Marx, 1997; Souza, 1997; Zucchi, 2005; Hoffmann & Zucchi, 2004). A crítica a esse argumento se baseia na necessidade de implementação de uma política específica para negros independente da política de combate à pobreza, em razão do alto grau de marginalização e baixa auto-estima, uma política voltada aos pobres sem articulação com a questão racial não conseguirá alavancar os segmentos negros da população (Santos *apud* Jaccoud & Beghin, 2002).

Andrews (1997) afirmou que são preferíveis políticas classistas que ajudam pessoas desprovidas, sem levar em consideração a cor do indivíduo. Todavia, alegou que nos patamares mais privilegiados da sociedade brasileira, por exemplo, no acesso às universidades públicas, a preferência racial é a única maneira de promover maior presença negra.

A ação afirmativa só tem sentido quando limitada a um âmbito restrito, ou seja, os negros devem ser privilegiados nos âmbitos em que seu acesso é comprovadamente inadequado. Assim, por exemplo, não se trata de privilegiar o negro nos acessos às escolas públicas de 1^o e 2^o graus, pois nesses âmbitos da formação escolar, não existem nichos

étnicos ou raciais que os prejudiquem substancialmente. Nesses âmbitos, a reivindicação mais adequada para o negro é universalista e não particularista; será a melhoria da qualidade do ensino nas escolas, a ampliação e a retenção dos alunos na rede pública que mais beneficiará o aluno negro. Contudo, no 3º grau, em que existe uma rede pública de qualidade e, ao mesmo tempo, uma pequena proporção de negros, principalmente em alguns cursos, faz sentido estabelecer um regime de cotas raciais que privilegie a matrícula de alunos negros (Guimarães, 1997). Sem políticas públicas que promovam igualdade racial no acesso às oportunidades sociais, as desigualdades sociais vão sendo perpetuadas como resultados das relações raciais, empurrando a desigualdade de oportunidades sociais para o nível superior do sistema educacional (Fernandes, 2005).

Essa questão do número insignificante de negros nas universidades brasileiras é uma das mais discutidas e mais polêmicas no âmbito das políticas públicas. Comparativamente aos outros países do mundo que conviveram ou que convivem com o racismo (África do Sul, EUA, Alemanha etc.) o Brasil é, considerando-se a proporcionalidade, o país racista com menos negros inserido no ensino superior (Munanga, 1996). E isso acontece mesmo nos Estados onde constituem a maioria da população, como, por exemplo, na Bahia (Munanga, 1996; Queiroz, 2002).

Diferentemente, Durham (2003) argumentou que alunos de qualquer cor, nível de renda e gênero são aprovados ou não no vestibular para ingresso nas universidades públicas tão somente em razão de seu desempenho em provas. O que significa que afro-descendentes não são barrados no acesso ao ensino superior por serem negros, mas por deficiências em sua formação escolar anterior. A autora concluiu que iniciativas públicas voltadas à melhoria da formação escolar básica seriam mais eficazes do que as cotas, ainda mais por que entre os negros está a maior proporção dos que estudam em escolas públicas (Rosemberg, 1990; Queiroz, 2002). Além disso, as implicações negativas das cotas são inevitáveis. Haverá, por exemplo, a desvalorização da boa formação básica escolar, como se ela não fosse necessária para o prosseguimento dos estudos e alunos que ingressam no ensino superior com sérias deficiências em sua formação encontram grandes dificuldades para ter um desempenho satisfatório nos cursos universitários (Durham, 2003). Emílio et al. (2004), analisando os determinantes do acesso à Universidade de São Paulo (USP) observaram que os brancos têm pequena vantagem na probabilidade de sucesso de entrar na USP, quando comparados aos pretos e aos pardos, porém, dada a magnitude desse efeito, não se justifica a introdução de cotas raciais. Já os cursos pré-vestibulares têm efeito de relativa magnitude sobre a probabilidade de sucesso no vestibular. Assim, dada a

importância dos cursos pré-vestibulares sugere-se que ações no sentido de oferecer acesso a eles estão entre as mais efetivas para se ingressar na USP.

Apesar da polêmica relativa às cotas para negros nas universidades, no Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº 3.708/01 define que a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) reservem 40% das suas vagas para pretos e pardos (Silva, 2002b). Uma pesquisa no Rio de Janeiro realizada em 2000 reportou que, como era esperado, 52% dos brancos não são favoráveis à reserva de vagas para negros nas universidades, enquanto 62% dos negros são a favor (Telles & Bailey, 2002).

É inegável que medidas devem ser tomadas a fim de se reverter esse quadro – apresentado nas subseções anteriores – de desigualdade e exclusão a que estão submetidos os negros no Brasil. Todavia, a maneira pela qual essas medidas sejam adotadas ainda deve ser mais bem discutida no âmbito da sociedade brasileira, visto que essa discussão é extremamente recente no país.

CAPÍTULO 2 DADOS E METODOLOGIA

Os dados analisados foram extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 1993 e 2003, divulgada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a fim de se captar possíveis mudanças ocorridas nesse período relativamente longo.

A PNAD é uma pesquisa anual baseada em amostra probabilística de domicílios que investiga diversas características socioeconômicas, como educação, trabalho, rendimento, além de características gerais da população (idade, sexo, cor, etc.). Essas informações básicas, de caráter permanente, possibilitam o estudo do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Há ainda informações com periodicidade variável sobre questões relacionadas à migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras.

Para o ano de 1993, a semana de referência de captação dos dados foi de 19 a 25 de setembro, enquanto, para 2003, a semana de referência foi de 21 a 27 de setembro. O deflator utilizado para atualizar os valores dos rendimentos de 1993 com base em setembro de 2003 foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e disponível no site www.ipeadata.gov.br

A variável cor ou raça é obtida por meio de um processo de autoclassificação, ou seja, os indivíduos entrevistados autoclassificam-se em uma das cinco categorias pré-definidas: branca, preta, amarela (compreendendo-se nesta categoria a pessoa que se declarou de raça amarela), parda (incluindo-se nesta categoria a pessoa que se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça) ou indígena (considerando-se nesta categoria a pessoa que se declarou indígena ou índia).

Apesar de os dados captados pela PNAD permitirem a realização de diversos estudos socioeconômicos sobre o país, apresentam certas limitações que devem ser consideradas na análise dos resultados obtidos. Dentre as limitações dos dados no que diz respeito aos rendimentos destacam-se a subdeclaração desses, principalmente nos estratos mais altos da renda e quando se trata de rendimentos do trabalho informal e rendimentos de capital (Rocha, 2002) e a não incorporação ao rendimento mensal do trabalho de abonos salariais, participação nos lucros e resultados, comissões, prêmios e gratificações que são importantes componentes da renda dos empregados com carteira no setor privado. No comércio, por exemplo, as comissões vinculadas ao volume de vendas podem frequentemente superar o piso salarial. Desse modo, sua não captação pela PNAD resulta na subestimação da renda desse tipo de trabalhadores. No setor público, onde é comum a

ocorrência de gratificações vinculadas ao desempenho e ao tempo de serviço, essa parcela do rendimento tende a ser imputada no valor do rendimento do trabalho.

A metodologia para analisar esses dados está baseada em Blinder-Oaxaca, extraída de Berndt (1991). Nesta metodologia, admite-se, essencialmente, que na ausência de discriminação, os efeitos das características dos trabalhadores (escolaridade, idade, etc.) são idênticos para cada grupo, no caso brancos e negros. A discriminação é revelada por meio das diferenças nos coeficientes estimados, tanto do intercepto quanto da declividade da função.

Tanto para os funcionários públicos estatutários como para os empregados com carteira no setor privado, a equação de rendimento é calculada separadamente para os indivíduos brancos e negros. Os vetores-coluna com os valores da variável dependente são indicados por \mathbf{y}_b e \mathbf{y}_n , para brancos e negros, respectivamente. Então, em notação matricial, tem-se,

$$\mathbf{y}_b = \mathbf{X}_b \boldsymbol{\beta}_b + \mathbf{u}_b$$

e

$$(2.1)$$

$$\mathbf{y}_n = \mathbf{X}_n \boldsymbol{\beta}_n + \mathbf{u}_n$$

onde, há uma relação log-linear entre o rendimento¹ mensal do trabalho principal de pessoas ocupadas² e com 10 anos ou mais de idade (y) e as variáveis explanatórias (descritas a seguir) organizadas na matriz \mathbf{X} ; \mathbf{u} é um vetor de erros aleatórios heterocedásticos³ com as pressuposições estatísticas usuais.

Assim, ao se tratar de um modelo com heterocedasticidade, devem ser ajustadas equações de rendimentos utilizando o método dos mínimos quadrados ponderados, pois o uso do método de mínimos quadrados ordinários resultaria em estimadores ineficientes. Portanto, as equações de rendimentos para brancos e negros, sejam eles funcionários públicos estatutários ou empregados com carteira no setor privado, foram estimadas pelo método de mínimos quadrados ponderados, o qual utiliza o fator de expansão associado a cada indivíduo da amostra como fator de ponderação. Para a PNAD de 1993 utilizou-se o

¹ Utiliza-se a função logarítmica devido a forte assimetria da distribuição de renda no Brasil e também porque os efeitos são multiplicativos (ou proporcionais à renda).

² Segundo definição do IBGE, os indivíduos foram considerados ocupados se na semana de referência tinham trabalho durante todo ou parte desse período, mesmo se não exerceram o trabalho remunerado que tinham na semana de referência por motivos de férias, licença, greve, etc.

³ A variância dos erros não é constante.

fator de expansão divulgado na PNAD de 1997, corrigido com base na contagem populacional de 1996.

Sendo \mathbf{b}_b e \mathbf{b}_n os vetores das estimativas dos parâmetros, as estimativas dos vetores do logaritmo do rendimento são:

$$\hat{\mathbf{y}}_b = \mathbf{X}_b \mathbf{b}_b$$

e

(2.2)

$$\hat{\mathbf{y}}_n = \mathbf{X}_n \mathbf{b}_n$$

O valor médio do logaritmo do rendimento, quando a equação tem um termo constante, pode ser obtido da equação de regressão quando é utilizado o valor médio de todas as variáveis explanatórias⁴, ou seja:

$$\bar{Y}_b = \bar{\mathbf{x}}_b' \mathbf{b}_b$$

e

(2.3)

$$\bar{Y}_n = \bar{\mathbf{x}}_n' \mathbf{b}_n$$

Então, a diferença das médias do logaritmo do rendimento para os dois grupos raciais é:

$$\bar{Y}_n - \bar{Y}_b = \bar{\mathbf{x}}_n' \mathbf{b}_n - \bar{\mathbf{x}}_b' \mathbf{b}_b \quad (2.4)$$

A diferença entre os vetores dos coeficientes de negros e brancos é:

$$\Delta \mathbf{b} \equiv \mathbf{b}_n - \mathbf{b}_b \quad \text{implicando que} \quad \mathbf{b}_b = \mathbf{b}_n - \Delta \mathbf{b} \quad (2.5)$$

Substituindo a segunda equação de (2.5) em (2.4), tem-se

$$\bar{Y}_n - \bar{Y}_b = \bar{\mathbf{x}}_n' \mathbf{b}_n - \bar{\mathbf{x}}_b' (\mathbf{b}_n - \Delta \mathbf{b})$$

Rearranjando os termos, obtém-se:

$$\bar{Y}_n - \bar{Y}_b = (\bar{\mathbf{x}}_n' - \bar{\mathbf{x}}_b') \mathbf{b}_n + \bar{\mathbf{x}}_b' \Delta \mathbf{b} \quad (2.6)$$

⁴ Uma propriedade fundamental do método dos mínimos quadrados é que a reta de regressão ajustada passa pelo ponto médio das variáveis quando o modelo tem um termo constante.

Portanto, a diferença entre a remuneração dos negros e brancos, quando a equação tem um termo constante, pode ser decomposta da seguinte maneira:

$$\bar{Y}_n - \bar{Y}_b = (\bar{\mathbf{x}}'_n - \bar{\mathbf{x}}'_b)\mathbf{b}_n + \bar{\mathbf{x}}'_b(\mathbf{b}_n - \mathbf{b}_b) \quad (2.7)$$

(C) (D)

O primeiro termo do segundo membro (C) corresponde à diferença no rendimento médio de negros e brancos que é devido à diferença das médias das características dos trabalhadores.

O segundo termo do segundo membro (D), por sua vez, corresponde ao fato de trabalhadores igualmente produtivos são remunerados de maneira diferente com base em atributos não produtivos, no caso a cor do indivíduo, ou seja, o termo (D) quantifica o diferencial de rendimento que decorre da diferença nos efeitos que as características dos trabalhadores têm sobre a remuneração. Essa segunda expressão se refere à parte “inexplicada” que é, usualmente, interpretada como discriminação racial.

Nesta decomposição, a diferença das médias das características dos trabalhadores é ponderada pelo coeficiente estimado dos negros enquanto as diferenças nas estimativas dos coeficientes são ponderadas pela média das características dos brancos.

Uma alternativa igualmente plausível desse procedimento envolve resolver o primeiro termo da equação (2.5) para \mathbf{b}_n em vez de \mathbf{b}_b , ou seja, $\mathbf{b}_n = \Delta\mathbf{b} + \mathbf{b}_b$.

Substituindo para \mathbf{b}_n na equação (2.4), tem-se:

$$\bar{Y}_n - \bar{Y}_b = \bar{\mathbf{x}}'_n(\Delta\mathbf{b} + \mathbf{b}_b) - \bar{\mathbf{x}}'_b\mathbf{b}_b$$

$$\bar{Y}_n - \bar{Y}_b = \bar{\mathbf{x}}'_n\Delta\mathbf{b} + \bar{\mathbf{x}}'_n\mathbf{b}_b - \bar{\mathbf{x}}'_b\mathbf{b}_b$$

Rearranjando os termos obtém-se uma variante da equação (2.7),

$$\bar{Y}_n - \bar{Y}_b = (\bar{\mathbf{x}}'_n - \bar{\mathbf{x}}'_b)\mathbf{b}_b + \bar{\mathbf{x}}'_n(\mathbf{b}_n - \mathbf{b}_b) \quad (2.8)$$

na qual a diferença das médias das características é agora ponderada pela estimativa dos parâmetros dos brancos e a diferença das estimativas dos parâmetros é ponderada pelas características médias dos negros.

Na prática, os pesquisadores têm empregado ambas as equações, argumentando que juntas permitem avaliar os efeitos da discriminação racial sobre os rendimentos. Assim, o mesmo procedimento será realizado neste trabalho.

Para ambos os grupos de cor, a amostra sofreu algumas exclusões julgadas necessárias. Ao se ajustar as equações de rendimentos de brancos e negros foram considerados apenas os indivíduos ocupados e com rendimento mensal do trabalho principal com valor positivo. Foram excluídos indivíduos inseridos no ramo de atividade agrícola, pois foi encontrado um número pequeno de funcionários públicos estatutários nesse ramo. A fim de se manter a comparabilidade entre os setores público e privado optou-se também por excluir esse ramo para o caso dos empregados com carteira no setor privado. Também foram excluídos da amostra indivíduos que não souberam declarar sua ocupação ou cuja resposta foi mal definida.

Além disso, sendo necessário que as informações dispostas para todas as variáveis explanatórias utilizadas sejam válidas, excluíram-se da amostra os indivíduos que não determinaram ou não declararam o número de anos de estudos, os de idade ignorada, os que não declararam o número de horas trabalhadas por semana no trabalho principal e os que não souberam declarar ou foi mal definido o ramo de atividade no qual estavam inseridos.

A variável dependente das equações de rendimentos, conforme já mencionado, é o logaritmo da renda mensal do trabalho principal das pessoas ocupados e com 10 anos ou mais de idade. Na matriz X foram consideradas as seguintes variáveis explanatórias:

- a) Uma variável binária para sexo, que assume valor 1 para as mulheres;
- b) O logaritmo do número de horas semanais no trabalho principal. O coeficiente dessa variável é a elasticidade do rendimento em relação ao tempo semanal de trabalho;
- c) Cinco variáveis binárias para distinguir seis grandes regiões: Nordeste (tomado como base), Norte, Sudeste (MG + ES + RJ), excluindo São Paulo; Estado de São Paulo, Sul e Centro-Oeste;
- d) Uma variável binária para distinguir os dois setores: setor secundário e setor terciário (tomado como base);

- e) Duas variáveis binárias para distinguir a área censitária do domicílio: região metropolitana (tomada como base), região rural não-metropolitana e região urbana não-metropolitana;
- f) Uma variável binária sobre a condição do indivíduo na família, que assume valor 1 para a pessoa de referência – aquela considerada responsável pela família – e 0 nos demais casos;
- g) A idade da pessoa, medida em dezenas de anos, a fim de se evitar que os coeficientes sejam muito pequenos;
- h) Também foi incluída a idade ao quadrado, visto que Y não varia linearmente com o aumento da idade, pois ocorre maior dificuldade de realização das tarefas e queda da produtividade à medida que os trabalhadores envelhecem;
Se os coeficientes estimados para a idade e idade ao quadrado forem indicados por b_1 e b_2 , respectivamente, deve-se ter $b_1 > 0$ e $b_2 < 0$. Assim, o valor esperado de Y será máximo quando a idade do indivíduo for igual a $\frac{-b_1}{(2b_2)}$.
- i) Anos de escolaridade, que varia de 0 (para trabalhadores sem instrução e com menos de um ano de estudo) a 14 (para trabalhadores com 14 anos de estudo). Para os trabalhadores com 15 anos ou mais de estudo, a variável assume valor 17;
- j) Também foi incluída uma variável escolaridade em forma poligonal destinada a captar o aumento da taxa de retorno a partir dos 9 anos de escolaridade⁵;
Essa variável foi definida como $E_i^* = Z_i(E_i - 9)$, onde E_i é a própria escolaridade e Z_i é uma variável binária cujo valor é zero quando $E_i \leq 9$ e é 1 quando $E_i > 9$. Se os coeficientes estimados de E_i e de E_i^* forem indicados por b_3 e b_4 , respectivamente, a inclinação da relação linear entre Y_i e E_i é b_3 até 9 anos de escolaridade e é de $b_3 + b_4$ a partir de 9 anos de escolaridade. Assim, a taxa de retorno para cada ano adicional de escolaridade será $100[\exp(b_3) - 1]\%$ até 9 anos de escolaridade e será $100[\exp(b_3 + b_4) - 1]\%$ a partir dos 9 anos de escolaridade. Desse modo, o modelo corresponde a pressupor que a relação entre Y e a escolaridade, em um sistema de eixos cartesianos ortogonais, tem a forma poligonal com vértice no ponto de abscissa igual a 9 anos de escolaridade.

⁵ Também foram ajustadas equações de rendimento para o vértice da poligonal em 10 anos de escolaridade, obtendo-se resultados muito semelhantes.

O uso da função escolaridade em forma poligonal destinada a captar o aumento da taxa de retorno a partir de determinado nível de escolaridade também foi considerado nos trabalhos de Hoffmann & Ney (2004), Zucchi & Hoffmann (2004) e Hoffmann & Simão (2005). Enquanto Hoffmann & Ney (2004) e Hoffmann & Simão (2005) estimaram e testaram esse efeito em equações de rendimentos, respectivamente, para pessoas ocupadas na agricultura brasileira e para as pessoas ocupadas no Estado de Minas Gerais, Zucchi & Hoffmann (2004) estimaram e testaram esse efeito em equações de rendimentos para brancos e negros.

O fato de a posição na ocupação no trabalho principal ser funcionário público estatutário ou empregado com carteira no setor privado engloba diversas ocupações existentes no mercado de trabalho brasileiro. Assim, a fim de se refinar um pouco mais a análise da existência de discriminação racial nos setores público e privado optou-se por também aplicar a metodologia de Blinder-Oaxaca em determinados grupos de ocupação. O critério utilizado para escolher o grupo de ocupação em que estava inserido o funcionário público estatutário e o empregado com carteira no setor privado foi aquele que apresentou maior número de indivíduos brancos e negros.

Para o ano de 1993, os grupos de ocupação no trabalho principal eram constituídos de sete categorias⁶: 1) *Técnica, científica, artística e assemelhada*; 2) *Administrativa*; 3) *Agropecuária e produção extrativa vegetal e animal*⁷; 4) *Indústria de transformação e construção civil*; 5) *Comércio e atividades auxiliares*; 6) *Transporte e comunicação* e 7) *Prestação de serviços*.

Todavia, sendo o período de 10 anos relativamente longo, a partir da PNAD de 2002 o IBGE alterou a classificação dos grupos de ocupação passando esses a serem constituídos das seguintes categorias⁸: 1) *Dirigentes em geral*; 2) *Profissionais das ciências e das artes*; 3) *Técnicos de nível médio*; 4) *Trabalhadores dos serviços administrativos*; 5) *Trabalhadores dos serviços*; 6) *Vendedores e prestadores dos serviços dos comércios*; 7) *Trabalhadores agrícolas*⁹; 8) *Trabalhadores da produção de bens e*

⁶ As especificações de cada uma das categorias encontram-se no Anexo I.

⁷ Para a análise dos funcionários públicos estatutários excluiu-se a categoria *Agropecuária e produção extrativa vegetal e animal*.

⁸ As especificações de cada uma das categorias encontram-se no Anexo II.

⁹ Para a análise dos funcionários públicos estatutários excluiu-se a categoria ocupacional *Trabalhadores Agrícolas*.

*serviços industriais e de reparação e manutenção e 9) Membros das forças armadas e auxiliares*¹⁰.

Acredita-se que o fato de a classificação dos grupos de ocupação ter-se alterado no período não prejudique substancialmente a análise da existência da discriminação racial nos setores público e privado, pois o critério continua sendo a análise do grupo de ocupação que apresenta maior número de indivíduos. Obviamente não será possível comparar um grupo de ocupação específico de um ano com outro de outro ano. Entretanto, a análise permite quantificar e conhecer o problema de maneira mais detalhada.

Além disso, para ambos os anos foram analisadas, no caso específico do setor público, as desigualdades de rendimentos entre brancos e negros funcionários públicos estatutários situados nas esferas municipal, estadual e federal (seção 3.3).

Antes de analisar os resultados, algumas considerações sobre o modelo proposto por Blinder-Oaxaca devem ser feitas. Berndt (1991), ao analisar a interpretação dos termos da decomposição de Blinder-Oaxaca assinalou que a discriminação só será medida com exatidão se a equação de regressão utilizada incluir, como variáveis explanatórias, todas as variáveis relevantes associadas com as capacidades produtivas da pessoa. Desnecessário dizer que é quase impossível dispor de um conjunto de dados que atenda a essa exigência, fazendo com que, na prática, os resultados da decomposição de Blinder-Oaxaca apenas indiquem valores aproximados para os componentes que se pretende medir. O autor também ressaltou que a decomposição de Blinder-Oaxaca não medirá corretamente a discriminação se for esperado que os coeficientes da equação sejam diferentes entre os grupos de cor, mesmo na ausência de discriminação. Além disso, a quantificação da discriminação racial não fornece um modelo explícito dos mecanismos pelo qual ela opera nem como o grupo discriminado a ela reage (Silva, 1993).

¹⁰ A categoria ocupacional *Membros das forças armadas e auxiliares* foi excluída dos setores público e privado, devido a presença muito pequena de indivíduos.

CAPÍTULO 3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 Dados de 1993

No setor privado, em 1993, a amostra continha 16.393 indivíduos brancos e 9.848 negros. No setor público, esses valores foram, respectivamente, 4.088 e 2.263. Independentemente do setor em que estavam inseridos, os negros auferiram menores rendimentos do que os brancos do mesmo setor. No setor privado, os negros receberam, em média aritmética, 60,5% do rendimento médio dos brancos. De outra forma, os negros receberam, em média geométrica, 28,6% a menos do que os brancos. No setor público, os negros receberam, em média geométrica, 30,9% a menos do que os brancos. Entretanto, há de se notar que os indivíduos brancos e negros funcionários públicos estatutários auferiram maiores rendimentos médios do que seu respectivo grupo de cor situado no setor privado (Tabela 1).

Tabela 1. Média das rendas dos indivíduos ocupados com rendimento de trabalho por setor, segundo a cor. Brasil – 1993.

Rendimento do trabalho principal	Setor privado		Setor público	
	Branco	Negro	Branco	Negro
Média aritmética (R\$) ¹	862,84	521,96	1.112,89	731,20
Média geométrica (R\$) ¹	569,67	406,41	690,96	477,69
Número de observações (N)	16.393	9.848	4.088	2.263

¹ Valores em reais de setembro de 2003 considerando-se o INPC.
Fonte: Dados da PNAD de 1993 elaborados pela autora.

Em parte, essa diferença de rendimento é devido à diferença de escolaridade entre brancos e negros. Apesar de no setor público os negros possuírem maior escolaridade média quando comparados com os negros inseridos no setor privado, o nível de escolaridade média alcançado pelos negros que são funcionários públicos estatutários equivale a 84,8% do nível de escolaridade obtido pelos brancos nesse setor. Em outras palavras, no setor público, os brancos tinham, em média, 12,5 anos de escolaridade, enquanto os negros 10,6 anos. No setor privado, apesar de as médias de anos de escolaridade terem sido menor para ambos os grupos de cor quando comparadas ao setor

público, ainda permaneceu a vantagem para os brancos que obtiveram, em média, 8,1 anos de escolaridade enquanto para os negros esse valor correspondeu a 6,5 anos.

No setor privado, a idade média dos brancos e negros foi idêntica: 31,8 anos de idade; no setor público, brancos eram ligeiramente mais velhos do que os negros, respectivamente, 38,3 e 37,9 anos de idade. O fato de os trabalhadores do setor público terem sido mais velhos do que os do setor privado pode estar relacionado à sua entrada mais tardia no mercado de trabalho devido, provavelmente, ao maior tempo dedicado aos estudos. Ademais, as diferenças de idade e de escolaridade explicam ao menos em parte o diferencial de rendimentos a favor dos funcionários públicos estatutários brancos e negros, pois é natural atribuir maior rendimento a indivíduos com maior nível de escolaridade e experiência.

A caracterização da amostra por sexo, condição na família, área de residência, setor de atividade e grande região para ambos os grupos de cor e de ambos os setores, encontra-se na Tabela 2.

Enquanto os homens brancos e negros foram majoritários no setor privado, respectivamente, 65,7% e 71,9%, as mulheres brancas e negras predominaram no setor público, respectivamente, 66,2% e 64,1%. Isso contribui para explicar o fato de a maior parte dos funcionários públicos estatutários não terem sido a pessoa de referência, pois o chefe da família está frequentemente associado ao homem da casa.

Enquanto os negros empregados com carteira no setor privado prevaleceram em área metropolitana (50,8%), os brancos empregados com carteira no setor privado e os funcionários públicos estatutários de ambos os grupos de cor concentraram-se em área urbana não-metropolitana, respectivamente, 49,7%, 58,1% e 57,7%.

O setor terciário foi o maior absorvedor de mão-de-obra (exceto para os negros empregados com carteira no setor privado), com destaque para o setor público no qual quase todos os funcionários públicos estatutários brancos e negros encontravam-se exclusivamente nesse setor.

Tabela 2. Distribuição dos indivíduos brancos e negros ocupados e com rendimento de trabalho por setor, em categorias de diversas variáveis (%). Brasil – 1993.

Variáveis	Setor privado		Setor público	
	Branco	Negro	Branco	Negro
<i>Sexo</i>				
Feminino	34,3	28,1	66,2	64,1
Masculino	65,7	71,9	33,8	35,9
<i>Condição na família</i>				
Pessoa de referência	53,5	58,1	42,1	46,2
Demais	46,5	41,9	57,9	53,8
<i>Área</i>				
Metropolitana	46,6	50,8	37,3	34,4
Urbana não-metropolitana	49,7	44,5	58,1	57,7
Rural não-metropolitana	3,7	4,7	4,6	7,9
<i>Setor</i>				
Secundário	49,4	51,0	2,7	3,9
Terciário	50,6	49,0	97,3	96,1
<i>Região</i>				
Nordeste	6,4	24,6	17,2	41,0
Norte ¹	1,4	4,9	3,4	10,6
MG+ES+RJ	21,6	29,8	26,7	20,7
Estado de São Paulo	40,3	26,2	26,2	10,1
Sul	26,5	7,5	17,3	3,6
Centro-Oeste	3,8	7,0	9,2	14,0

¹ Exclui a área rural de RO, AC, AM, RR, PA, AP.

Fonte: Dados da PNAD de 1993 elaborados pela autora.

Ao se comparar brancos e negros, em ambos os setores, evidenciou-se maior presença relativa dos brancos no Sudeste e dos negros no Nordeste. No setor privado, 61,9% dos brancos com carteira concentraram-se no Sudeste, ao passo que 56,0% dos negros estavam nessa região. A mesma situação ocorreu para os funcionários públicos estatutários no Sudeste, onde os brancos também detiveram maior participação relativa do que os negros, respectivamente, 52,9% e 30,8%. Os negros de ambos os setores apresentaram maior participação relativa no Nordeste do que os brancos. No setor público, 41,0% dos negros e apenas 17,2% dos brancos funcionários públicos estatutários

encontravam-se nessa região. No setor privado esses valores foram, respectivamente, 24,6% e 6,4%. Destaca-se a pequena participação relativa dos brancos empregados com carteira no setor privado e dos brancos funcionários públicos estatutários na região Norte, respectivamente, 1,4% e 3,4%.

As estimativas dos coeficientes das equações de rendimentos de brancos e negros nos setores público e privado encontram-se na Tabela 3.

Tabela 3. Estimativas das equações de rendimentos por setor, segundo a cor. Brasil – 1993.

Variáveis	Setor privado		Setor público	
	Branco	Negro	Branco	Negro
<i>Intercepto</i>	6,9763	7,5333	5,9575	5,6294
<i>Sexo feminino</i>	-0,3071	-0,3032	-0,3324	-0,3362
<i>Idade/10</i>	0,6750	0,5826	0,4546	0,5759
<i>(Idade/10)²</i>	-0,0703	-0,0610	-0,0378	-0,0506
<i>Escolaridade (E)</i>	0,0658	0,0538	0,0821	0,0909
<i>E* = Z(E - 9)</i>	0,0697	0,0592	0,0304	0,0085 <i>ns</i>
<i>Log (horas trab./semana)</i>	0,2407	0,1484	0,6241	0,6121
<i>Condição na família</i>	0,2068	0,1767	0,1647	0,1228
<i>Área</i>				
Urbana não-metropolitana	-0,1375	-0,0813	-0,1861	-0,2244
Rural não-metropolitana	-0,1429	-0,1465	-0,4946	-0,5462
<i>Setor</i>				
Secundário	0,1231	0,0546	0,3947	0,3645
<i>Região</i>				
Norte ¹	0,2735	0,2177	0,4430	0,3491
MG+ES+RJ	0,1838	0,1586	0,1360	0,1910
Estado de São Paulo	0,5156	0,4865	0,2590	0,2624
Sul	0,3201	0,2439	0,3421	0,3381
Centro-Oeste	0,3062	0,2342	0,4662	0,5394
<i>R² (em %)</i>	49,32	35,56	47,46	44,59
<i>Estatística F</i>	1062,42	361,73	245,24	120,57

¹ Exclusiva área rural de RO, AC, AM, RR, PA, AP.

Fonte: Dados da PNAD de 1993 elaborados pela autora.

Nota: *ns* denota os coeficientes que não são estatisticamente diferentes de zero ao nível de significância de 10%.

As demais probabilidades caudais para o teste de nulidade dos parâmetros são inferiores a 1%.

Para toda análise de regressão feita neste estudo, a probabilidade caudal do teste F foi sempre inferior a 0,01%, o que permite rejeitar a hipótese de que o conjunto de variáveis explanatórias incluídas na regressão não afeta o rendimento.

Serão discutidas primeiramente as estimativas das equações de rendimentos de brancos e negros situados no setor privado, e posteriormente as estimativas para os indivíduos situados no setor público.

As mulheres com carteira no setor privado de ambos os grupos de cor receberam menores remunerações do que suas respectivas contrapartes masculinas. As brancas auferiram 26,4% a menos do que os homens brancos; as negras, por sua vez, auferiram 26,2% a menos do que os homens negros.

O rendimento esperado aumenta com a idade, mas isso ocorre até certo ponto, pois a partir de determinado momento há queda no rendimento esperado à medida que os trabalhadores tornam-se mais velhos. O rendimento esperado cresceu até a idade de 48,0 anos para os brancos e até 47,8 anos para os negros.

O rendimento esperado dos brancos aumentou 6,8% até 9 anos de escolaridade e 14,5% a partir de 9 anos de escolaridade. Para os negros essas taxas foram menores, respectivamente, 5,5% e 12,0%, indicando maior dificuldade dos negros converterem educação em renda.

Quanto maior foi o número de horas trabalhadas no trabalho principal por semana, maior foi o impacto no rendimento auferido por brancos e negros. Entretanto, as estimativas foram substancialmente abaixo de 1 indicando que o prolongamento do tempo de trabalho foi feito com prejuízo da produtividade.

Além disso, brancos e negros empregados com carteira no setor privado que eram responsáveis pela família tenderam a receber maiores rendimentos do que os demais membros da família, *ceteris paribus*.

Tanto brancos como negros residentes em áreas que não são metropolitanas auferiram menores remunerações do que aqueles que se encontravam em áreas metropolitanas. Os indivíduos brancos e negros situados no setor secundário, receberam maiores remunerações quando comparados com sua respectiva contraparte de cor inserida o setor terciário. Entretanto, houve maior vantagem para os brancos do setor secundário, pois receberam 13,1% a mais do que os brancos do setor terciário. Para os negros do setor secundário essa vantagem foi apenas de 5,6% em relação aos negros do setor terciário.

Em todas as grandes regiões, como era de se esperar, indivíduos brancos e negros auferiram maiores rendimentos do que seu respectivo grupo de cor situado no Nordeste.

Ao se comparar indivíduos idênticos (mesma cor e iguais características controladas: *sexo, idade, escolaridade, número de horas trabalhadas na semana, condição na família, área de residência e setor de atividade*), os brancos situados, por exemplo, no Estado de São Paulo receberam, em média, 67,5% a mais do que os brancos no Nordeste. Os negros situados no Estado de São Paulo, por sua vez, tenderam a receber, em média, 62,7% a mais do que os negros no Nordeste.

De forma análoga, a mesma situação ocorrida no setor privado foi observada no setor público, alterando, obviamente, as estimativas dos coeficientes das equações de rendimentos. Exceção feita apenas ao fato de as maiores vantagens locacionais, em termos de impacto no rendimento esperado, estavam na região Centro-Oeste. Os brancos funcionários públicos estatutários situados nessa região auferiram 59,4% a mais do que os brancos funcionários públicos estatutários no Nordeste, ao passo que os negros auferiram 71,5% a mais do que seu respectivo grupo de cor situado no Nordeste. Além disso, o impacto adicional no rendimento após 9 anos de escolaridade não se mostrou significativo para os negros funcionários públicos estatutários.

As variáveis explanatórias consideradas nas equações de rendimentos dos brancos e negros nos setores privado e público explicaram, respectivamente, 49,32%, 35,56%, 47,46% e 44,59% das variações do logaritmo do rendimento do trabalho principal. Esses valores podem ser considerados satisfatórios devido à existência de determinantes dificilmente mensuráveis (saúde, ambição, disciplina, características culturais de grupos etc.) que afetam o rendimento esperado dos indivíduos.

Os negros situados no setor privado receberam 28,6% a menos do que os brancos desse mesmo setor (Tabela 1). Pela decomposição do rendimento proposta por Blinder-Oaxaca, desse diferencial de rendimentos, de 54,19 a 63,55% se devem às características individuais dos empregados com carteira no setor privado, ao passo que os 36,45 a 45,81% restantes correspondem à parte “inexplicada”, a qual é geralmente atribuída à discriminação racial que ocorre no mercado de trabalho (Tabela 4).

Tabela 4. Decomposição da diferença entre médias de logaritmos de rendimentos de brancos e negros empregados com carteira no setor privado, conforme os dois tipos de decomposição. Brasil – 1993.

Decomposição do rendimento do trabalho principal	Equação 2.7		Equação 2.8	
	Efeito (ΔY)	(%)	Efeito (ΔY)	(%)
Total	-0,3375 (-28,6%)	100	-0,3375	100
Característica da mão-de-obra	-0,1829	54,19	-0,2145	63,55
Parte “inexplicada”	-0,1546	45,81	-0,1230	36,45

Fonte: Dados da PNAD de 1993 elaborados pela autora.

Considerando-se o setor público, os funcionários públicos estatutários negros ganhavam 30,9% a menos do que os brancos (Tabela 1). Desse diferencial, segundo a metodologia de Blinder-Oaxaca, de 68,73 a 69,83% foram atribuídos às diferenças nas características desses trabalhadores. Desse modo, uma parcela significativa do diferencial de rendimentos – de 30,17 a 31,27% – existentes entre brancos e negros quando ambos eram funcionários públicos estatutários, não foi explicada pelas diferenças das características da mão-de-obra branca e negra (Tabela 5).

Tabela 5. Decomposição da diferença entre médias de logaritmos de rendimentos de brancos e negros no setor público, conforme os dois tipos de decomposição. Brasil – 1993.

Decomposição do rendimento do trabalho principal	Equação 2.7		Equação 2.8	
	Efeito (ΔY)	(%)	Efeito (ΔY)	(%)
Total	-0,3694 (-30,9%)	100	-0,3694	100
Característica da mão-de-obra	-0,2539	68,73	-0,2579	69,83
Parte “inexplicada”	-0,1155	31,27	-0,1115	30,17

Fonte: Dados da PNAD de 1993 elaborados pela autora.

Há de se notar que a variação do intervalo dos componentes foi menor no caso de funcionários públicos estatutários devido ao fato de, provavelmente, esses trabalhadores em seu conjunto terem sido mais homogêneos entre si do que os empregados com carteira no setor privado.

Assim, a hipótese inicial – a diferença de rendimentos existentes entre brancos e negros quando ambos são funcionários públicos estatutários se deve quase que exclusivamente à diferença das características da mão-de-obra – é refutada.

As distribuições dos empregados com carteira no setor privado e funcionários públicos estatutários por grupo de ocupação segundo a cor encontram-se, respectivamente, nas Tabelas 6 e 7.

Constata-se que a maior parte dos empregados brancos (34,60%) e negros (43,60%) com carteira no setor privado estava inserida no grupo de ocupação *Indústria de transformação e construção civil* (Tabela 6).

A maioria dos funcionários públicos estatutários brancos e negros encontrava-se no grupo ocupacional *Técnica, científica, artística e assemelhada*, respectivamente, 57,44% e 50,20% (tabela 7).

Desse modo, o procedimento de Blinder-Oaxaca foi aplicado para o setor privado considerando-se os empregados com carteira situados na *Indústria de transformação e construção civil* e para o setor público considerando-se os funcionários públicos estatutários que estavam no grupo de ocupação *Técnica, científica, artística e assemelhada*.

Tabela 6. Distribuição dos empregados com carteira no setor privado por grupos de ocupação segundo a cor. Brasil – 1993.

	1		2		3		4		5		6		7	
	Branco	Negros												
(N)	1.757	676	4.353	1.807	49	43	5.672	4.294	2.400	1.289	1.478	1.131	684	608
(%)	10,72	6,86	26,55	18,35	0,30	0,44	34,60	43,60	14,64	13,09	9,02	11,48	4,17	6,17

Fonte: Dados da PNAD de 1993 elaborados pela autora.

Tabela 7. Distribuição dos funcionários públicos estatutários por grupos de ocupação segundo a cor. Brasil – 1993.

	1		2		3		4		5		6		7	
	Branco	Negros												
(N)	2.348	1.136	1.272	707	-	-	172	166	3	8	179	138	114	108
(%)	57,44	50,20	31,12	31,24	-	-	4,21	7,34	0,07	0,35	4,38	6,10	2,79	4,77

Fonte: Dados da PNAD de 1993 elaborados pela autora.

Legenda

- 1 Técnica, científica, artística e assemblhada
- 2 Administrativa
- 3 Agropecuária e produção extrativa vegetal e animal
- 4 Indústria de transformação e construção civil
- 5 Comércio e atividades auxiliares
- 6 Transporte e comunicação
- 7 Prestação de serviços

Os empregados negros com carteira no setor privado situados no grupo de ocupação *Indústria de transformação e construção civil* auferiram, em média, rendimento 20,7% menor do que os brancos (Tabela 8).

Tabela 8. Média das rendas dos empregados com carteira no setor privado no grupo de ocupação *Indústria de transformação e construção civil* segundo a cor. Brasil – 1993.

Rendimento do trabalho principal	Branco	Negro
Média aritmética (R\$) ¹	619,10	475,97
Média geométrica (R\$) ¹	484,59	384,57

¹ Valores em reais de setembro de 2003 considerando-se o INPC.

Fonte: Dados da PNAD de 1993 elaborados pela autora.

Os brancos situados na *Indústria de transformação e construção civil* tinham, em média, 5,8 anos de escolaridade enquanto os negros alcançaram apenas 5,0 anos. A idade média dos brancos (31,8 anos) foi ligeiramente inferior a dos negros (32,1 anos).

A distribuição dos empregados com carteira assinada segundo a cor revela que cerca de 4/5 dos brancos e dos negros situados na *Indústria de transformação e construção civil* eram do sexo masculino. Desse modo, 59,9% dos brancos e 64,7% dos negros eram a pessoa de referência na família. Além disso, como era de se esperar, a maior proporção desses empregados brancos e negros estava inserida no setor secundário, respectivamente, 86,5% e 86,1%. Enquanto a maioria dos brancos residia em área urbana não-metropolitana (54,2%), os negros detinham proporções praticamente idênticas em área metropolitana (47,6%) e urbana não-metropolitana (46,3%). Destaca-se a pequena presença relativa de brancos no Nordeste (5,1%) ao passo que para os negros essa presença foi 4 vezes superior (22,4%). Por outro lado, enquanto apenas 29,0% dos negros estavam no Estado de São Paulo, a proporção para brancos nessa região foi de 40,5% do seu contingente total (Tabela 9).

Tabela 9. Distribuição dos empregados com carteira no setor privado no grupo de ocupação *Indústria de transformação e construção civil* segundo a cor, em categorias de diversas variáveis (%). Brasil – 1993.

Variáveis	Branços	Negros
<i>Sexo</i>		
Feminino	20,9	16,1
Masculino	79,1	83,9
<i>Condição na família</i>		
Pessoa de referência	59,9	64,7
Demais	40,1	35,3
<i>Área</i>		
Metropolitana	39,4	47,6
Urbana não-metropolitana	54,2	46,3
Rural não-metropolitana	6,4	6,1
<i>Setor</i>		
Secundário	86,5	86,1
Terciário	13,5	13,9
<i>Região</i>		
Nordeste	5,1	22,4
Norte ¹	0,9	4,2
MG+ES+RJ	17,3	29,7
Estado de São Paulo	40,5	29,0
Sul	34,1	9,6
Centro-Oeste	2,1	5,1

¹ Exclusiva área rural de RO, AC, AM, RR, PA, AP.

Fonte: Dados da PNAD de 1993 elaborados pela autora.

As estimativas das equações de rendimentos (Tabela 10) revelaram que as mulheres negras receberam 26,1% a menos do que os homens negros e as mulheres brancas receberam 25,4% a menos do que os homens brancos. O rendimento máximo ocorreu mais cedo para negros (44,7 anos de idade) do que para os brancos (45,4 anos). O retorno à escolaridade foi maior para brancos do que para negros. O rendimento cresceu 13,9% para os brancos e 11,9% para os negros por ano adicional de estudo a partir de 9 anos de escolaridade. Houve significativa vantagem monetária para brancos e negros situados no Estado de São Paulo quando comparados com seu respectivo grupo de cor situado no

Nordeste, ou seja, os brancos situados no Estado de São Paulo receberam quase o dobro dos brancos situados no Nordeste, *ceteris paribus*. Para os negros no Estado de São Paulo, essa vantagem foi de 64,5%.

Tabela 10. Estimativas das equações de rendimentos dos empregados com carteira no setor privado no grupo de ocupação *Indústria de transformação e construção civil* segundo a cor. Brasil – 1993.

Variáveis	Branços	Negros
<i>Intercepto</i>	7,6907	7,7482
<i>Sexo feminino</i>	-0,2926	-0,3026
<i>Idade/10</i>	0,6259	0,5316
<i>(Idade/10)²</i>	-0,0690	-0,0594
<i>Escolaridade (E)</i>	0,0589	0,0564
$E^* = Z(E - 9)$	0,0715	0,0560
<i>Log (horas trab./semana)</i>	0,0706ns	0,1202
<i>Condição na família</i>	0,2129	0,1814
<i>Área</i>		
Urbana não-metropolitana	-0,0943	-0,0671
Rural não-metropolitana	-0,0806	-0,0959
<i>Setor</i>		
Secundário	0,0596	0,0409*
<i>Região</i>		
Norte ¹	0,3754	0,1536
MG+ES+RJ	0,2403	0,1262
Estado de São Paulo	0,6512	0,4977
Sul	0,3917	0,2142
Centro-Oeste	0,3086	0,1772
R^2 (em %)	38,38	32,22
Estatística F	234,89	135,57

¹ Exclusiva área rural de RO, AC, AM, RR, PA, AP.

Fonte: Dados da PNAD de 1993 elaborados pela autora.

Notas: ns denota os coeficientes que não são estatisticamente diferentes de zero ao nível de significância de 10%.

* Significativo ao nível de 5%

As demais probabilidades caudais para o teste de nulidade dos parâmetros são inferiores a 1%.

A decomposição do rendimento proposta por Blinder-Oaxaca sugere que dos 20,7% que os negros receberam a menos do que os brancos, de 43,72 a 59,19% foram atribuídos às diferenças nas características da mão-de-obra existentes entre eles, enquanto os restantes – 40,81 a 56,28% – não foram explicados por essas diferenças, indicando, conforme o modelo sugere, que os negros empregados com carteira no setor privado nesse grupo de ocupação sofreram discriminação racial, medida em termos salariais, por parte de seus empregadores (Tabela 11).

Observa-se que dependendo da decomposição escolhida a parcela atribuída normalmente à discriminação racial supera a parte atribuída às características da mão-de-obra (Equação 2.7), na qual mais da metade dos 20,7% que os negros receberam a menos do que os brancos foram atribuídos à cor.

Tabela 11. Decomposição da diferença entre médias de logaritmos de rendimentos de brancos e negros empregados com carteira no setor privado no grupo de ocupação *Indústria de transformação e construção civil*, conforme os dois tipos de decomposição. Brasil – 1993.

Decomposição do rendimento do trabalho principal	Equação 2.7		Equação 2.8	
	Efeito (ΔY)	(%)	Efeito (ΔY)	(%)
Total	-0,2315 (-20,7%)	100	-0,2315	100
Característica da mão-de-obra	-0,1012	43,72	-0,1371	59,19
Parte “inexplicada”	-0,1303	56,28	-0,0945	40,81

Fonte: Dados da PNAD de 1993 elaborados pela autora.

Os negros funcionários públicos estatutários cujo grupo de ocupação era *Técnica, científica, artística e assemelhada* auferiram menor remuneração (-32,3%) do que os brancos nessa mesma ocupação (Tabela 12).

Tabela 12. Média das rendas dos funcionários públicos estatutários no grupo de ocupação *Técnica, científica, artística e assemelhada*, segundo a cor. Brasil – 1993.

Rendimento do trabalho principal	Brancos	Negros
Média aritmética (R\$) ¹	1.182,45	760,51
Média geométrica (R\$) ¹	726,60	492,06

¹ Valores em reais de setembro de 2003 considerando-se o INPC.

Fonte: Dados da PNAD de 1993 elaborados pela autora.

A tabela 13 apresenta a distribuição dos funcionários públicos estatutários brancos e negros inseridos no grupo de ocupação *Técnica, científica, artística e assemelhada*, em categoria de diversas variáveis. Cerca de $\frac{3}{4}$ dos funcionários públicos estatutários brancos e $\frac{4}{5}$ dos negros eram mulheres. Assim, apenas 34,5% dos brancos e 35,6% dos negros eram a pessoa de referência na família. A mesma proporção relativa (58,3%) de brancos e negros concentrou-se em área urbana não-metropolitana.

Tabela 13. Distribuição dos funcionários públicos estatutários no grupo de ocupação *Técnica, científica, artística e assemelhada* segundo a cor, em categorias de diversas variáveis (%). Brasil – 1993.

Variáveis	Branco	Negro
<i>Sexo</i>		
Feminino	76,1	79,7
Masculino	23,9	20,3
<i>Condição na família</i>		
Pessoa de referência	34,5	35,6
Demais	65,5	64,4
<i>Área</i>		
Metropolitana	36,9	31,6
Urbana não-metropolitana	58,3	58,3
Rural não-metropolitana	4,8	10,1
<i>Setor</i>		
Secundário	0,8	0,9
Terciário	99,2	99,1
<i>Região</i>		
Nordeste	17,9	45,2
Norte ¹	3,0	10,3
MG+ES+RJ	27,2	20,3
Estado de São Paulo	26,6	9,4
Sul	17,3	2,5
Centro-Oeste	8,0	12,3

¹ Exclusiva área rural de RO, AC, AM, RR, PA, AP.

Fonte: Dados da PNAD de 1993 elaborados pela autora.

Os funcionários públicos estatutários de ambos os grupos de cor encontraram-se exclusivamente no setor de atividade terciário. Enquanto mais da metade dos brancos

(53,8%) estava na região Sudeste, houve maior presença relativa dos negros no Nordeste, 45,2% do seu contingente total.

Tabela 14. Estimativas das equações de rendimentos dos funcionários públicos estatutários no grupo de ocupação *Técnica, científica, artística e assemelhada*, segundo a cor. Brasil – 1993.

Variáveis	Branços	Negros
<i>Intercepto</i>	5,9654	5,9566
<i>Sexo feminino</i>	-0,3553	-0,5020
<i>Idade/10</i>	0,3712	0,6423
<i>(Idade/10)²</i>	-0,0258*	-0,0552
<i>Escolaridade (E)</i>	0,0831	0,0786
<i>E* = Z(E - 9)</i>	0,0199 <i>ns</i>	0,0220 <i>ns</i>
<i>Log (horas trab./semana)</i>	0,6950	0,5487
<i>Condição na família</i>	0,1696	-0,0225 <i>ns</i>
<i>Área</i>		
Urbana não-metropolitana	-0,2041	-0,2155
Rural não-metropolitana	-0,5238	-0,5391
<i>Setor</i>		
Secundário	0,5259	0,6866
<i>Região</i>		
Norte ¹	0,4476	0,3484
MG+ES+RJ	0,0798**	0,1751
Estado de São Paulo	0,1824	0,2767
Sul	0,3013	0,3434*
Centro-Oeste	0,4354	0,5700
<i>R² (em %)</i>	49,23	47,83
<i>Estatística F</i>	150,73	68,46

¹ Exclusive área rural de RO, AC, AM, RR, PA, AP.

Fonte: Dados da PNAD de 1993 elaborados pela autora.

Notas: *ns* denota os coeficientes que não são estatisticamente diferentes de zero ao nível de significância de 10%.

* Significativo ao nível de 5%.

** Significativo ao nível de 10%

As demais probabilidades caudais para o teste de nulidade dos parâmetros são inferiores a 1%.

Na tabela 14 evidencia-se que as negras funcionárias públicas estatutárias auferiram rendimentos muito menores do que os homens negros, ou seja, elas receberam cerca de

39,5% a menos do que eles. As mulheres brancas, por sua vez, receberam 29,9% a menos do que os homens brancos.

Apesar de brancos e negros terem se concentrado no setor terciário auferiram remunerações estatisticamente menores do que seu respectivo grupo de cor situado no setor secundário.

Os brancos situados no Norte auferiram a maior das remunerações em relação aos brancos situados no Nordeste. Para os negros a maior vantagem locacional em termos monetário em relação aos negro no Nordeste ocorreu no Centro-Oeste (Tabela 14).

A maior parte dos 32,3% que os negros funcionários públicos estatutários no grupo de ocupação *Técnica, científica, artística e assemelhada* receberam a menos do que os brancos foi atribuída, segundo a metodologia de Blinder-Oaxaca, às diferenças nas características da mão-de-obra (64,39 a 73,50%). Entretanto, uma parcela não desprezível desse diferencial de rendimento – 26,50 a 35,61% – foi atribuída à cor do indivíduo mesmo se tratando do setor público (Tabela 15).

Tabela 15. Decomposição da diferença entre médias de logaritmos de rendimentos de brancos e negros funcionários públicos estatutários no grupo de ocupação *Técnica, científica, artística e assemelhada*, conforme os dois tipos de decomposição. Brasil – 1993.

Decomposição do rendimento do trabalho principal	Equação 2.7		Equação 2.8	
	Efeito (ΔY)	(%)	Efeito (ΔY)	(%)
Total	-0,3901 (-32,3%)	100	-0,3901	100
Característica da mão-de-obra	-0,2867	73,50	-0,2512	64,39
Parte “inexplicada”	-0,1034	26,50	-0,1389	35,61

Fonte: Dados da PNAD de 1993 elaborados pela autora.

3.2 Dados de 2003

Em 2003, a amostra continha 20.780 brancos empregados com carteira no setor privado e 5.703 brancos no setor público. Os respectivos valores para os negros foram 15.375 e 4.513. Em ambos os setores, os negros auferiram menores remunerações do que os brancos. Em termos de média geométrica, os negros receberam, no setor privado, 25,4% a menos do que os brancos; no setor público esse valor correspondeu a 34,7%. Novamente ocorreu maior rendimento médio auferido por brancos e negros funcionários públicos estatutários em relação aos indivíduos no setor privado (Tabela 16).

Tabela 16. Média das rendas dos indivíduos ocupados com rendimento de trabalho por setor, segundo a cor. Brasil – 2003.

Rendimento do trabalho principal	Setor privado		Setor público	
	Brancos	Negros	Brancos	Negros
Média aritmética (R\$) ¹	811,26	528,40	1.278,11	807,08
Média geométrica (R\$) ¹	590,81	440,85	865,28	565,31
Número de observações (N)	20.780	15.375	5.703	4.513

¹Valores em setembro de 2003.

Fonte: Dados da PNAD de 2003 elaborados pela autora.

O menor rendimento auferido pelos negros em ambos os setores em parte advém de sua menor escolaridade. No setor público, os brancos tinham, em média, 12,7 anos de escolaridade ao passo que negros possuíam 10,4 anos. Apesar de a escolaridade média de brancos e negros com carteira no setor privado ter aumentado no período de dez anos, a vantagem em termos de estoque educacional permaneceu para os brancos, ou seja, os negros detinham, em média, 7,9 de escolaridade enquanto esse valor foi de 9,5 anos para os brancos.

No setor privado a idade média de brancos foi ligeiramente superior aos negros, respectivamente, 33 e 32,8 anos; no setor público foi 41,5 anos para brancos e 41,2 anos para negros. A idade média maior dos funcionários públicos estatutários brancos e negros em 2003 quando comparada à idade média desse tipo de trabalhador em 1993 pode estar associada ao aumento da disputa por empregos que proporcionam maior estabilidade, caso da esfera pública, haja vista que o nível de escolaridade permaneceu praticamente o mesmo para ambos os grupos de cor nos dois anos.

Os dados da tabela 17 apresentam forte paralelo com os da tabela 2. Novamente, enquanto homens brancos e negros foram maioria no setor privado, as mulheres foram no setor público. Em ambos os setores e para ambos os grupos de cor, os indivíduos predominaram em área urbana não-metropolitana e no setor terciário.

Tabela 17. Distribuição dos indivíduos brancos e negros ocupados e com rendimento de trabalho por setor, em categorias de diversas variáveis (%). Brasil – 2003.

Variáveis	Setor privado		Setor público	
	Branco	Negro	Branco	Negro
<i>Sexo</i>				
Feminino	37,8	30,6	64,6	61,8
Masculino	62,2	69,4	35,4	38,2
<i>Condição na família</i>				
Pessoa de referência	50,0	55,1	47,1	50,6
Demais	50,0	44,9	52,9	49,4
<i>Área</i>				
Metropolitana	38,6	42,0	32,3	28,2
Urbana não-metropolitana	58,4	55,2	63,5	65,4
Rural não-metropolitana	3,0	2,8	4,2	6,4
<i>Setor</i>				
Secundário	41,8	42,9	2,3	2,3
Terciário	58,2	57,1	97,7	97,7
<i>Região</i>				
Nordeste	7,6	24,9	15,4	38,6
Norte ¹	2,0	7,5	4,5	13,6
MG+ES+RJ	20,7	27,7	22,7	21,1
Estado de São Paulo	37,4	22,3	25,6	9,5
Sul	27,4	8,5	22,6	4,3
Centro-Oeste	4,9	9,1	9,2	12,9

¹ Exclusiva área rural de RO, AC, AM, RR, PA, AP.

Fonte: Dados da PNAD de 2003 elaborados pela autora.

A maioria dos brancos com carteira no setor privado estava concentrada no Sudeste (58,1%) ao passo que para os negros inseridos nesse setor esse valor foi de 50% do seu contingente total. No setor público, 38,6% dos negros estavam no Nordeste e apenas

30,6% no Sudeste. Para os brancos funcionários públicos estatutários esses valores foram, respectivamente, 15,4% e 48,3%.

Na Tabela 18 estão as estimativas das equações de rendimentos de brancos e negros nos setores privado e público.

Tabela 18. Estimativas das equações de rendimentos por setor, segundo a cor. Brasil – 2003.

Variáveis	Setor privado		Setor público	
	Branco	Negro	Branco	Negro
<i>Intercepto</i>	3,8060	4,1244	2,4859	3,0787
<i>Sexo feminino</i>	-0,2714	-0,2548	-0,3214	-0,2766
<i>Idade/10</i>	0,5328	0,5030	0,6460	0,5048
<i>(Idade/10)²</i>	-0,0480	-0,0485	-0,0612	-0,0443
<i>Escolaridade (E)</i>	0,0390	0,0341	0,0723	0,0566
<i>E* = Z(E - 9)</i>	0,1049	0,0850	0,0563	0,0642
<i>Log (horas trab./semana)</i>	0,1570	0,0995	0,4760	0,3860
<i>Condição na família</i>	0,1767	0,1333	0,1169	0,1125
<i>Área</i>				
Urbana não-metropolitana	-0,1273	-0,0745	-0,2612	-0,2576
Rural não-metropolitana	-0,1830	-0,1414	-0,3979	-0,3524
<i>Setor</i>				
Secundário	0,0968	0,0379	0,1924	0,2605
<i>Região</i>				
Norte ¹	0,1816	0,1320	0,2140	0,2506
MG+ES+RJ	0,1951	0,1719	0,1853	0,1321
Estado de São Paulo	0,4246	0,3920	0,2920	0,2447
Sul	0,2884	0,2363	0,1890	0,1629
Centro-Oeste	0,2850	0,2605	0,3272	0,3388
<i>R² (em %)</i>	50,47	37,80	50,46	49,45
<i>Estatística F</i>	1410,26	622,30	386,20	293,32

¹ Exclusive área rural de RO, AC, AM, RR, PA, AP.

Fonte: Dados da PNAD de 2003 elaborados pela autora.

Nota: As probabilidades caudais para o teste de nulidade dos parâmetros são inferiores a 1%.

Novamente as mulheres brancas e negras independentemente do setor no qual estavam inseridas auferiram menores remunerações do que suas contrapartes masculinas.

Enquanto no setor privado o pico do rendimento ocorreu mais cedo para os negros (51,9 anos de idade) quando comparados com os brancos (55,5 anos), no setor público

brancos atingiram rendimento máximo mais cedo do que os negros, respectivamente, 52,8 e 57.

Nesse período de dez anos obter nível de escolaridade mais elevado tornou-se mais relevante inclusive no setor público. Houve maior diferença no setor privado entre brancos e negros no retorno monetário ao possuir mais de 9 anos de escolaridade, ou seja, após 9 anos de escolaridade o rendimento aumentou 15,5% para brancos e 12,6% para negros. No setor público, esses valores foram mais parecidos para brancos e negros, respectivamente, 13,7% e 12,8%.

Apesar de a elasticidade do rendimento mensal em relação ao tempo semanal de trabalho ter sido bem menor do que 1 para ambos os setores e ambos os grupos de cor, ela foi substancialmente menor para brancos e negros empregados com carteira no setor privado, revelando para esse tipo de trabalhador um prejuízo bem maior na produtividade a medida que se prolongou o tempo de trabalho.

No setor privado, ocorreu maior vantagem monetária para indivíduos brancos e negros situados no Estado de São Paulo quando comparados com seu respectivo grupo de cor situado no Nordeste. No setor público, essa maior vantagem ocorreu para brancos e negros situados na região Centro-Oeste.

Por meio da metodologia de Blinder-Oaxaca, dos 25,4% que os negros com carteira no setor privado receberam a menos que os brancos desse setor, de 56,53 a 65,12% foram atribuídas às características da mão-de-obra e os restantes à cor (Tabela 19).

Tabela 19. Decomposição da diferença entre médias de logaritmos de rendimentos de brancos e negros empregados com carteira no setor privado, conforme os dois tipos de decomposição. Brasil – 2003.

Decomposição do rendimento do trabalho principal	Equação 2.7		Equação 2.8	
	Efeito (ΔY)	(%)	Efeito (ΔY)	(%)
Total	-0,2928 (-25,4%)	100	-0,2928	100
Característica da mão-de-obra	-0,1655	56,53	-0,1907	65,12
Parte “inexplicada”	-0,1273	43,47	-0,1021	34,88

Fonte: Dados da PNAD de 2003 elaborados pela autora.

Os negros funcionários públicos estatutários receberam 34,7% a menos do que os brancos desse setor. Desse diferencial de rendimentos, a maior parte, de acordo com a

metodologia de Blinder-Oaxaca, foi atribuída às características da mão-de-obra – 61,69 a 70,85%. Entretanto, restante não desprezível permaneceu inexplicado (Tabela 20).

Tabela 20. Decomposição da diferença entre médias de logaritmos de rendimentos de brancos e negros no setor público, conforme os dois tipos de decomposição. Brasil – 2003.

Decomposição do rendimento do trabalho principal	Equação 2.7		Equação 2.8	
	Efeito (ΔY)	(%)	Efeito (ΔY)	(%)
Total	-0,4257 (-34,7%)	100	-0,4257	100
Característica da mão-de-obra	-0,2626	61,69	-0,3016	70,85
Parte “inexplicada”	-0,1631	38,31	-0,1241	29,15

Fonte: Dados da PNAD de 2003 elaborados pela autora.

Assim, passados 10 anos, ainda subsiste um diferencial de rendimentos entre brancos e negros funcionários públicos estatutários que não foi atribuído às diferenças nas características da mão-de-obra quando se utiliza a interpretação proposta pela metodologia.

As distribuições dos empregados com carteira no setor privado e dos funcionários públicos estatutários por grupos de ocupação segundo a cor encontram-se, respectivamente, nas Tabelas 21 e 22.

Desse modo, para os empregados com carteira no setor privado, aplicou-se a metodologia de Blinder-Oaxaca àqueles inseridos no grupo de ocupação *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção*, no qual, 35,25% dos brancos e 42,32% dos negros estavam concentrados.

Apesar de os brancos funcionários públicos estatutários estarem relativamente mais concentrados no grupo de ocupação *Profissionais das ciências e das artes* (32,58%) e de os negros funcionários públicos estatutários estarem relativamente mais concentrados no grupo ocupacional *Trabalhadores dos serviços* (27,30%), optou-se por fazer a análise dos funcionários públicos estatutários para aqueles indivíduos inseridos no grupo de ocupação *Técnicos de nível médio*, no qual, brancos e negros apresentaram participação relativa semelhante, respectivamente, 23,69% e 26,17%.

Tabela 21. Distribuição dos empregados com carteira no setor privado por grupos de ocupação segundo a cor. Brasil – 2003.

	1		2		3		4		5		6		7		8	
	Branco	Negros														
(N)	1.132	426	1.473	457	2.006	1.137	3.756	2.263	2.279	2.639	2.725	1.845	84	101	7.325	6.507
(%)	5,45	2,77	7,09	2,97	9,65	7,40	18,08	14,72	10,97	17,16	13,11	12,00	0,40	0,66	35,25	42,32

Fonte: Dados da PNAD de 2003 elaborados pela autora.

Tabela 22. Distribuição dos funcionários públicos estatutários por grupos de ocupação segundo a cor. Brasil – 2003.

	1		2		3		4		5		6		7		8	
	Branco	Negros														
(N)	378	186	1.858	842	1.351	1.181	915	771	862	1.232	7	14	-	-	332	287
(%)	6,63	4,12	32,58	18,66	23,69	26,17	16,04	17,08	15,11	27,30	0,12	0,31	-	-	5,82	6,36

Fonte: Dados da PNAD de 2003 elaborados pela autora.

Legenda

- 1 Dirigentes em geral
- 2 Profissionais das ciências e das artes
- 3 Técnicos de nível médio
- 4 Trabalhadores dos serviços administrativos
- 5 Trabalhadores dos serviços
- 6 Vendedores e prestadores dos serviços dos comércios
- 7 Trabalhadores agrícolas
- 8 Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção

No grupo de ocupação *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção*, os negros com carteira no setor privado auferiram 16,6% a menos do que os brancos em igual situação (Tabela 23).

Tabela 23. Média das rendas dos empregados com carteira no setor privado no grupo de ocupação Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção, segundo a cor. Brasil – 2003.

Rendimento do trabalho principal	Brancos	Negros
Média aritmética (R\$) ¹	626,33	511,80
Média geométrica (R\$) ¹	533,99	445,40

¹ Valores em setembro de 2003.

Fonte: Dados da PNAD de 2003 elaborados pela autora.

Enquanto a escolaridade média dos brancos foi de 7,4 anos de estudo, a dos negros correspondeu a 6,6 anos. A idade média dos brancos foi ligeiramente superior à dos negros, respectivamente, 34 e 33,8 anos de idade.

Houve presença predominantemente masculina nesse grupo de ocupação: 82,8% dos brancos e 87,7% dos negros eram homens e, conseqüentemente, 63,2% dos brancos e 67,2% dos negros eram a pessoa de referência na família. A maioria dos brancos e negros concentrou-se no setor secundário, respectivamente, 72,0% e 71,4% e em área urbana não-metropolitana, respectivamente, 64,2% e 59,9%. Apesar de pequena, destaca-se a maior presença relativa de brancos (4,7%) em área rural não-metropolitana quando comparados aos negros (3,8%). Enquanto 22,9% dos negros nesse grupo de ocupação estavam no Nordeste, apenas 6,0% dos brancos estavam nessa região. Por outro lado, cerca de metade dos brancos (54,2%) e dos negros (50,3%) estavam no Sudeste (Tabela 24).

Tabela 24. Distribuição dos empregados com carteira no setor privado no grupo de ocupação *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção* segundo a cor, em categorias de diversas variáveis (%). Brasil – 2003.

Variáveis	Branços	Negros
<i>Sexo</i>		
Feminino	17,2	12,3
Masculino	82,8	87,7
<i>Condição na família</i>		
Pessoa de referencia	63,2	67,2
Demais	36,8	32,8
<i>Área</i>		
Metropolitana	31,1	36,3
Urbana não-metropolitana	64,2	59,9
Rural não-metropolitana	4,7	3,8
<i>Setor</i>		
Secundário	72,0	71,4
Terciário	28,0	28,6
<i>Região</i>		
Nordeste	6,0	22,9
Norte ¹	2,0	7,7
MG+ES+RJ	17,6	26,6
Estado de São Paulo	36,6	23,7
Sul	33,7	10,6
Centro-Oeste	4,1	8,5

¹ Exclusiva área rural de RO, AC, AM, RR, PA, AP.

Fonte: Dados da PNAD de 2003 elaborados pela autora.

Para ambos os grupos de cor as mulheres auferiram menores rendimentos do que sua respectiva contraparte masculina. Os indivíduos considerados a pessoa de referência na família auferiram maiores rendimentos do que os demais membros. Além disso, indivíduos brancos e negros não situados em área metropolitana receberam menores remunerações do que aqueles em áreas metropolitanas. O pico do rendimento ocorreu mais cedo para os brancos do que para os negros, respectivamente, 50,8 e 53,7 anos de idade. A partir de 9 anos de escolaridade houve um incremento substancialmente maior no rendimento auferido pelos brancos do que pelos negros, respectivamente, 10,1% e 7,6% por ano adicional de estudo (Tabela 25).

Tabela 25. Estimativas das equações de rendimentos dos empregados com carteira no setor privado no grupo de ocupação *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção*, segundo a cor. Brasil – 2003.

Variáveis	Branços	Negros
<i>Intercepto</i>	4,1691	4,3222
<i>Sexo feminino</i>	-0,2913	-0,2952
<i>Idade/10</i>	0,5351	0,4777
<i>(Idade/10)²</i>	-0,0527	-0,0445
<i>Escolaridade (E)</i>	0,0316	0,0383
<i>E* = Z(E - 9)</i>	0,0642	0,0348
<i>Log (horas trab./semana)</i>	0,1043	0,0728
<i>Condição na família</i>	0,1702	0,1316
<i>Área</i>		
Urbana não-metropolitana	-0,0939	-0,0547
Rural não-metropolitana	-0,1537	-0,1115
<i>Setor</i>		
Secundário	-0,0278*	-0,0422
<i>Região</i>		
Norte ¹	0,2008	0,1295
MG+ES+RJ	0,2377	0,1612
Estado de São Paulo	0,4399	0,3947
Sul	0,3056	0,2080
Centro-Oeste	0,2649	0,2272
<i>R² (em %)</i>	37,11	34,15
<i>Estatística F</i>	287,55	224,38

¹ Exclusiva área rural de RO, AC, AM, RR, PA, AP.

Fonte: Dados da PNAD de 2003 elaborados pela autora.

Nota: * Significativo ao nível de 5%.

As demais probabilidades caudais para o teste de nulidade dos parâmetros são inferiores a 1%.

Há de se ressaltar que dos 16,6% que os negros auferiram a menos do que os brancos cerca de metade desse diferencial – de 49,65 a 55,90% – não foi atribuído às diferenças nas características da mão-de-obra existentes entre eles (Tabela 26).

Tabela 26. Decomposição da diferença entre médias de logaritmos de rendimentos de brancos e negros empregados com carteira no setor privado no grupo de ocupação *Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção*, conforme os dois tipos de decomposição. Brasil – 2003.

Decomposição do rendimento do trabalho principal	Equação 2.7		Equação 2.8	
	Efeito (ΔY)	(%)	Efeito (ΔY)	(%)
Total	-0,1814 (-16,6%)	100	-0,1814	100
Característica da mão-de-obra	-0,0800	44,10	-0,0913	50,35
Parte “inexplicada”	-0,1014	55,90	-0,0901	49,65

Fonte: Dados da PNAD de 2003 elaborados pela autora.

Os negros funcionários públicos estatutários no grupo de ocupação *Técnicos de nível médio* auferiram 30,0% a menos do que os brancos nessa mesma situação (Tabela 27).

Tabela 27. Média das rendas dos funcionários públicos estatutários no grupo de ocupação *Técnicos de nível médio*, segundo a cor. Brasil – 2003.

Rendimento do trabalho principal	Branco	Negro
Média aritmética (R\$) ¹	1.160,03	792,90
Média geométrica (R\$) ¹	827,69	579,09

¹ Valores em setembro de 2003.

Fonte: Dados da PNAD de 2003 elaborados pela autora.

A diferença de escolaridade média entre brancos e negros foi de 1 ano a favor dos brancos, ou seja, brancos detinham, em média, 12,7 anos de escolaridade enquanto negros 11,7 anos. Os brancos eram, em média, ligeiramente mais velhos (39,9 anos de idade) do que os negros (39,2 anos).

Destaca-se a participação das mulheres brancas e negras entre os funcionários públicos estatutários no grupo de ocupação *Técnicos de nível médio*, respectivamente, 68,6% e 70,7%. Enquanto 44,3% dos negros estavam na região Nordeste, os brancos concentraram-se na Sudeste (49%) (Tabela 28).

Tabela 28. Distribuição dos funcionários públicos estatutários no grupo de ocupação *Técnicos de nível médio* segundo a cor, em categorias de diversas variáveis (%). Brasil – 2003.

Variáveis	Branços	Negros
<i>Sexo</i>		
Feminino	68,6	70,7
Masculino	31,4	29,3
<i>Condição na família</i>		
Pessoa de referência	42,1	43,5
Demais	57,9	56,5
<i>Área</i>		
Metropolitana	30,4	26,2
Urbana não-metropolitana	63,1	64,7
Rural não-metropolitana	6,5	9,1
<i>Setor</i>		
Secundário	1,1	1,1
Terciário	98,9	98,9
<i>Região</i>		
Nordeste	19,0	44,3
Norte ¹	4,9	13,9
MG+ES+RJ	21,1	16,8
Estado de São Paulo	27,9	10,1
Sul	18,7	3,0
Centro-Oeste	8,4	11,9

¹ Exclusiva área rural de RO, AC, AM, RR, PA, AP.

Fonte: Dados da PNAD de 2003 elaborados pela autora.

O nível de escolaridade de brancos e negros funcionários públicos estatutários só se mostrou significativo após 9 anos, parecendo ser fundamental ao impacto no rendimento desses indivíduos nesse grupo de ocupação possuir escolaridade elevada. Em ambos os grupos de cor, indivíduos situados em áreas não-metropolitanas auferiram menores rendimentos do que sua respectiva contraparte de cor situada em área metropolitana. O rendimento auferido por brancos e negros inseridos no setor secundário não foi estatisticamente diferente do auferido, respectivamente, pelos brancos e negros situados no setor terciário. Enquanto a maior vantagem locacional em termos monetários para os brancos estava no Estado de São Paulo, para os negros estava no Centro-Oeste (Tabela 29).

Tabela 29. Estimativas das equações de rendimentos dos funcionários públicos estatutários no grupo de ocupação *Técnicos de nível médio*. Brasil – 2003.

Variáveis	Branços	Negros
<i>Intercepto</i>	2,6893	3,3615
<i>Sexo feminino</i>	-0,3003	-0,3244
<i>Idade/10</i>	0,7244	0,3958
<i>(Idade/10)²</i>	-0,0738	-0,0272*
<i>Escolaridade (E)</i>	0,0221 <i>ns</i>	0,0126 <i>ns</i>
<i>E* = Z(E - 9)</i>	0,0929	0,1024
<i>Log (horas trab./semana)</i>	0,5094	0,4851
<i>Condição na família</i>	0,1647	0,0816*
<i>Área</i>		
Urbana não-metropolitana	-0,1884	-0,2382
Rural não-metropolitana	-0,4125	-0,3674
<i>Setor</i>		
Secundário	0,1379 <i>ns</i>	0,1775 <i>ns</i>
<i>Região</i>		
Norte ¹	0,2506	0,2925
MG+ES+RJ	0,3096	0,1581
Estado de São Paulo	0,3232	0,2131
Sul	0,2436	0,2182*
Centro-Oeste	0,2340	0,3104
<i>R² (em %)</i>	49,82	51,22
<i>Estatística F</i>	88,38	81,56

¹ Exclusiva área rural de RO, AC, AM, RR, PA, AP.

Fonte: Dados da PNAD de 2003 elaborados pela autora.

Nota: *ns* denota os coeficientes que não são estatisticamente diferentes de zero ao nível de significância de 10%.

* Significativo ao nível de 5%.

As demais probabilidades caudais para o teste de nulidade dos parâmetros são inferiores a 1%.

Por meio da decomposição de Blinder-Oaxaca, de 55,81 a 65,91%, dos 30,0% que os negros receberam a menos do que os brancos, foram atribuídos às diferenças nas características da mão-de-obra. Os restantes – 34,09 a 44,19% – permaneceram inexplicados e de acordo com o modelo seriam atribuídos à cor, ou seja, estariam associados à discriminação racial (Tabela 30).

Tabela 30. Decomposição da diferença entre médias de logaritmos de rendimentos de brancos e negros funcionários públicos estatutários no grupo de ocupação *Técnicos de nível médio*, conforme os dois tipos de decomposição. Brasil – 2003.

Decomposição do rendimento do trabalho principal	Equação 2.7		Equação 2.8	
	Efeito (ΔY)	(%)	Efeito (ΔY)	(%)
Total	-0,3572 (-30,0%)	100	-0,3572	100
Característica da mão-de-obra	-0,1994	55,81	-0,2354	65,91
Parte “inexplicada”	-0,1578	44,19	-0,1218	34,09

Fonte: Dados da PNAD de 2003 elaborados pela autora.

3.3 Esferas públicas federal, estadual e municipal

3.3.1 Dados de 1993

Em 1993, funcionários públicos estatutários federal de ambos os grupos de cor auferiram maiores rendimentos do que seu respectivo grupo de cor situado na esfera pública estadual, na qual, por sua vez, os indivíduos receberam maiores remunerações do que os na esfera pública municipal (Tabela 31).

Tabela 31. Média das rendas dos funcionários públicos estatutários ocupados com rendimento de trabalho por esfera pública, segundo a cor. Brasil – 1993.

Rendimento do trabalho principal	Federal		Estadual		Municipal	
	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro
Média aritmética (R\$) ¹	2.030,34	1.335,36	1.060,58	710,50	639,32	425,93
Média geométrica (R\$) ¹	1.462,40	1.030,11	686,93	501,84	436,52	281,59
Número de observações (N)	833	435	2.204	1.244	1.051	584

¹ Valores em reais de setembro de 2003 considerando-se o INPC.
Fonte: Dados da PNAD de 1993 elaborados pela autora.

Entretanto, nas três esferas públicas, negros receberam, em média, menores remunerações quando comparados aos brancos situados na mesma esfera. Na esfera pública federal, negros receberam, em média geométrica, 29,6% a menos do que os brancos funcionários públicos estatutários federal. Nas esferas públicas estadual e municipal esses valores foram, respectivamente, 27,0% e 35,5%

A média de idade dos brancos e negros foi maior na esfera pública federal, 40,2 anos para ambos os grupos de cor. Os funcionários públicos estatutários municipal brancos e negros apresentaram as menores médias de idade dentre as esferas, respectivamente, 36,6 e 36,3 anos de idade. Além disso, nessa esfera os indivíduos detinham menor escolaridade média em relação às demais esferas, ou seja, brancos e negros possuíam, respectivamente, 10,6 e 8,9 anos de estudo. Esses valores foram para a esfera pública estadual, respectivamente, 13,2 e 11,3, e para a esfera pública federal, respectivamente, 13,7 e 11,2 (Tabela 32).

Assim, a maior escolaridade e a maior idade (que refletem o treinamento e experiência da pessoa) dos brancos e negros funcionários públicos estatutários federal explicam em parte a maior renda desses indivíduos em relação aos demais.

Tabela 32. Médias da idade e da escolaridade dos funcionários públicos estatutários por esfera pública, segundo a cor, medida em anos. Brasil – 1993.

Esferas	Idade		Escolaridade	
	Branco	Negro	Branco	Negro
Federal	40,2	40,2	13,7	11,2
Estadual	38,6	38,0	13,2	11,3
Municipal	36,6	36,3	10,6	8,9

Fonte: Dados da PNAD de 1993 elaborados pela autora.

A Tabela 33 apresenta a distribuição percentual de brancos e negros segundo sexo, condição na família, área de residência, setor de atividade e região por esfera pública federal, estadual e municipal.

Enquanto homens brancos e negros funcionários públicos estatutários eram majoritários na esfera pública federal, respectivamente, 55,5% e 56,8%, mulheres brancas e negras prevaleceram nas esferas públicas estadual e municipal. Desse modo, 61,8% dos brancos e 65,2% dos negros eram a pessoa de referência na esfera pública federal.

Houve baixa participação relativa dos funcionários públicos estatutários das três esferas públicas residentes em área rural não-metropolitana. Entretanto, negros quando comparados com brancos da mesma esfera pública apresentaram maior participação relativa nessa área. Além disso, a presença relativa de brancos e negros em área rural não-metropolitana foi maior na esfera pública municipal, respectivamente, 9,5% e 13,4% ao passo que houve presença mínima dos funcionários públicos estatutários federal brancos e negros nessa área, respectivamente, 0,8% e 3,9%.

Nas três esferas públicas, brancos e negros funcionários públicos estatutários estavam em quase sua totalidade inseridos no setor terciário.

Tabela 33. Distribuição dos funcionários públicos estatutários brancos e negros ocupados e com rendimento do trabalho, por esfera, em categorias de diversas variáveis (%). Brasil – 1993.

Variáveis	Federal		Estadual		Municipal	
	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro
<i>Sexo</i>						
Feminino	44,5	43,2	72,4	70,0	67,4	64,9
Masculino	55,5	56,8	27,6	30,0	32,6	35,1
<i>Condição na família</i>						
Pessoa de referência	61,8	65,2	37,1	41,6	39,6	44,0
Demais	38,2	34,8	62,9	58,4	60,4	56,0
<i>Área</i>						
Metropolitana	51,0	49,8	35,1	34,2	33,0	26,0
Urbana não-metropolitana	48,2	46,3	61,5	59,6	57,5	60,6
Rural não-metropolitana	0,8	3,9	3,4	6,2	9,5	13,4
<i>Setor</i>						
Secundário	2,4	4,1	3,6	4,7	1,2	2,4
Terciário	97,6	95,9	96,4	95,3	98,8	97,6
<i>Região</i>						
Nordeste	15,2	34,6	17,2	42,3	18,6	42,3
Norte ¹	5,6	13,8	3,8	12,2	1,1	5,8
MG+ES+RJ	32,0	22,3	22,9	18,3	31,0	24,4
Estado de São Paulo	16,8	2,8	31,6	10,4	21,4	13,7
Sul	14,2	4,9	15,7	3,0	22,5	3,9
Centro-Oeste	16,2	21,6	8,8	13,8	5,4	9,9

¹ Exclusiva área rural de RO, AC, AM, RR, PA, AP.

Fonte: Dados da PNAD de 1993 elaborados pela autora.

Enquanto brancos funcionários públicos estatutários federal (16,8%) estavam relativamente mais concentrados no Estado de São Paulo do que os negros (2,8%), os negros funcionários públicos estatutários federal (34,6%) estavam relativamente mais concentrados no Nordeste do que os brancos (15,2%). Na esfera pública estadual, mais da metade dos brancos (54,5%) encontravam-se na região Sudeste ao passo que apenas 28,7% dos negros estavam nessa região. Destaca-se a baixa participação dos brancos funcionários públicos estatutários municipal no Norte (1,1%) e dos negros funcionários públicos estatutários municipal no Sul (3,9%).

As estimativas das equações de rendimentos por cor e esfera estão apresentadas na Tabela 34.

Tabela 34. Estimativas das equações de rendimentos de funcionários públicos estatutários por esfera pública, segundo a cor. Brasil – 1993.

Variáveis	Federal		Estadual		Municipal	
	Branços	Negros	Branços	Negros	Branços	Negros
<i>Intercepto</i>	7,0632	7,5557	6,5087	6,7906	6,6172	5,9560
<i>Sexo feminino</i>	-0,1647	-0,1454**	-0,2758	-0,2326	-0,3312	-0,3608
<i>Idade/10</i>	0,5033	0,5582	0,1874*	0,3128	0,5232	0,5477
<i>(Idade/10)²</i>	-0,0457*	-0,0497*	-0,0040 <i>ns</i>	-0,0263**	-0,0556	-0,0499*
<i>Escolaridade</i>	0,0710	0,0834	0,0802	0,0535	0,0556	0,0692
<i>E* = Z(E - 9)</i>	0,0356 <i>ns</i>	0,0014 <i>ns</i>	0,0152 <i>ns</i>	0,0301*	0,0518	0,0631
<i>Log (horas</i>						
<i>trab./semana)</i>	0,4848	0,1901 <i>ns</i>	0,6291	0,5540	0,3671	0,4661
<i>Condição na família</i>	0,0631 <i>ns</i>	0,1678*	0,1691	0,1119*	0,1079*	0,0964 <i>ns</i>
<i>Área</i>						
Urbana não-						
metropolitana	-0,0103 <i>ns</i>	0,0904 <i>ns</i>	-0,1566	-0,2214	-0,1961	-0,2276
Rural não-						
metropolitana	0,1916 <i>ns</i>	0,3281*	-0,2432	-0,3689	-0,5564	-0,6308
<i>Setor</i>						
Secundário	0,2466 <i>ns</i>	0,1699 <i>ns</i>	0,4548	0,4152	0,4629	0,0193 <i>ns</i>
<i>Região</i>						
Norte ¹	0,2039**	0,1599**	0,1896*	0,2296	0,6897	0,4878
MG+ES+RJ	-0,1829*	0,1186 <i>ns</i>	0,0161 <i>ns</i>	0,0601 <i>ns</i>	0,5428	0,5567
Estado de SP	-0,0543 <i>ns</i>	0,1146 <i>ns</i>	0,1726	0,1827	0,7424	0,6685
Sul	-0,0189 <i>ns</i>	0,0473 <i>ns</i>	0,2582	0,3485	0,7670	0,5698
Centro-Oeste	0,2187	0,3402	0,3077	0,4674	0,5791	0,6529
<i>R² (em %)</i>	32,36	30,97	41,71	35,51	54,19	52,10
<i>Estatística F</i>	26,06	12,53	104,39	45,08	81,63	41,20

¹ Exclusive área rural de RO, AC, AM, RR, PA, AP.

Fonte: Dados da PNAD de 1993 elaborados pela autora.

Nota: *ns* denota os coeficientes que não são estatisticamente diferentes de zero ao nível de significância de 10%.

* Significativo ao nível de 5%.

** Significativo ao nível de 10%.

As demais probabilidades caudais para o teste de nulidade dos parâmetros são inferiores a 1%.

Apesar de as mulheres brancas e negras terem sido maioria nas esferas públicas estadual e municipal elas auferiram menores remunerações do que suas contrapartes masculinas dessas esferas.

Diferentemente do esperado, na esfera pública municipal o rendimento monetário aumentava 14,1% após 9 anos de escolaridade para os negros ao passo que para os brancos esse aumento foi menor (11,3%).

Os funcionários públicos estatutários estadual e municipal de ambos os grupos de cor residentes em área metropolitana auferiram maiores remunerações do que suas respectivas contrapartes de cor situadas em área não-metropolitana.

A maioria das estimativas dos parâmetros da variável explanatória *Região* de brancos e negros funcionários públicos estatutários federal foi não significativa, ou seja, indivíduos brancos e negros situados em outra região que não a Nordeste não auferiram remunerações estatisticamente diferentes das dos indivíduos de seu respectivo grupo de cor situados no Nordeste depois de controlada as demais variáveis.

A maior vantagem monetária para brancos e negros funcionários públicos estatutários estadual em relação ao seu respectivo grupo de cor situado no Nordeste estava no Centro-Oeste, onde, depois de controladas as demais variáveis, os brancos dessa região auferiram 36,0% a mais do que os brancos no Nordeste, para os negros esse valor foi de 59,6% a mais do que os negros no Nordeste, *ceteris paribus*.

Os brancos funcionários públicos estatutários municipal situados no Sul obtiveram maior vantagem monetária do que os do Nordeste pois receberam, em média, mais do que o dobro auferido pelos brancos funcionário público estatutário municipal situado nessa região. Para os negros dessa esfera pública a maior vantagem monetária ocorreu para os indivíduos situados no Estado de São Paulo, os quais receberam, em média, quase o dobro dos negros situados no Nordeste.

O maior diferencial de rendimentos entre brancos e negros funcionários públicos estatutários ocorreu na esfera pública municipal (35,5%), seguido pela esfera pública federal (29,6%) e pela esfera pública estadual (27,0%) (Tabela 31).

De acordo com a metodologia de Blinder-Oaxaca, a maior parcela dos 35,5% que os negros funcionários públicos estatutários municipal receberam a menos do que os brancos estava associada às diferenças das características da mão-de-obra – de 79,79 a 82,74%. (Tabela 35).

Tabela 35. Decomposição da diferença entre médias de logaritmos de rendimentos de brancos e negros funcionários públicos estatutários por esfera pública, conforme os dois tipos de decomposição. Brasil – 1993.

Federal				
Decomposição do rendimento do trabalho principal	Equação 2.7		Equação 2.8	
	Efeito (ΔY)	(%)	Efeito (ΔY)	(%)
Total	-0,3508(-29,6%)	100	-0,3508	100
Característica da mão-de-obra	-0,1864	53,12	-0,1765	50,30
Parte “inexplicada”	-0,1645	46,88	-0,1744	49,70
Estadual				
Decomposição do rendimento do trabalho principal	Equação 2.7		Equação 2.8	
	Efeito (ΔY)	(%)	Efeito (ΔY)	(%)
Total	-0,3142(-27,0%)	100	-0,3142	100
Característica da mão-de-obra	-0,1872	59,58	-0,2096	66,71
Parte “inexplicada”	-0,1270	40,42	-0,1046	33,29
Municipal				
Decomposição do rendimento do trabalho principal	Equação 2.7		Equação 2.8	
	Efeito (ΔY)	(%)	Efeito (ΔY)	(%)
Total	-0,4384(-35,5%)	100	-0,4384	100
Característica da mão-de-obra	-0,3627	82,74	-0,3498	79,79
Parte “inexplicada”	-0,0757	17,26	-0,0886	20,21

Fonte: Dados da PNAD de 1993 elaborados pela autora.

Assim, vale ressaltar que independentemente da esfera pública analisada subsiste uma parcela do diferencial do rendimento entre brancos e negros funcionários públicos estatutários que não foi explicada pelas diferenças das características da mão-de-obra existentes entre eles, sendo essa parcela maior no caso da esfera pública federal.

3.3.2 Dados de 2003

O mesmo padrão ocorrido há 10 anos foi observado em 2003, ou seja, brancos e negros inseridos na esfera pública federal auferiram maiores remunerações do que sua contraparte de cor situada na esfera pública estadual, os quais, por sua vez, receberam maiores rendimentos quando comparados com os situados na esfera pública municipal. Novamente a maior diferença média no rendimento entre brancos e negros estava na esfera pública municipal, com os negros recebendo, em média, 34,3% a menos do que os brancos. Essa diferença no rendimento médio entre brancos e negros foi seguida pelas esferas públicas estadual e federal, respectivamente, 29,9% e 23,8% (Tabela 36).

Tabela 36. Média das rendas dos funcionários públicos estatutários ocupados com rendimento de trabalho por esfera pública, segundo a cor. Brasil – 2003.

Rendimento do trabalho principal	Federal		Estadual		Municipal	
	Brancos	Negros	Brancos	Negros	Brancos	Negros
Média aritmética (R\$) ¹	2.601,26	1.948,81	1.396,56	940,83	814,30	482,39
Média geométrica (R\$) ¹	1.952,87	1.487,66	1.003,70	704,08	602,77	396,15
Número de observações (N)	788	542	2.588	1.914	2.327	2.057

¹ Valores em setembro de 2003.

Fonte: Dados da PNAD de 2003 elaborados pela autora.

Enquanto a esfera pública federal agrupava indivíduos brancos e negros, em média, mais velhos e mais educados, a esfera pública municipal agregava indivíduos de ambos os grupos de cor, em média, mais novos e menos educados (Tabela 37).

Tabela 37. Médias da idade e da escolaridade dos funcionários públicos estatutários por esfera pública, segundo a cor, medida em anos. Brasil – 2003.

Esfera	Idade		Escolaridade	
	Branco	Negro	Branco	Negro
Federal	43,2	43,9	14,1	12,3
Estadual	42,6	42,8	13,7	11,9
Municipal	40,0	39,5	11,3	9,0

Fonte: Dados da PNAD de 2003 elaborados pela autora.

Com relação à distribuição dos funcionários públicos estatutários de ambos os grupos de cor por esfera pública e em categorias de diversas variáveis (Tabela 38), em 2003, homens brancos e negros continuaram sendo majoritários na esfera pública federal enquanto mulheres brancas e negras predominaram nas esferas públicas estadual e municipal.

Independentemente da cor e da esfera, os funcionários públicos estatutários concentraram-se em área urbana não-metropolitana; com participação relativa mínima de 50,6% dos brancos funcionários públicos estatutários federal e participação relativa máxima de 67,1% dos negros funcionários públicos estatutários municipal nessa área. A maior presença relativa dos negros para as três esferas ocorreu no Nordeste, isto é, 40,8% dos negros funcionários públicos municipal, 37,0% dos estadual e 32,6% dos federal estavam nessa região.

Tabela 38. Distribuição dos funcionários públicos estatutários brancos e negros ocupados e com rendimento do trabalho, por esfera pública, em categorias de diversas variáveis (%).
Brasil – 2003.

Variáveis	Federal		Estadual		Municipal	
	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro
<i>Sexo</i>						
Feminino	44,5	40,0	66,7	66,4	67,7	62,5
Masculino	55,5	60,0	33,3	33,6	32,3	37,5
<i>Condição na família</i>						
Pessoa de referência	62,4	69,9	47,0	50,6	43,2	46,8
Demais	37,6	30,1	53,0	49,4	56,8	53,2
<i>Área</i>						
Metropolitana	48,2	46,6	34,1	31,1	26,3	22,2
Urbana não-metropolitana	50,6	51,2	63,6	67,0	66,8	67,1
Rural não-metropolitana	1,2	2,2	2,3	1,9	6,9	10,7
<i>Setor</i>						
Secundário	3,6	4,6	2,6	2,2	1,7	2,0
Terciário	96,4	95,4	97,4	97,8	98,3	98,0
<i>Região</i>						
Nordeste	16,1	32,6	15,0	37,0	15,6	40,8
Norte ¹	6,3	17,1	5,6	16,3	3,0	10,8
MG+ES+RJ	28,8	22,8	21,0	18,2	22,7	23,0
Estado de São Paulo	11,3	3,9	28,5	9,9	26,3	10,3
Sul	19,8	3,4	20,2	3,5	25,8	5,2
Centro-Oeste	17,7	20,2	9,7	15,1	6,6	9,9

¹ Exclusiva área rural de RO, AC, AM, RR, PA, AP.

Fonte: Dados da PNAD de 2003 elaborados pela autora.

De acordo com as estimativas das equações de rendimentos apresentadas na Tabela 39, o pico do rendimento ocorreu mais cedo para brancos funcionários públicos estatutários federal (49,3 anos de idade) e estadual (50,5 anos) quando comparados com negros situados nessas duas esferas públicas, respectivamente, 54,3 e 53,7 anos. Na esfera pública municipal, o pico do rendimento ocorreu mais cedo para negros do que para brancos, respectivamente, 52,4 e 54,5 anos de idade.

Tabela 39. Estimativas das equações de rendimentos de funcionários públicos estatutários, por esfera pública, segundo a cor. Brasil – 2003.

Variáveis	Federal		Estadual		Municipal	
	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro
<i>Intercepto</i>	3,6759	4,1582	2,4849	3,5613	3,4384	3,8201
<i>Sexo feminino</i>	-0,1522	-0,1600	-0,3108	-0,2956	-0,2358	-0,1735
<i>Idade/10</i>	0,8298	0,7674	0,6355	0,3145	0,4381	0,3984
<i>(Idade/10)²</i>	-0,0841	-0,0707	-0,0629	-0,0293	-0,0402	-0,0380
<i>Escolaridade</i>	0,0847	0,0209ns	0,0638	0,0438	0,0472	0,0366
<i>E* = Z(E - 9)</i>	0,0388ns	0,1484	0,0454	0,0580	0,0758	0,0659
<i>Log (horas</i>						
<i>trab./semana)</i>	0,1378**	0,2282*	0,5407	0,4404	0,3209	0,2509
<i>Condição na família</i>	0,1109*	0,1223**	0,1249	0,1174	0,0979	0,0612
<i>Área</i>						
Urbana não-metropolitana	-0,1906	0,0210ns	-0,1718	-0,1619	-0,2561	-0,2335
Rural não-metropolitana	0,1734ns	-0,4693	-0,3334	-0,3623	-0,3564	-0,2587
<i>Setor</i>						
Secundário	0,1415ns	0,1377ns	0,0992ns	0,1836*	0,1535**	0,2135
<i>Região</i>						
Norte ¹	0,1446ns	-0,0078ns	0,1436*	0,2281	0,1322*	0,1954
MG+ES+RJ	0,0442ns	-0,0432ns	0,1828	0,1726	0,2777	0,1971
Estado de SP	0,3538	0,0201ns	0,2488	0,3514	0,4831	0,3708
Sul	0,0866ns	-0,2000ns	0,1461	0,2804	0,3254	0,2517
Centro-Oeste	0,3530	0,2280	0,2483	0,3522	0,2181	0,2200
<i>R² (em %)</i>	39,62	37,04	39,87	41,35	53,69	45,23
<i>Estatística F</i>	33,77	20,63	113,71	89,20	178,61	112,35

¹ Excluída área rural de RO, AC, AM, RR, PA, AP.

Fonte: Dados da PNAD de 2003 elaborados pela autora.

Nota: ns denota os coeficientes que não são estatisticamente diferentes de zero ao nível de significância de 10%.

* Significativo ao nível de 5%.

** Significativo ao nível de 10%.

As demais probabilidades caudais para o teste de nulidade dos parâmetros são inferiores a 1%.

O impacto por ano adicional de estudo após 9 anos de escolaridade no rendimento de brancos e negros funcionários públicos estatutários estadual foi, respectivamente, 11,5% e 10,7%. Na esfera pública municipal, essa diferença foi ainda

maior, ou seja, após 9 anos de escolaridade o rendimento dos brancos aumentava 13,1% enquanto o dos negros aumentava 10,8%. Todavia, na esfera pública federal foi mais importante para os negros aumentarem seus rendimentos ao possuírem escolaridade mais elevada.

Tabela 40. Decomposição da diferença entre médias de logaritmos de rendimentos de brancos e negros funcionários públicos estatutários por esfera pública, conforme os dois tipos de decomposição. Brasil – 2003.

Federal				
Decomposição do rendimento do trabalho principal	Equação 2.7		Equação 2.8	
	Efeito (ΔY)	(%)	Efeito (ΔY)	(%)
Total	-0,2721	(-23,8%) 100	-0,2721	100
Característica da mão-de-obra	-0,1211	44,52	-0,2000	73,49
Parte “inexplicada”	-0,1510	55,48	-0,0721	26,51
Estadual				
Decomposição do rendimento do trabalho principal	Equação 2.7		Equação 2.8	
	Efeito (ΔY)	(%)	Efeito (ΔY)	(%)
Total	-0,3546	(-29,9%) 100	-0,3546	100
Característica da mão-de-obra	-0,2259	63,70	-0,2164	61,04
Parte “inexplicada”	-0,1287	36,30	-0,1382	38,96
Municipal				
Decomposição do rendimento do trabalho principal	Equação 2.7		Equação 2.8	
	Efeito (ΔY)	(%)	Efeito (ΔY)	(%)
Total	-0,4197	(-34,3%) 100	-0,4197	100
Característica da mão-de-obra	-0,2659	63,34	-0,3422	81,53
Parte “inexplicada”	-0,1539	36,66	-0,0775	18,47

Fonte: Dados da PNAD de 2003 elaborados pela autora.

Como ocorreu em 1993, em 2003, apesar de a esfera pública municipal apresentar maior diferença entre os rendimentos médios de brancos e negros funcionários públicos estatutários quando comparada às demais esferas públicas, a maior parte dos 34,3% que os negros receberam, em média, a menos do que os brancos estava associada às diferenças nas características da mão-de-obra (de 63,34 a 81,53%).

Entretanto, as variações dos intervalos das parcelas da decomposição do rendimento nessa esfera foram maiores em 2003 do que em 1993 (Tabela 40).

A esfera pública estadual apresentou uma posição intermediária considerando as três esferas em termos de diferencial de rendimento médio entre brancos e negros, com variações dos intervalos das parcelas da decomposição do rendimento bem menores se comparadas aos demais setores (Tabela 40).

Apesar de ter-se passado 10 anos, ainda subsiste nas três esferas públicas parcelas dos diferenciais de rendimentos entre brancos e negros que não foram explicadas pelas diferenças de características da mão-de-obra existente entre os funcionários públicos estatutários.

CONCLUSÃO

Tanto nos recortes público e privado em geral como nos grupos ocupacionais específicos, os negros auferiram, em 1993 e 2003, menores remunerações do que os brancos. O mesmo foi observado na análise do setor público em termos de esferas públicas federal, estadual e municipal. Além disso, em se tratando da dimensão pública, constatou-se que sempre houve parcela do diferencial de rendimentos entre brancos e negros que não foi explicada exclusivamente pelas diferenças das características da mão-de-obra existentes entre eles, refutando, assim, a hipótese inicialmente estabelecida.

Para os empregados com carteira no setor privado em geral, a diferença relativa de rendimentos entre brancos e negros diminuiu nos anos de 1993 e 2003, ou seja, em 1993, negros receberam, em média, 28,6% a menos do que brancos; em 2003, o rendimento auferido pelos negros foi 25,4% menor do que o dos brancos. As parcelas atribuídas – considerando o modelo de Blinder-Oaxaca – às características da mão-de-obra e ao que é normalmente associada à discriminação racial permaneceram praticamente as mesmas em 1993 e 2003.

Ao contrário do ocorrido no setor privado, a diferença de rendimentos entre brancos e negros funcionários públicos estatutários aumentou no período analisado, ou seja, em 1993, os negros receberam, em média, 30,9% a menos do que os brancos – o que equivale em termos monetários a negros receberem R\$ 213,27 a menos do que os brancos; em 2003, essa diferença passou a ser de 34,7% (R\$ 299,97). A variação dos intervalos das duas parcelas da decomposição do rendimento do trabalho principal também aumentou no período: em 1993, a parcela associada às características da mão-de-obra variou de 68,73 a 69,83% do diferencial total do rendimento – o que equivale a uma variação em termos monetários de R\$ 146,58 a R\$ 148,93; em 2003, essa mesma parcela variou de 61,69 a 70,85% – ou em termos monetários de R\$ 185,05 a R\$ 212,53.

Em 1993, a análise por grupo de ocupação de ambos os setores revelou que no setor público ocorreu maior diferencial de rendimentos entre brancos e negros do que no setor privado. Os negros funcionários públicos estatutários no grupo de ocupação “*Técnica, científica, artística e assemelhada*” receberam 32,3% a menos do que os brancos dessa mesma categoria ocupacional, enquanto negros com carteira no setor privado situados no grupo de ocupação “*Indústria de transformação e construção civil*”

auferiram 20,7% a menos do que os brancos nessa mesma situação. Entretanto, a maior parcela do diferencial de rendimentos de brancos e negros funcionários públicos estatutários no grupo de ocupação “*Técnica, científica, artística e assemelhada*” foi associada às diferenças de características da mão-de-obra (de 64,39 a 73,50%), enquanto no setor privado, considerando o grupo de ocupação “*Indústria de transformação e construção civil*” observou-se que dependendo da decomposição escolhida a parcela atribuída normalmente à discriminação racial superou a parte atribuída às características da mão-de-obra.

O mesmo padrão observado em 1993 ocorreu em 2003 ao se analisar o diferencial de rendimentos entre brancos e negros por grupo de ocupação. Enquanto os negros empregados com carteira no setor privado situados no grupo de ocupação “*Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e de reparação e manutenção*” auferiram, em média, rendimentos 16,6% menores do que os brancos nesse mesmo grupo, os negros funcionários públicos estatutários no grupo de ocupação “*Técnicos de nível médio*” receberam, em média, 30,0% a menos do que os brancos nesse mesmo grupo. Entretanto, no caso do setor privado, praticamente metade do diferencial de 16,6% – de 49,65 a 55,90% – não foi atribuído às diferenças nas características da mão-de-obra existentes entre brancos e negros. No setor público, embora menor, o termo associado normalmente à discriminação racial correspondeu a uma parcela considerável do diferencial de rendimentos de 30,0% entre brancos e negros – de 34,09 a 44,19%.

Com relação à análise do diferencial de rendimentos entre brancos e negros funcionários públicos estatutários por esfera pública, a esfera pública municipal apresentou para ambos os anos o maior diferencial quando comparada às demais esferas (federal e estadual). Em 1993, negros receberam, em média, 35,5% a menos do que brancos, ao passo que, em 2003, essa diferença foi ligeiramente menor (34,3%). Apesar de a maior diferença de rendimentos ter ocorrido na esfera municipal, a maior parcela dessa diferença estava associada, segundo a metodologia de Blinder-Oaxaca, às características da mão-de-obra, embora ainda uma parte não desprezível desse diferencial de rendimentos permaneceu inexplicada.

De acordo com a definição da discriminação racial no modelo econométrico de Blinder-Oaxaca, ou seja, a discriminação é revelada por meio das diferenças das estimativas dos parâmetros, tanto de intercepto quanto da declividade da função, então há discriminação no setor público e ela não é desprezível. Desse modo, pode-se pensar

que existe na sociedade brasileira uma discriminação racial despersonalizada fortemente estabelecida e capaz de permear todas as esferas sociais. Nesse sentido, os negros não estão “a salvo” da discriminação racial nem no setor público onde se supõe ser irrelevante a cor do indivíduo.

Entretanto, deve-se considerar que parcela substancial da parte “inexplicada” do diferencial de rendimentos – não apenas do setor público, mas também do setor privado – pode estar associada às características pessoais e culturais de difícil mensuração. Nesse sentido, as parcelas “inexplicadas” da decomposição de Blinder-Oaxaca seriam uma superestimativa da discriminação racial. Por outro lado, a discriminação racial evidenciada pode ser reflexo da maneira como os negros participaram da sociedade brasileira ao longo de toda a sua história. Nesse sentido, as parcelas “inexplicadas” constituiriam uma subestimação da discriminação.

Assim, se políticas públicas de ação afirmativa forem traçadas – a fim de se mitigar as diferenças de rendimentos entre brancos e negros no mercado de trabalho – deve ser levado em consideração que no setor privado em geral e, principalmente, em grupos de ocupação específicos, parte significativa do diferencial de rendimentos entre brancos e negros foi associada à discriminação racial, cabendo nesse setor, por exemplo, iniciativas que visem alterar a forma como os negros geralmente são percebidos por parte de seus empregadores. No setor público, a situação se torna particularmente mais delicada, pois a parcela atribuída à discriminação racial não se mostrou desprezível, cabendo nesse setor, políticas que visem alterar a forma como os negros são percebidos pela sociedade.

ANEXO I

COMPOSIÇÃO DOS GRUPAMENTOS OCUPACIONAIS

PNAD 1993

TÉCNICA, CIENTÍFICA, ARTÍSTICA E ASSEMELHADA

Engenheiros, arquitetos e especialistas assemelhados
Ocupações auxiliares da engenharia e arquitetura
Químicos, farmacêuticos, físicos e especialistas assemelhados
Ocupações auxiliares da química, farmácia e física
Agrônomos, biólogos, veterinários e especialistas assemelhados
Médicos, dentistas e especialistas assemelhados
Ocupações auxiliares da medicina e odontologia
Matemáticos, estatísticos e analistas de sistemas
Economistas, contadores e técnicos de administração
Ocupações auxiliares da contabilidade, estatística e análise de sistemas
Cientistas sociais
Professores
Ocupações auxiliares do ensino
Magistrados, advogados e especialistas assemelhados
Ocupações auxiliares da justiça
Religiosos
Escritores e jornalistas
Artistas, ocupações afins e auxiliares
Outras ocupações técnicas, científicas e assemelhadas

ADMINISTRATIVA

Empregadores
Diretores e chefes na administração pública
Administradores e gerentes de empresas
Chefes e encarregados de seção de serviços administrativos de empresas
Funções burocráticas ou de escritório

AGROPECUÁRIA E PRODUÇÃO EXTRATIVA VEGETAL E ANIMAL

Trabalhadores da agropecuária e aquicultura
Caçadores e pescadores
Trabalhadores florestais

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL

Mestres, contramestres e técnicos de indústrias de transformação e construção civil
Ocupações das indústrias mecânicas e metalúrgicas
Ocupações da indústria têxtil
Ocupações da indústria do couro
Ocupações da indústria do vestuário
Ocupações das indústrias de madeira e móveis
Eletricistas

Ocupações da indústria da construção civil
Trabalhadores na conservação de rodovias
Ocupações das indústrias de alimentação e bebidas
Ocupações da indústria gráfica
Ocupações das indústrias de cerâmica e vidro
Outras ocupações das indústrias de transformação

COMÉRCIO E ATIVIDADES AUXILIARES

Lojistas
Vendedores ambulantes
Vendedores de jornais e revistas
Viajantes, representantes e praticistas
Outras ocupações do comércio

TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Ocupações do transporte aéreo
Ocupações dos transportes marítimo, fluvial e lacustre
Ocupações dos serviços portuários
Ocupações dos transportes ferroviários
Ocupações dos transportes rodoviário e animal
Outras ocupações dos transportes
Ocupações das comunicações

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Ocupações domésticas remuneradas
Ocupações dos serviços de alojamento e alimentação
Ocupações dos serviços de higiene pessoal

ANEXO II

COMPOSIÇÃO DOS GRUPAMENTOS OCUPACIONAIS

PNAD 2003

DIRIGENTES EM GERAL

Membros superiores e dirigentes do poder público

Legisladores

Dirigentes gerais da administração pública

Ministros de tribunais

Dirigentes de produção e operações da administração pública

Dirigentes das áreas de apoio da administração pública

Chefes de pequenas populações

Dirigentes e administradores de organizações de interesse público

Dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público)

Diretores gerais

Dirigentes de empresas - empregadores com mais de 5 empregados

Diretores de áreas de produção e operações

Diretores de áreas de apoio

Gerentes

Gerentes de produção e operações

Gerentes de áreas de apoio

PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS E DAS ARTES

Profissionais policientíficos

Profissionais da bioengenharia, biotecnologia e engenharia genética

Profissionais da metrologia

Engenheiros mecatrônicos

Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia

Profissionais da matemática

Profissionais da estatística

Especialistas em computação

Engenheiros em computação - desenvolvedores de software

Especialistas em informática

Analistas de sistemas

Programadores de informática

Físicos

Químicos

Profissionais do espaço e da atmosfera

Geólogos e geofísicos

Engenheiros de materiais

Arquitetos

Engenheiros civis e afins

Engenheiros eletroeletrônicos e afins

Engenheiros mecânicos

Engenheiros químicos

Engenheiros metalúrgicos
Engenheiros de minas
Engenheiros agrimensores e de cartografia
Outros engenheiros, arquitetos e afins
Oficiais de convés
Oficiais de máquinas
Profissionais da navegação aérea

Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins

Biólogos e afins
Agrônomos e afins
Médicos
Cirurgiões-dentistas
Veterinários
Farmacêuticos
Enfermeiros de nível superior e afins
Fisioterapeutas e afins
Nutricionistas

Profissionais do ensino (com formação de nível superior)

Professores (com formação de nível superior) da educação infantil
Professores (com formação de nível superior) de disciplinas da educação geral de 1^a à 4^a séries do ensino fundamental
Professores (com formação de nível superior) de disciplinas da educação geral de 5^a à 8^a séries do ensino fundamental
Professores (com formação de nível superior) de disciplinas da educação geral do ensino médio
Professores e instrutores (com formação de nível superior) do ensino profissional
Professores do ensino superior
Professores de educação física
Professores de alunos com deficiências físicas e mentais
Programadores, avaliadores e orientadores de ensino

Profissionais das ciências jurídicas

Advogados
Procuradores de empresas e autarquias
Outros advogados autônomos e de empresas
Juizes e desembargadores
Promotores, defensores públicos e afins
Delegados de polícia

Profissionais das ciências sociais e humanas

Profissionais em pesquisa e análise antropológica e sociológica
Profissionais em pesquisa e análise econômica
Profissionais em pesquisa e análise histórica e geográfica
Filósofos e cientistas políticos
Psicólogos e psicanalistas
Assistentes sociais e economistas domésticos
Administradores

Contadores e auditores
Secretárias executivas e bilingües
Profissionais de recursos humanos
Profissionais da administração econômico-financeira
Profissionais de marketing, publicidade e comercialização

Comunicadores, artistas e religiosos

Profissionais do jornalismo
Profissionais da informação
Arquivologistas e museólogos
Filólogos, tradutores e intérpretes
Escritores e redatores
Especialistas em editoração
Locutores e comentaristas
Produtores de espetáculos
Coreógrafos e bailarinos
Atores, diretores de espetáculos e afins
Compositores, músicos e cantores
Desenhistas industriais (designer), escultores, pintores e afins
Decoradores de interiores e cenógrafos
Ministros de cultos religiosos, missionários e afins

TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO

Técnicos polivalentes

Técnicos de mecatrônica
Técnicos em eletromecânica
Laboratorista industrial
Técnicos de apoio à bioengenharia

Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins

Técnicos químicos
Técnicos petroquímicos
Técnicos em materiais de cerâmica e vidro
Técnicos em fabricação de produtos plásticos e de borracha
Técnicos em controle ambiental, utilidades e tratamento de efluentes
Técnicos têxteis
Coloristas
Técnicos em construção civil - edificações
Técnicos em construção civil - obras de infraestrutura
Técnicos em topografia, agrimensura e hidrografia
Técnicos em eletricidade e eletrotécnicos
Eletrotécnicos na manutenção de máquinas e equipamentos
Técnicos em eletrônica
Técnicos em telecomunicações e telefonia
Técnicos em calibração e instrumentação
Técnicos em fotônica
Técnicos mecânicos na fabricação e montagem de máquinas, sistemas e instrumentos
Técnicos mecânicos (ferramentas)
Técnicos em mecânica veicular

Técnicos mecânicos na manutenção de máquinas, sistemas e instrumentos.
Técnicos em metalurgia (estruturas metálicas)
Técnicos em siderurgia
Técnicos em geologia, geotecnologia e geofísica
Técnicos em geodésia e cartografia
Técnicos em mineração
Técnicos em programação
Técnicos em operação de computadores
Desenhistas técnicos e modelistas
Técnicos do vestuário
Técnicos do mobiliário e afins

Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins

Técnicos em biologia
Técnicos agropecuários
Técnicos agrícolas
Técnicos da pecuária
Técnicos florestais
Técnicos da piscicultura
Técnicos em fisioterapia e afins
Técnicos e auxiliares de enfermagem
Ortoptistas e óticos
Técnicos de odontologia
Técnicos da fabricação de aparelhos locomotores
Técnicos em veterinária
Técnicos zootecnistas
Operadores de equipamentos médicos e odontológicos
Técnicos de laboratório de análises clínicas
Testadores sensoriais
Técnicos em farmácia
Técnicos em produção e conservação de alimentos
Técnicos de apoio à biotecnologia
Embalsamadores e taxidermistas

Professores leigos e de nível médio

Professores (com formação de nível médio) na educação infantil
Professores (com formação de nível médio) no ensino fundamental
Professores (com formação de nível médio) no ensino profissionalizante
Professores leigos na educação infantil e no ensino fundamental
Professores leigos no ensino profissionalizante
Instrutores e professores de escolas livres
Inspetores de alunos e afins

Técnicos de nível médio em serviços de transportes

Pilotos de aviação comercial, navegadores, mecânicos de vôo e afins
Técnicos marítimos, fluviários e regionais de convés
Técnicos marítimos, fluviários e regionais de máquinas
Técnicos em transportes intermodais
Técnicos em transportes (aduaneiros)
Técnicos em transportes rodoviários

Técnicos em transportes metroferroviários
Técnicos em transportes aeroviários
Técnicos em transportes de vias navegáveis

Técnicos de nível médio nas ciências administrativas

Técnicos em contabilidade
Técnicos em estatística
Técnicos em administração
Serventuários da justiça e afins
Técnicos e fiscais de tributação e arrecadação
Técnicos de segurança de trabalho
Técnicos e analistas de seguros e afins
Inspetores de polícia e detetives
Agentes da saúde e do meio ambiente
Agentes de inspeção de pesos e medidas
Agentes de fiscalização de espetáculos e meios de comunicação
Agentes sindicais e de inspeção do trabalho
Agentes de bolsa, câmbio e outros serviços financeiros
Técnicos de operações e serviços bancários
Representantes comerciais e técnicos de vendas
Compradores
Técnicos em exportação e importação
Leiloeiros e avaliadores
Corretores de seguro
Corretores de imóveis
Corretores de título e valores
Técnicos em turismo

Técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos

Técnicos em biblioteconomia
Técnicos em museologia
Técnicos em artes gráficas
Cinegrafistas
Fotógrafos
Técnicos em operação de máquinas de transmissão de dados
Técnicos em operação de estação de rádio
Técnicos em operação de estação de televisão
Técnicos em operação de aparelhos de sonorização
Técnicos em operação de aparelhos de cenografia
Técnicos em operação de aparelhos de projeção
Decoradores e vitrinistas de nível médio
Bailarinos de danças populares
Músicos e cantores populares
Palhaços, acrobatas e afins
Apresentadores de espetáculos
Modelos
Técnicos esportivos
Atletas profissionais
Árbitros desportivos

Outros técnicos de nível médio

Técnicos de planejamento de produção

Técnicos de controle de produção

TRABALHADORES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Escriturários

Supervisores de serviços administrativos (exceto contabilidade e controle)

Supervisores de serviços contábeis, financeiros e de controle

Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos

Secretários de expediente e estenógrafos

Operadores de máquinas de escritório

Contínuos

Escriturários de contabilidade

Escriturários de finanças

Almoxarifes e armazenistas

Escriturários de apoio à produção

Escriturários de serviços de biblioteca e documentação

Carteiros e afins

Trabalhadores de atendimento ao público

Supervisores de trabalhadores de atendimento ao público

Caixas e bilheteiros (exceto caixas de banco)

Caixas de banco e operadores de câmbio

Coletores de apostas e de jogos

Cobreadores e afins (exceto nos transportes públicos)

Repcionistas

Telefonistas

Operadores de telemarketing

Despachantes de documentos

Entrevistadores, recenseadores e afins

TRABALHADORES DOS SERVIÇOS

Trabalhadores dos serviços

Supervisores dos serviços de transporte, turismo, hotelaria e administração de edifícios

Supervisores dos serviços de saúde e cuidados pessoais

Supervisores dos serviços de proteção, segurança e outros serviços

Trabalhadores dos serviços direto aos passageiros

Fiscais e cobreadores dos transportes públicos

Guias de turismo

Trabalhadores dos serviços domésticos em geral

Mordomos e governantas

Cozinheiros

Camareiros, roupeiros e afins

Garçons, barmen e copeiros

Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios

Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros

Atendentes de enfermagem, parteiras práticas e afins

Auxiliares de laboratório de saúde

Trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento
Atendentes de creche e acompanhantes de idosos
Trabalhadores dos serviços funerários
Trabalhadores auxiliares dos serviços funerários
Astrólogos e adivinhos
Tintureiros, lavadeiros e afins, à máquina e à mão
Bombeiros (exceto do corpo de bombeiros militar)
Policiais e guardas de trânsito
Vigilantes e guardas de segurança
Guardas e vigias
Entregadores externos (exceto carteiros)
Catadores de sucata
Trabalhadores do sexo
Outros trabalhadores dos serviços

VENDEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO

Vendedores e prestadores de serviços do comércio
Supervisores de vendas e de prestação de serviços do comércio
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados
Repositores e remarcadores do comércio
Instaladores de produtos e acessórios
Vendedores a domicílio
Vendedores em quiosques e barracas
Vendedores ambulantes

TRABALHADORES AGRÍCOLAS

Produtores na exploração agropecuária
Produtores agropecuários em geral
Produtores agrícolas
Produtores na pecuária

Trabalhadores na exploração agropecuária
Supervisores na exploração agropecuária
Trabalhadores na agropecuária em geral
Trabalhadores agrícolas
Trabalhadores na pecuária

Pescadores, caçadores e extrativistas florestais
Supervisores na exploração florestal, caça e pesca
Pescadores e caçadores
Extrativistas florestais

Trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal
Trabalhadores da mecanização agropecuária
Trabalhadores da mecanização florestal
Trabalhadores da irrigação e drenagem

TRABALHADORES DA PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS INDUSTRIAIS E DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO

Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil

Supervisores da extração mineral
Supervisores da construção civil
Trabalhadores da extração de minerais sólidos - mineiros e afins
Trabalhadores da extração minerais de sólidos - operadores de máquina
Trabalhadores da extração de minerais líquidos e gasosos
Garimpeiros e operadores de salinas
Trabalhadores de beneficiamento de minérios
Trabalhadores de beneficiamento de pedras
Trabalhadores de terraplenagem e fundações
Trabalhadores de estruturas de alvenaria
Trabalhadores de estruturas de concreto armado
Trabalhadores na operação de máquinas de concreto armado
Trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos (obras civis e afins)
Trabalhadores de instalações elétricas
Trabalhadores de instalações de materiais isolantes
Revestidores de concreto armado (revestimentos rígidos)
Telhadores (revestimentos rígidos)
Vidraceiros (revestimentos rígidos)
Estucadores e gesseiros
Aplicadores de revestimentos cerâmicos, pastilhas, pedras e madeiras
Pintores de obras e revestidores de interiores (revestimentos flexíveis)
Ajudantes de obras civis

Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos

Supervisores de usinagem, conformação e tratamento de metais
Supervisores de montagem metalmecânica
Ferramenteiros e afins
Preparadores e operadores de máquinas - ferramenta convencional
Operadores de usinagem convencional (produção em série)
Afiadores e polidores de metais
Operadores de máquinas e centros de usinagem CNC
Trabalhadores de forjamento de metais
Trabalhadores de fundição de metais e de compósitos
Trabalhadores de moldagem de metais e de compósitos
Trabalhadores de trefilação, estiramento e extrusão de metais e de compósitos
Trabalhadores de tratamento térmico de metais e de compósitos
Trabalhadores de tratamento de superfícies de metais e de compósitos (termoquímicos)
Trabalhadores de pintura de equipamentos, veículos, estruturas metálicas e de compósitos
Encanadores e instaladores de tubulações
Trabalhadores de traçagem e montagem de estrutura metálica e de compósitos
Trabalhadores de soldagem e corte de metais e de compósitos
Trabalhadores de caldeiraria e serralheria
Operadores de máquinas de conformação de metais
Aparelhadores e emendadores de cabos (exceto cabos elétricos e de telecomunicações)

Ajustadores mecânicos polivalentes
Montadores de aparelhos e acessórios mecânicos em linhas de montagem
Montadores de máquinas industriais
Montadores de máquinas pesadas
Montadores de motores e turbinas
Montadores de veículos automotores (linha de montagem)
Montadores de sistemas e estruturas de aeronaves
Montadores de instalações de ventilação e refrigeração

Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica

Supervisores de montagens e instalações eletroeletrônicas
Montadores de equipamentos eletroeletrônicos
Montadores de aparelhos de telecomunicações
Instaladores-reparadores de aparelhos de telecomunicações
Instaladores-reparadores de linhas e cabos elétricos, telefônicos e de comunicação de dados

Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais

Supervisores de mecânica de precisão e instrumentos musicais
Mecânicos de instrumentos de precisão (exceto técnicos)
Confeccionadores de instrumentos musicais

Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins

Supervisores de joalheria e afins
Supervisores de vidraria, cerâmica e afins
Joalheiros e artesãos de metais preciosos e semi-preciosos
Sopradores e moldadores de vidros e afins
Cortadores, polidores, jateadores e gravadores de vidros e afins
Ceramistas (preparação e fabricação)
Vidreiros e ceramistas (acabamento e decoração)

Trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas

Supervisores da indústria têxtil
Supervisores da indústria do curtimento
Supervisores da indústria de confecção de roupas
Supervisores da indústria de confecção de calçados
Supervisores da confecção de artefatos de tecidos, couros e afins
Supervisores das artes gráficas
Trabalhadores polivalentes das indústrias têxteis
Trabalhadores da preparação da tecelagem
Operadores da preparação da tecelagem
Operadores de tear e máquinas similares
Trabalhadores de acabamento, tingimento e estamparia das indústrias têxteis
Inspetores e revisores de produção têxtil
Trabalhadores polivalentes do curtimento de couros e peles
Trabalhadores da preparação de peles
Trabalhadores do curtimento de couros e peles
Trabalhadores do acabamento de couros e peles
Trabalhadores polivalentes das indústrias da confecção de roupas

Trabalhadores da preparação da confecção de roupas
Operadores de máquinas de costura de roupas
Operadores de máquinas de costuras - acabamento de roupas
Trabalhadores polivalentes da confecção de calçados
Trabalhadores da preparação da confecção de calçados
Operadores de máquinas de costurar calçados
Operadores de acabamento de calçados
Trabalhadores polivalentes da confecção de artefatos de tecidos e couros
Trabalhadores da preparação de artefatos de tecidos e couros
Trabalhadores da fabricação de artefatos de tecidos e couros
Operadores de máquinas na fabricação de artefatos de tecidos e couros
Trabalhadores do acabamento de artefatos de tecidos e couros
Trabalhadores polivalentes das artes gráficas
Trabalhadores da pré-impressão gráfica
Trabalhadores da impressão gráfica
Trabalhadores do acabamento gráfico
Trabalhadores de laboratório fotográfico
Trabalhadores artesanais da tecelagem
Trabalhadores artesanais da confecção de roupas
Trabalhadores artesanais da confecção de calçados e artefatos de couro e peles
Trabalhadores tipográficos, linotipistas e afins
Encadernadores e recuperadores de livros (pequenos lotes ou a unidade)

Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário

Supervisores da indústria da madeira, mobiliário e da carpintaria veicular
Marceneiros e afins
Trabalhadores de tratamento e preparação de madeiras
Operadores de máquinas de desdobramento de madeiras
Operadores de laminação, aglomeração e prensagem de chapas
Preparadores e operadores de usinagem de madeiras convencional
Operadores de máquinas de madeira (produção em série)
Operadores de máquinas e centros de usinagem de madeira CNC
Montadores de móveis e artefatos de madeira
Trabalhadores do acabamento de madeira e do mobiliário
Confeccionadores de artefatos de madeira, móveis de vime e afins
Carpinteiros navais e de aeronaves
Carpinteiros de carrocerias e carretas

Trabalhadores de funções transversais

Supervisores de embalagem e etiquetagem
Operadores de robôs industriais
Operadores de veículos operados e controlados remotamente (ROV, RCV)
Trabalhadores subaquáticos
Condutores e operadores polivalentes
Operadores de equipamentos de elevação
Operadores de equipamentos de movimentação de cargas
Condutores de veículos sobre rodas (transporte particular)
Condutores de veículos sobre rodas (transporte coletivo)
Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)
Condutores de veículos sobre trilhos

Trabalhadores na navegação marítima fluvial e regional
Condutores de veículos de tração animal e de pedais
Trabalhadores de manobras de transporte sobre trilhos
Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias
Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem
Alimentadores de linhas de produção

Trabalhadores das indústrias de processos contínuos e outras indústrias

Supervisores das indústrias químicas, petroquímicas e afins
Supervisores da indústria de plásticos e borracha
Supervisores da indústria de produtos farmacêuticos, cosméticos e afins
Operadores polivalentes de instalações químicas, petroquímicas e afins
Operadores de moagem e mistura de materiais (tratamentos químicos e afins)
Operadores de processos termoquímicos e afins
Operadores de filtração e separação
Operadores destilação e reação
Operadores de produção e refino de petróleo e gás
Operadores de coqueificação
Operadores de instalações e máquinas de produtos plásticos, de borracha e parafinas
Operadores de máquinas e instalações de produtos farmacêuticos, cosméticos e afins
Trabalhadores da fabricação de munição e explosivos químicos
Operadores de outras instalações químicas, petroquímicas e afins
Laboratoristas industriais auxiliares

Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção

Supervisores da siderurgia
Supervisores de materiais de construção (vidro, cerâmica e compósitos)
Operadores de instalações de sinterização
Operadores de fornos de 1ª fusão e aciaria
Operadores de laminação
Operadores de acabamento de chapas e metais
Fornheiro metalúrgicos (2ª fusão e reaquecimento)
Operadores de preparação de massas para vidro, cerâmica, porcelana e materiais de construção
Operadores de instalações e equipamentos de fabricação de cerâmicas, vidros e porcelanas
Operadores de instalações e equipamentos de fabricação de materiais de construção
Trabalhadores artesanais de materiais de construção

Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose, papel, papelão e artefatos

Supervisores da fabricação de celulose e papel
Preparadores de pasta para fabricação de papel
Operadores de máquinas de fabricar papel e papelão
Confeccionadores de produtos de papel e papelão

Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo

Supervisores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo
Moleiros

Trabalhadores do refino do sal
Trabalhadores da fabricação e refino do açúcar
Trabalhadores da preparação de café, cacau e produtos afins
Trabalhadores da fabricação de cachaça, cerveja, vinhos e outras bebidas
Preparadores de fumo
Cigarreiros
Charuteiros e trabalhadores artesanais da indústria do fumo
Degustadores
Magarefes e afins
Trabalhadores de fabricação e conservação de alimentos (inclusive artesanais)
Trabalhadores da pasteurização do leite, fabricação de laticínios e afins (inclusive artesanais)
Padeiros, confeitadores e afins e operadores na fabricação de pães, massas e doces

Operadores de instalações de produção e distribuição de energia, utilidades, captação, tratamento e distribuição de água

Supervisores de instalações de produção e distribuição de energia, utilidades, captação, tratamento e distribuição de água
Operadores de instalações de geração de energia térmica, elétrica e nuclear
Operadores de instalações de distribuição de energia térmica, elétrica e nuclear
Operadores de máquinas a vapor e caldeiras
Operadores de instalações de captação e distribuição de águas
Operadores de instalações de captação e tratamento de esgotos
Operadores de instalações de captação, engarrafamento e distribuição de gases
Operadores de instalações de refrigeração e ar condicionado

Outros trabalhadores elementares industriais

Outros trabalhadores elementares industriais

Trabalhadores de reparação e manutenção mecânica

Supervisores da reparação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, comerciais e residenciais
Supervisores da reparação e manutenção veicular
Supervisores de outros trabalhadores da reparação, conservação e manutenção
Mecânicos de manutenção de bombas, motores, compressores e equipamentos de transmissão
Mecânicos de manutenção de aparelhos térmicos, de climatização e de refrigeração (exceto técnicos)
Mecânicos de manutenção de máquinas industriais
Mecânicos de manutenção de máquinas pesadas e equipamentos agrícolas
Mecânicos de manutenção aeronáutica
Mecânicos de manutenção naval (em terra)
Mecânicos de manutenção de metroferroviária
Mecânicos de manutenção de veículos automotores
Reparadores de instrumentos de medição
Reparadores de instrumentos musicais
Reparadores de equipamentos e instrumentos médico-hospitalares
Reparadores de equipamentos fotográficos
Lubrificadores
Trabalhadores de manutenção de máquinas pequenas

Mecânicos de manutenção de bicicletas e equipamentos esportivos e de ginástica

Polimantenedores

Supervisores de manutenção eletroeletrônica industrial, comercial e residencial

Supervisores de manutenção eletroeletrônica veicular

Supervisores de manutenção eletromecânica

Eletricistas-eletrônicos de manutenção industrial

Instaladores e mantenedores de sistemas de alarmes de segurança e de incêndio

Eletricistas-eletrônicos de manutenção veicular (aérea, terrestre e naval)

Mantenedores de elevadores, escadas e portas automáticas

Reparadores de aparelhos eletrodomésticos

Reparadores de equipamentos de escritório

Outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação

Conservadores de vias permanentes (trilhos)

Mantenedores de equipamentos de lazer

Mantenedores de carroçarias de veículos

Mantenedores de edificações

Trabalhadores elementares de serviços de manutenção

Trabalhadores elementares de conservação de vias permanentes

MEMBROS DAS FORÇAS ARMADAS E AUXILIARES

Militares da aeronáutica

Militares da aeronáutica

Militares do exército

Militares do exército

Militares da marinha

Militares da marinha

Policiais militares

Coronéis, tenentes-coronéis e majores da polícia militar

Capitães da polícia militar

Tenentes da polícia militar

Praças especiais da polícia militar

Subtenentes e sargentos da polícia militar

Cabos e soldados da polícia militar

Bombeiros militares

Coronéis, tenentes-coronéis e majores de bombeiro militar

Capitães do corpo de bombeiros

Tenente do corpo de bombeiros

Praças especiais de bombeiro

Subtenentes e sargentos do corpo de bombeiros

Cabos e soldados do corpo de bombeiros

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, S. 1995. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. *Novos Estudos Cebrap*, nº 43, nov./1995, p. 45-63.
- ALBERTO, L. 2000. As relações raciais no Brasil e as perspectivas para o próximo século, p. 283-307. In: Guimarães, A. S. A. & Huntley, L. (orgs.). *Tirando a máscara – ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000, 434p.
- ANDREWS, G. R. 1991. *Blacks and whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*. Madison: The University of Wisconsin Press, 369p.
- ANDREWS, G. R. 1992. Desigualdade racial no Brasil e nos EUA: uma comparação estatística. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 22, set/1992, p. 47-83.
- ANDREWS, G. R. 1997. Ação afirmativa: um modelo para o Brasil?, p.137-144. In: Souza, J. (org.). *Multiculturalismo e racismo, uma comparação Brasil – EUA*, Brasília: Paralelo 15, 1997, 276p.
- AZEVEDO, C. C. M. 1987. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 267 p.
- BAIROS, L. 1988. Pecados no paraíso racial: o negro na força de trabalho na Bahia, 1950-1980, p. 289-323. In: Reis, J. J. (org.). *Escravidão e invenção da liberdade – estudo sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 323p.
- BARBOSA, M. I. S. 1998. Todos a bordo, p. 91-98. In: Oliveira, D. D. et al. *A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil*, Brasília-DF; Goiânia-GO: Editora UnB, Editora UFG, 164p.
- BARCELOS, L. 1992. Educação: um quadro das desigualdades raciais. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 23, dez./1992, p. 37-69.
- BARRETO, D. L. L. 1997. O enfrentamento do racismo em um projeto democrático: a possibilidade jurídica, p. 189-208. In: Souza, J. (org.). *Multiculturalismo e racismo, uma comparação Brasil – EUA*, Brasília, Paralelo 15, 1997, 276p.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. 2001. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. Texto para discussão nº 800 <www.ipea.gov.br>, 24p.
- BATISTA, L.E. 2005. Masculinidade, raça/cor e saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, nº 10, vol. 1, p. 71-80.

- BATISTA, M. A. R. & GALVÃO, O. M. R. 1992. Desigualdades raciais no mercado de trabalho. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 23, dez. /1992, p. 71-95.
- BECKER, G. S. 1957. *The economics of discrimination*. Chicago: Chicago University Press, Second Edition, 167p.
- BENTO, M. A. S. 2002. *Cidadania em preto e branco – discutindo as relações raciais*. São Paulo, Editora Ática, 3º edição, 80p.
- BENTO, M. A. S. 2003. Branqueamento e branquitude no Brasil, p. 25-57. In: Carone, I. & Bento, M. A. S. (orgs.). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2º edição, 189p.
- BERNDT, E. R. 1991. *The practice of econometrics: classic and contemporary*, Reading: Addison – Wesley, 702p. Chapter 5: Analyzing determinants of wages and measuring wage discrimination: dummy variables in regression models, p. 150-223.
- BERQUÓ, E. 1987. Nupcialidade da população negra no Brasil. *Textos Nepo*. Campinas, Nepo/Unicamp, nº 11, p. 8-45.
- CAILLAUX, E. 1994. Cor e mobilidade social no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 26, set/1994, p. 53-66.
- CAMPANTE, F. R.; CRESPO, A. R. V. & LEITE, P. G. P. G. 2004. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 58, nº2, abr./jun./2004, p. 185-210.
- CARNEIRO, M. 2005. *Cotas para quê?* In: Veja, edição 1897, <www.veja.abril.com.br>, acessado em 21/maio/2005.
- CASTRO, N. A. & GUIMARÃES, A. S. A. 1993. Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 24, jul/1993, p. 23-60.
- CAVALIERI, C. H. & FERNANDES, R. 1995. Diferenciais de salários por gênero e cor: uma comparação entre as regiões metropolitanas brasileiras. In: *Encontro Nacional de Economia*, 23, Salvador. Anais. Brasília: ANPEC, 1995, vol. 1, p. 363-381.
- CORRÊA, R. 2003. A cor da universidade. *Jornal da USP*, Ano XVIII, nº 632, 24/fev. a 2/mar/2003, p.7.
- DA MATTA, R. 1981. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira, p. 58-87. In: Da Matta, R. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Editora Vozes, 246p.

- DA MATTA, R. 1997. Notas sobre o racismo à brasileira, p. 69- 74. In: Souza, J. (org.). *Multiculturalismo e racismo, uma comparação Brasil – EUA*, Brasília, Paralelo 15, 1997, 276p.
- DOMINGUES, P. J. 2002. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, nº 3, 2002, p. 563-599.
- DURHAM, E. R. 2003. Desigualdade educacional e cotas para negros nas universidades. *Novos Estudos Cebrap*, nº 66, jul./2003, p. 03-22.
- ECCLES, P. R. 1991. Culpados até prova em contrário: os negros, a lei e os direitos humanos no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 20, jun./1991, p. 135-163.
- EMILIO, D. R.; BELLUZZO, W. & ALVES, D. C. O. 2004. Uma análise econométrica dos determinantes do acesso à Universidade de São Paulo. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 34, nº 2, agosto/2004, p. 275-305.
- FERNANDES, D. C. 2005. Estratificação educacional, origem socioeconômica e raça no Brasil: as barreiras da cor, p. 21-72. In: *Prêmio IPEA 40 anos, IPEA-CAIXA 2004 – Monografias premiadas*, Brasília: Ipea, 576p.
- FERREIRA, S. G. & VELOSO, F. A. 2003. Mobilidade intergeracional de educação no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 33, nº 3, dez./2003, p. 481-513.
- FREYRE, G. 1963. *Casa Grande & Senzala*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13º edição, 589p.
- FRY, P. 2000. Politics, nationality and the meanings of “race” in Brazil. *Daedalus – Journal of the American academy of arts and sciences*, vol. 129, nº 2, Spring 2000, p. 83-118.
- FURTADO, C. 1999. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 29ª edição, 248p.
- GOMES, J. B. B. 2002. Ações afirmativas: aspectos jurídicos, p. 123-143. In: *Racismo no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, ABONG, 2002, 143p.
- GONZALES, L. 1983. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, nº 2, p. 223-245.

- GUIMARÃES, A. S. A. 1995. Racismo e anti-racismo no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, nº 43, nov./1995, p. 26-44.
- GUIMARÃES, A. S. A. 1996. Políticas públicas para a ascensão dos negros no Brasil: argumentando pela ação afirmativa. *Afro-Ásia*, vol. 18, p.235-261.
- GUIMARÃES, A. S. A. 1997. A desigualdade que anula a desigualdade, p. 233-242. In: Souza, J. (org.). *Multiculturalismo e racismo, uma comparação Brasil – EUA*, Brasília, Paralelo 15, 1997, 276p.
- HASENBALG, C. 1979. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 302p.
- HASENBALG, C. 1985. Race and socioeconomic inequalities in Brazil, p. 25-41. In: Fontaine, P. M. (org.). *Race, class and power in Brazil*, Los Angeles, University of California, Center for Afro-American Studies, 160p.
- HASENBALG, C. 1999a. Perspectivas sobre raça e classe no Brasil, p. 7-33. In: Hasenbalg, C. et al. 1999. *Cor e Estratificação Social*, Contra Capa Livraria Ltda., Rio de Janeiro, RJ, 240p.
- HASENBALG, C. 1999b. O negro no Rio de Janeiro: revisitando o projeto UNESCO, p. 60-85. In: Hasenbalg, C. et al. 1999. *Cor e Estratificação Social*, Contra Capa Livraria Ltda., Rio de Janeiro, RJ, 240p.
- HASENBALG, C. & SILVA, N. V. 1990. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 18, set/1990, p. 73-93.
- HASENBALG, C. & SILVA, N. V. 1999a. Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil, p. 217-230. In: Hasenbalg, C. et al. 1999. *Cor e Estratificação Social*, Contra Capa Livraria Ltda., Rio de Janeiro, RJ, 240p.
- HASENBALG, C. & SILVA, N. V. 1999b. Família, cor e acesso à escola no Brasil, p. 126-147. In: Hasenbalg, C. et al. 1999. *Cor e Estratificação Social*, Contra Capa Livraria Ltda., Rio de Janeiro, RJ, 240p.
- HASENBALG, C. & SILVA, N. V. 1999c. Notas sobre desigualdade racial e política no Brasil, p. 34-59. In: Hasenbalg, C. et al. 1999. *Cor e Estratificação Social*, Contra Capa Livraria Ltda., Rio de Janeiro, RJ, 240p.
- HENRIQUES, R. 2001. Desigualdade racial no Brasil: a evolução das condições de vida na década de 90. Texto para discussão nº 807 <www.ipea.gov.br>, 49p.

- HERINGER, R. 1999. Desigualdades raciais e ação afirmativa no Brasil: reflexões a partir da experiência dos EUA, p. 39-86. In: Heringer, R. (org.). *A cor da desigualdade - desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 129p.
- HERINGER, R. 2000. Desigualdades raciais no Brasil. Brasília: Escritório Nacional “Zumbi dos Palmares” <http://sites.uol.com.br/r.heringer> , 37p, acessado em 07/03/2003.
- HERINGER, R. 2002. Ação afirmativa e combate às desigualdades raciais no Brasil: o desafio da prática, www.abep.org.br, acessado em 07/03/2003.
- HOFFMANN, R. 2001. Income distribution in Brazil and the regional and sectoral contrasts, p.85-106. In: Guilhoto, J. J. M. & Hewings, G. J. D. (orgs.). *Structure and structural change in the Brazilian economy – the political economy of Latin America series*. Aldershot: Ashgate, 390p.
- HOFFMANN, R. NEY, M. G. 2004. Desigualdade, escolaridade e rendimentos na agricultura, indústria e serviços, de 1992 a 2002, p.51-79. In: *Economia e sociedade*, v. 13, nº 2 (23), jul./dez. 2004.
- HOFFMANN, R. & SIMÃO, R. C. S. 2005. Determinantes do rendimento das pessoas ocupadas em Minas Gerais em 2000: o limiar no efeito da escolaridade e as diferenças entre mesorregiões, p.35-62. In: *Nova Economia*, v. 15, nº 2, 2005.
- IANNI, O. 1972. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2º edição, 248p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 1993*. Rio de Janeiro, 1994. CD-ROM.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2003*. Rio de Janeiro, 2004. CD-ROM.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). www.ipeadata.gov.br. Acesso em 13/09/2005.
- JACCOUD, L. & BEGHIN, N. 2002. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*, Brasília: IPEA, 72p.
- KASSOUF, A. L. 1997. Retornos à escolaridade e ao treinamento nos setores urbano e rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, vol. 35, abr./jul./1997, p. 59-76.

- KILSZTAJN, S.; CARMO, M. S. N.; SUGAHARA, G. T. L.; LOPES, E. S.; PETROHILOS, S. S. 2005. Concentração e distribuição do rendimento por raça no Brasil. *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 9, nº 2, maio/agosto/2005, p. 367-384.
- LAM, D. 2002. The impact of race on earnings and human capital in Brazil, South Africa and the United States, www.abep.org.br, 26p. Acessado em 05/02/2003.
- LIMA, M. 1999a. O quadro atual das desigualdades, p.231-240. In: Hasenbalg, C. *et al.* 1999. *Cor e Estratificação Social*, Contra Capa Livraria Ltda., Rio de Janeiro, RJ, 240p.
- LIMA, M. 1999b. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras, p. 148-158. In: Hasenbalg, C. *et al.* 1999. *Cor e Estratificação Social*, Contra Capa Livraria Ltda., Rio de Janeiro, RJ, 240p.
- LIMA, M. 1999c. Aspectos regionais do mercado de trabalho brasileiro, p. 159-183. In: Hasenbalg, C. *et al.* 1999. *Cor e Estratificação Social*, Contra Capa Livraria Ltda., Rio de Janeiro, RJ, 240p.
- LOUREIRO, P. R. A & CARNEIRO, F. G. 2001. Discriminação no mercado de trabalho: uma análise dos setores rural e urbano no Brasil. *Economia Aplicada*, vol. 5, nº 3, jul/set/2001, p. 519-545.
- LOVELL, P.A. 1992. Raça, classe, gênero e discriminação salarial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 22, set./1992, p. 85-98.
- MACHADO, E. P.; NORONHA, V. C. & CARDOSO, F. 1997. No olho do furacão: brutalidade policial, preconceito racial e controle da violência em Salvador. *Afro-Ásia*, nº 19/20, p. 201-226.
- MARX, A. W. 1997. A construção da raça no Brasil: comparação histórica e implicações políticas, p. 157-167. In: Souza, J. (org.). *Multiculturalismo e racismo, uma comparação Brasil – EUA*, Brasília, Paralelo 15, 1997, 276p.
- MUNANGA, K. 1996. O anti-racismo no Brasil, p. 79-94. In: MUNANGA, K. (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp, 296p.
- NERI, M. & CARVALHO, A. P. 2000. “Mobilidade ocupacional e raça: origens, destinos e riscos dos afro-brasileiros”, <http://race.nuca.ie.ifrj.br>, acessado em 22/10/2004.
- NOGUEIRA, O. 1985. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, 133p.

- OAXACA, R. 1973. Male-female wage differentials in urban labor markets. *International Economic Review*, vol. 14, p. 693-709.
- OLIVEIRA, D. D.; LIMA, R. B. & SANTOS, S. A. 1998. A cor do medo: o medo da cor, p. 37-60. In: Oliveira, D. D. *et al.* *A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil*, Brasília-DF; Goiânia-GO: Editora UnB, Editora UFG, 164p.
- OLIVEIRA, L. PORCARO, R. COSTA, T. 1985. *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro: IBGE, 86p.
- OSORIO, R. G. 2003. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. Texto para discussão n° 996, www.ipea.gov.br, 50p.
- OSORIO, R. G. 2004. A mobilidade social dos negros brasileiros. Texto para discussão n° 1033, www.ipea.gov.br, 24p.
- PAIXÃO, M. J. P. 2003. Panorama da inserção da população infanto-juvenil brasileira no mercado de trabalho através de um recorte por cor/raça, p. 311-359. In: Benecke, D. W. & Nascimento, R. (orgs.). *Política social preventiva: desafio para o Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 455p.
- PASTORE, J. & SILVA, N. V. 2000. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 98p.
- QUEIROZ, D. M. (org.). 2002. *O negro na universidade*. Salvador: Novos Toques, 55p.
- RAMA, G. W. 1989. Estrutura social e educação: presença de raças e grupos sociais na escola. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n° 69, mai. /1989, p. 17-31.
- RAMOS, L. & VIEIRA, M. L. 2000. Determinantes da desigualdade de rendimentos no Brasil nos anos 90: discriminação, segmentação e heterogeneidade dos trabalhadores, p. 159-176. In: Henriques, R. (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ, dez/2000, 739p.
- REIS, F. W. 1997. Mito e valor da democracia racial, p. 221-232. In: Souza, J. (org.). *Multiculturalismo e racismo, uma comparação Brasil – EUA*, Brasília, Paralelo 15, 1997, 276p.
- REIS, M. C. & CRESPO, A. R. V. 2005. Race discrimination in Brazil: an analysis of the age, period and cohort effects. Texto para discussão n° 1114 <www.ipea.gov.br>, 21p.
- RIBEIRO, C. A. C. 1995. *Cor e criminalidade – estudo e análise da Justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 167p.

- ROCHA, S. 2000. Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real. Texto para discussão nº 721 <www.ipea.gov.br>, 21p.
- ROCHA, S. 2002. A investigação do rendimento na PNAD – comentários e sugestões à pesquisa nos anos 2000. Texto para discussão nº 899 <www.ipea.gov.br>, 19 p.
- ROSEMBERG, F. 1987. Relações raciais e rendimento escolar. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 63, nov. /1987, p. 19-23.
- ROSEMBERG, F. 1990. Segregação espacial na escola paulista. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 19, p. 97-107.
- ROSEMBERG, F. 1991. Raça e educação inicial. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 77, mai. /1991, p. 25-34.
- SANT'ANNA, W. & PAIXÃO, M. 1998. Muito além da senzala: ação afirmativa no Brasil, p. 111-120. *Observatório da Cidadania*, nº 2, 1998, 268p.
- SANTOS, J.R. 1999. A inserção dos negros e seus dilemas. *Parcerias Estratégicas*, nº 6, mar./1999, p. 110-154.
- SANTOS, H. 2000. Uma avaliação do combate às desigualdades raciais no Brasil, p. 53-74. In: Guimarães, A. S. A. & Huntley, L. (orgs.). *Tirando a máscara – ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000, 434p.
- SCHWARCZ, L. M. 2001. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha (Folha Explica), 101p.
- SCHWARTZMAN, S. 1999. Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, nº 55, nov./1999, p. 83-96.
- SILVA, A. C. A. 1996. Questões legais e racismo na história do Brasil, p. 121-132. In: MUNANGA, K. (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp, 296p.
- SEYFERTH, G. 2002. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre o racismo, p. 17-43. In: *Racismo no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, ABONG, 2002, 143p.
- SILVA, M. P. 2002a. Identidade e consciência racial brasileira, p. 53-64. In: *Racismo no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, ABONG, 2002, 143p.
- SILVA, M. A. 2002b. Ações afirmativas para o povo negro no Brasil, p. 105-121. In: *Racismo no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, ABONG, 2002, 143p.

- SILVA, N. V. 1981. Cor e o processo de realização sócio-econômico. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 24, nº 3, p. 391-409.
- SILVA, N. V. 1987. Distância social e casamento inter-racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 14, p. 54-84.
- SILVA, N. V. 1992. Aspectos demográficos dos grupos raciais. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 23, dez./1992, p. 7-15.
- SILVA, N. V. 1993. Situação da população negra, p. 175-198. In: Velloso, J. P. e Albuquerque, R. C. (orgs.). *Pobreza e mobilidade social*. Nobel, São Paulo, 198p.
- SILVA, N.V. 1999. Diferenças raciais de rendimentos, p.184-216. In: Hasenbalg, C. *et al.* 1999. *Cor e Estratificação Social*, Contra Capa Livraria Ltda., Rio de Janeiro, RJ, 240p.
- SILVA, N. V. 2000a. Cor e mobilidade ocupacional, p. 85-96. In: Pastore, J. & Silva, N. V. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 98p.
- SILVA, N. V. 2000b. Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil, p. 33-51. In: Guimarães, A. S. A. & Huntley, L. (orgs.). *Tirando a máscara – ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000, 434p.
- SILVA, D. F. & LIMA, M. 1992. Raça, gênero e mercado de trabalho. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 23, dez./1992, p. 97-111.
- SILVÉRIO, V. R. 2003. Ação afirmativa: percepções da “Casa Grande” e da “Senzala”. *Perspectivas – Revista de Ciências Sociais*, vol. 26, jan./jun./2003, p. 57-79.
- SIQUEIRA, M. L. 2002. Identidade e racismo: a ancestralidade africana reelaborada no Brasil, p. 73-85. In: *Racismo no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, ABONG, 2002, 143p.
- SKIDMORE, T. E. 1974. *Black into white: race and nationality in Brazilian thought*. Nova York: Oxford University Press, 299p.
- SKIDMORE, T. E. 1991. Fato e mito: descobrindo um problema racial no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 79, nov./1991, p. 5-16.
- SOARES, S. S. D. 2000. O perfil da discriminação no mercado de trabalho – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Texto para discussão nº 769 <www.ipea.gov.br>, 26p.
- SOARES, G. A. D. & BORGES, D. 2004. A cor da morte. *Ciência Hoje – Revista de divulgação científica da SBPC*, vol. 35, nº 209, out./2004.

- SOUZA, J. 1997. Multiculturalismo, racismo e democracia. Por que comparar Brasil e EUA?, p. 23-35. In: Souza, J. (org.). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados- Unidos*. Brasília: Paralelo 15, 1997, 276p.
- SUCUPIRA, J. 2004. Balanço social: diversidade, participação e segurança do trabalho, p. 58-63. *Democracia Viva*, nº 22, jun./jul./2004.
- TAMBURO, E. M. G. 1987. Mortalidade infantil da população negra brasileira. *Textos Nepo*. Campinas, Nepo/Unicamp, nº 11, p. 104-128.
- TELLES, E. E. 1991. Características sociais dos trabalhadores informais: o caso das áreas metropolitanas no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 19, p. 61-80.
- TELLES, E. E. 1992. Residential segregation by skin color in Brazil. *American Sociological Review*, nº 57, April, p. 186-197.
- TELLES, E. E. 1994. Industrialização e desigualdade racial no emprego: o exemplo brasileiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 26, set./1994, p. 21-51.
- TELLES, E & BAILEY, S. 2002. Políticas contra o racismo e opinião pública: comparações entre Brasil e EUA. *Opinião Pública*, Campinas, vol. VIII, nº 1, 2002, p. 30-39.
- TEODORO, M. L. 1996. Elementos básicos das políticas de combate ao racismo brasileiro, p.95-111. In: MUNANGA, K. (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp, 296p.
- VENTURA, R. 2000. *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: Publifolha (Folha Explica), 94p, 2000.
- WALTERS, R. 1997. Racismo e ação afirmativa no Brasil, p. 105-123. In: Souza, J. (org.). *Multiculturalismo e racismo, uma comparação Brasil – EUA*, Brasília: Paralelo 15, 1997, 276p.
- ZUCCHI, J. D. & HOFFMANN, R. 2004. Diferenças de renda associadas à cor: Brasil, 2001. *Pesquisa & Debate*, vol. 15, nº1, jan/jun/2004, p. 107-129.
- ZUCCHI, J. D. 2005. Desigualdades de renda no Brasil em 2001: a influência da cor e da educação, p. 109-150. In: *Prêmio IPEA 40 anos, IPEA-CAIXA 2004 – Monografias premiadas*, Brasília: Ipea, 576p.